



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JONATHAN SOARES DE SOUZA

**A ESPERANÇA EQUILIBRISTA:
a campanha pela anistia política (1978 - 1979)**

Recife

2018

JONATHAN SOARES DE SOUZA

**A ESPERANÇA EQUILIBRISTA:
a campanha pela anistia política (1978 - 1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Relações de poder, sociedade e ambiente.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Maria do Socorro de Abreu e Lima.

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S729e Souza, Jonathan Soares de.
A esperança equilibrada: a campanha pela anistia política (1978 - 1979),
Recife-PE / Jonathan Soares de Souza. – 2018.
134 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a Dr^a Maria do Socorro de Abreu e Lima.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.
Inclui referências e anexos.

1. Brasil - História. 2. Ditadura. 3. Anistia. 4. Movimento Feminino pela
Anistia e Liberdades Democráticas. 5. Comitê Brasileiro pela Anistia. 6.
Brasil. [Lei da anistia (1979)]. I. Lima, Maria do Socorro Abreu e
(Orientadora). II. Título.

JONATHAN SOARES DE SOUZA

**A ESPERANÇA EQUILIBRISTA:
a campanha pela anistia política (1978 - 1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 27/02/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^a. Marcília Gama da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ao meu Pai (*In Memoriam*) entusiasta da História, da Política e da Vida. À minha mãe, por acreditar que a educação pode mudar o mundo. A todas as mulheres e homens que doaram a vida em favor da Liberdade e dos Direitos Humanos.

AGRADECIMENTOS

Assim como Belchior, talvez possam me considerar apenas um rapaz latino americano vindo do interior e acreditando que tudo é divino, tudo é maravilhoso. Após dois anos de pesquisa, coleta de fontes, disciplinas e redação, esses dois anos não se resumem a apenas isso.

Escrever é um ato extremamente solitário, mas sozinho eu não conseguiria escrever, os agradecimentos brotam em sinal de respeito e gratidão por cada pessoa e circunstância que cruzou minha trajetória pelas trilhas sagradas da História.

Primeiro ao meu pai, um homem que “teimou e enfrentou o mundo se rodopiando ao som de bandolins” e que mesmo após a sua partida continua me ensinando que o amor, a generosidade e o conhecimento sempre valem à pena. Pela luz emanada do alto, muito obrigado.

À minha mãe pela paciência e compreensão com as ausências, pelo apoio incondicional, por estar perto sem dizer palavra, por acreditar em mim quando nem eu acreditava. Por ser mãe em todas as horas.

À família Soares por ser família. À família Souza pelos momentos.

À minha tão gentil orientadora, a Prof^a Dr^a Maria do Socorro de Abreu e Lima pelo acolhimento, pela sinceridade, pelas orientações certeiras, pela gentileza, pelas aulas, por ter me feito crescer enquanto profissional da História. Obrigado!

Aos professores do PPGH com os quais tive a honra de aprender muito. Ao professor Carlos Miranda, por ensinar a me posicionar diante da dor dos outros. À professora Christine Dabat, por me ensinar a descolonizar a História. Aos professores Cristiano Christillino e Samuel Carvalheira de Mapeau, muito obrigado!

À professora Jannaiara Barros, sem a qual o meu projeto de mestrado não existiria, por ter me ajudado e me inspirado com tanto conhecimento historiográfico durante a graduação. Por acreditar em meu potencial e por ser amiga.

Aos amigos que fiz durante esses dois anos e aos velhos amigos com os quais reforcei laços fortes, meu muito obrigado.

À Gabriella Chalegre por tudo que passamos juntos durante o mestrado no Recife, pela companhia antiga, pela torcida, por acompanhar, ler, e acreditar nesse trabalho, pelas dicas valiosas. Pelo amor e carinho.

Aos amigos e colegas da turma, Bruna, Camila, Denise, Jonatas, Leandro, Luis Gustavo, e Matheus, pela empatia imediata que é tão importante, pelas risadas e descontração durante todo o processo, pelas dicas e torcida mútua.

Ao Walmir Lima, por generosamente abrir as portas de sua casa quando iniciei as disciplinas no Recife e não tinha onde ficar. Pelo teto, preocupação e amizade, muito obrigado!

Aos meus queridos amigos de Bom Conselho, que em diversos momentos foram as válvulas de escape para a tensão e solidão da escrita.

Para Karla Adrienne em especial, por se constituir em pessoa essencial, pela disponibilidade a cada vez que eu chegava em Bom Conselho, pela ajuda mutua com pesquisas paralelas entre a História e a Geografia, pelo compartilhamento de vida e vivencia, pelos lanches e jantares onde eu esquecia da dissertação, por me ajudar com as normas da ABNT e pela grande amizade. Muito obrigado!

À Tallyne Barbosa e Paulo Henrique por serem amigos tão importantes, por estarem sempre por perto. À Elisângela Sabino, grande amiga, pela torcida especial e as mensagens perguntando como estava me saindo. À Marília, Carol, Alan, Hortênsia, João Claudio e Erika que, junto com os demais, me arrastavam para Garanhuns e com toda alegria disponível me faziam desanuviar das questões que me afligiam. Sei que torceram por mim. Muito obrigado.

A Abraão Teixeira, primo-irmão que torceu pelo meu sucesso desde a seleção e aguentou diversas queixas, pelas peripécias e aventuras em vários lugares do estado. Obrigado.

Ao CNPQ pelo financiamento, sem o qual essa pesquisa teria sido muito mais árdua e difícil. Às pessoas que dispuseram de seu tempo para me conceder entrevistas e sem as quais esta pesquisa estaria extremamente incompleta.

Ao PPGH pela orientação precisa, solícita e carinhosa.

A Deus, por permitir tudo isso.

À vida, que me deu tanto.

Presto especial homenagem e particular reverência e convido a todos a fazerem comigo a todos aqueles que foram mortos e assassinados neste país porque ousaram pretender o advento de uma nação soberana, onde o arbítrio não tivesse guarida. Estes homens, muitos deles foram mortos nas masmorras clandestinas dos órgãos de repressão. Estes homens, muitos deles foram executados sumariamente sem a justa clemência de qualquer julgamento. Estes homens, estas mulheres, todos eles com seu sangue, regaram o solo desta nação hoje orfã do respeito mais profundo aos direitos mínimos dos homens que a construíram. A estes heróis da liberdade nossa homenagem. (BR SPAPESP, MFPA, 1978.)

Nossa consciência política não nos permite, num momento como esse, deixar de lembrar, com profundo respeito, e esperando que a memória histórica nacional lhes faça justiça, mesmo que tardiamente, a tantos patriotas que foram perseguidos presos, sequestrados, torturados e assassinados nessa longa época negra [...] de ditadura no Brasil. A todos eles, a nossa homenagem pela sua condição de mártires (BR SPAPESP, MFPA, 1978, p.2)

RESUMO

A campanha pela Anistia política no Brasil durante os anos de 1978 e 1979 agitou de diversas maneiras o país. No entanto, são as urgentes e atuais questões em torno da Lei de Anistia aprovada que comumente ocupam as páginas dos trabalhos acadêmicos. Sabemos o que se processou no Brasil através da Lei de Anistia, uma lei de silenciamentos, impunidade e sujeita a interpretações ambíguas no que diz respeito ao tratamento da memória da ditadura militar no Brasil, mas não focamos tanto no processo de pressão, discussão e aprovação da lei. A intensa campanha mobilizadora em função da Anistia no final dos anos 70 pode ser encarada como uma campanha formadora de sujeitos e de sentidos, que naquele momento estavam recuperando a linguagem do espaço político e da reivindicação por tantos anos silenciada. Este trabalho apresenta como as campanhas se desenrolaram no país, com atenção especial em Pernambuco, através de dois sujeitos institucionais: o Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro de Anistia. Apresentamos também as discussões em torno da ideia de Anistia, do projeto proposto pelo governo de João Figueiredo e da votação da lei entre vozes de diversos setores da sociedade nacional e estadual, e as permanências históricas dessa mesma Anistia.

Palavras Chave: Anistia. Ditadura Militar. Mulheres. Memória. Lei de Anistia.

RÉSUMÉ

La campagne pour l'amnistie politique au Brésil durant les années 1978 et 1979 a suscité de diverses façons le pays. Toutefois, l'urgence et des enjeux actuels entourant la loi d'amnistie adoptée qui occupent souvent les pages des documents d'étude. Nous savons ce qui s'est passé au Brésil grâce à la loi d'amnistie, une loi remplie d'impunité et l'objet d'interprétations ambiguës à l'égard du traitement de la mémoire de la dictature militaire au Brésil, mais ne met pas l'accent autant sur le processus de pression, discussion et approbation de la loi. La campagne de mobilisation intense en fonction de l'amnistie à la fin des années 70 peut être considérée comme un éducateur de sujets, qui à ce moment-là était en train de récupérer la language de l'espace politique et la demande depuis des'années au silence. Cet article présente la façon dont les campagnes ont été menées dans le pays, avec une attention particulière dans le Pernambuco, à travers deux sujets institutionnels: Le mouvement féminin pour l'amnistie et le Comité brésilien d'Amnesty. Nous avons ici également la discussion autour de l'idée d'amnistie, le projet proposé par le gouvernement de João Figueiredo et le vote de la loi entre les voix des divers secteurs de la société nationale et locale, bien comme la permanence historique de cette amnistie.

Mots clés : Amnistie. Dictature Militaire. Femmes. Mémoire. Loi d'Amnistie.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CBA	Comitê Brasileiro de Anistia
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DOI-CODI	Destacamento de Operação Internas – Comando Operacional de Informações
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O CAMINHO PARA ANISTIA	19
2.1	GOLPE CIVIL-MILITAR, DITADURA E HISTORIOGRAFIA: PEQUENO BALANÇO.....	19
2.2	“E DO AMOR GRITOU-SE O ESCÂNDALO”: OS ANOS DITATORIAIS	26
2.3	“CAÍA A TARDE FEITO UM VIADUTO”: ABERTURA E CONTEXTO	32
2.4	A TAMPA DE PEDRA: BREVE HISTÓRICO DA ANISTIA NO BRASIL.....	40
3	REGANDO A SEMENTE DA LIBERDADE.....	49
3.1	PANORAMA GERAL DOS MOVIMENTOS PELA ANISTIA (MFPA E CBA).....	49
3.2	“ESTAMOS CONVICTOS DE QUE A VITÓRIA SE AVIZINHA”: OS CONGRESSOS PELA ANISTIA.....	54
3.3	HISTÓRIA ORAL DOS MOVIMENTOS PELA ANISTIA EM PERNAMBUCO...	59
4	ANISTIA POR ESCRITO.....	76
4.1	OS JORNAIS ENQUANTO FONTES HISTÓRICAS.....	76
4.2	DISCUSSÕES POLÍTICO-PARLAMENTARES E A VOTAÇÃO DO PROJETO	81
4.3	ANISTIAR, SIM OU NÃO? AS DIVERSAS VOZES SOBRE ANISTIA.....	100
5	EPÍLOGO: CABE REVISÃO NA LEI?.....	108
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS.....	121
	ANEXO A - PERSONAGENS ENVOLVIDOS COM A CAUSA DA ANISTIA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO	126
	ANEXO B - MENÇÕES À ANISTIA NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO.....	131
	ANEXO C - PROJETO DE ANISTIA ELABORADO POR PETRONIO PORTELA COM OS VETOS GOVERNAMENTAIS ANTES DE VIR A PÚBLICO	133

1 INTRODUÇÃO

Uma pesquisa em história é antes de tudo um processo cujo desenrolar envolve diversas etapas que gradualmente vão dando lugar a edição e apreciação de um trabalho escrito que, longe de ser perfeito, apresenta junto com ele os questionamentos e as dúvidas do pesquisador.

É preciso, no entanto, saber de onde partir exatamente, quais as motivações e os pontapés iniciais para uma pesquisa em História. No meu caso, a temática acerca da ditadura militar era lugar frequente nas minhas leituras durante a graduação, um tema vasto e controverso da história do Brasil que ainda suscita interpretações e debates que, longe de estarem esgotados, procuraram elucidar ou esquecer questões pertinentes à memória e a história nacional. Coloco o tema como controverso no sentido das interpretações que evocam as causas do golpe de Estado que levou ao regime ditatorial, sua manutenção, seus mecanismos altamente arbitrários e as profundas marcas deixadas na sociedade brasileira de então.

Dentre os inúmeros debates e reinterpretções acerca do tema, podemos destacar dois grandes eixos temporais pertinentes: aqueles que se debruçam em termos de pesquisa histórica visando a compreensão do regime ditatorial como um todo e como chave importante para o entendimento da democracia oferecida após os longos vinte e um anos de ditadura. Esses eixos temporais correspondem, respectivamente, aos primeiros 10 anos de regime militar que vão dos anos de 1964 a 1974, sendo estes anos a partir de 1968 chamados de “anos de chumbo”. O segundo eixo temporal corresponde de 1974 a 1985 e é onde ocorre a chamada abertura política que precedeu a redemocratização do país. É nesse segundo eixo temporal que se situa nossa investigação.

O contexto da abertura política a partir de 1974 é pautado pela crise internacional econômica que derrubou o “milagre brasileiro”, pela participação, ou retomada dos movimentos sociais trabalhistas e não trabalhistas no cenário nacional, por uma discussão parlamentar mais acalorada e pela negociação e aprovação da lei de anistia, tudo sob a égide do governo que propunha uma abertura lenta, gradual e segura.

A ideia de trabalhar com as movimentações sociais ao redor da discussão e a aprovação da lei de anistia parte de uma inquietação dos nossos dias atuais: no bojo dos recentes relatórios das comissões da Verdade, nacionais e estaduais, cuja função, de acordo

com o relatório final da Comissão Nacional é examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional (BRASIL, 2014, p.15), uma pergunta se fez necessária: de que forma a anistia sancionada em 1979 contribuiu para a sedimentação dos caminhos tomados pela memória e política brasileira nos anos que se seguiram? Outra inquietação surge de algumas lacunas historiográficas sobre o tema, afinal sabemos o que se processou de fato com a anistia, mas como se processou, quais as vozes que se levantaram a favor ou contra o projeto e a lei?

É preciso entender com isso que a anistia promulgada em 1979 fez parte de uma campanha social bastante ampla, que envolveu alguns setores da sociedade civil organizada que naquele momento de abertura política estavam também em franco processo de reorganização. Entender a anistia como um processo ajuda, inclusive, a colocá-la em certa medida como uma conquista de articulações sociais e não apenas como um mero gesto conciliatório e benevolente do governo de João Figueiredo e sua classe política.

O conceito de Anistia ainda é um conceito chave para entendermos a questão da Justiça de Transição no Brasil e as interpretações e silenciamentos em relação à ditadura militar, as escolhas e as batalhas entre o lembrar e o esquecer e entre o emergir para curar e o perdoar para esquecer. Observar isso nos permite questionar ainda se de fato podemos falar de uma memória (re) conciliada em relação ao período. A Lei de Anistia tem papel preponderante nisso, principalmente quando no presente ainda temos desaparecidos políticos e executores e torturadores impunes.

Os diversos discursos sobre a anistia com os quais nos encontraremos ao longo desse trabalho deixam claro que a luta orbitava em torno de algo mais amplo e mais elaborado que a simples ideia de uma anistia como gesto conciliatório. De fato, girava em torno da conquista de direitos, direitos humanos, condição da mulher, direitos políticos amplos, nova constituição, fim da tortura e do regime de exceção no país.

Nesse sentido vamos ao encontro de Marcos Napolitano e Fabíola Brigante Del Porto quando ambos afirmam que:

“Ao mesmo tempo em que a campanha da anistia pedia a reintegração civil dos banidos e o resgate da memória das vítimas fatais do regime, apontava para um novo tempo histórico e uma nova cultura política, onde a abertura do espaço público, a linguagem dos direitos e a questão democrática reelaboravam a memória do passado recente da sociedade brasileira” (NAPOLITANO APUD DEL PORTO 2009. P. 44).

“Não se trata de negar os limites que a anistia, estrito senso, teve em sua realização e efetivação na transição política brasileira. Não obstante, como já mencionado, os discursos dos “Movimentos de Anistia” apresentam subsídios que demonstram que

sua luta não girava apenas em torno da obtenção da lei de anistia, mas também se construía com base na elaboração de novos elementos e lutas por direitos” (DEL PORTO, 2009. P 44).

A luta pela anistia, desde sua instituição formal em 1975 até a aprovação da lei em 1979 é um capítulo que marca uma tomada de experiências na luta contra a ditadura civil-militar. Ao afastarmos essas experiências, e, por conseguinte a campanha pela anistia da simples definição de um movimento de classe média, assinalamos uma tomada de consciência. Pois segundo E. P Thompson: “A consciência de classe é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em [...] *formas institucionais*” (THOMPSON, 2011. p. 14. *Grifo nosso*). Apesar de não estarmos diante de uma categoria classista bem definida vemos sujeitos e organizações que durante o período assinalado vão se constituindo enquanto classe, e as movimentações pela anistia são parte fundamental nessa constituição.

No caso específico desse trabalho procuramos tratar a campanha pela anistia como uma conquista de setores da sociedade civil organizada e que, por mais que a lei aprovada não tenha representado de fato muitas das reivindicações desses setores, ela representa um espaço onde essa mesma sociedade civil começava a retomar a linguagem de direitos e de participação política após anos de repressão pesada e mesmo assim sob sua vigilância.

Aqui há a necessidade de definições. Por sociedade civil entendemos determinados setores da sociedade que no sentido gramsciano do termo fazem parte de um estado integral, no qual se correspondem a sociedade civil e a sociedade política.

A campanha e as discussões pela anistia estavam em variados setores da sociedade desde os bancos dos plenários das assembleias legislativas até movimentos organizados de mulheres e organizações de advogados, por exemplo. Muitas vezes essas discussões e essas relações estavam imbricadas uma na outra, denotando aquilo que Gramsci chama de Sociedade Civil e Sociedade Política.

Mais uma vez aqui há a necessidade de definições. Primeiro, para tratarmos de teorizar sociedade civil e sociedade política cremos ser necessário uma breve discussão sobre o conceito de hegemonia em Gramsci, já que ele perpassa pelos dois conceitos citados acima. Sendo assim:

A hegemonia se perpetua na sociedade através de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais que difundem sua concepção de mundo e seus valores (BARROS, 2012. p.23).

Para Edward Said, a questão da hegemonia e da sociedade civil e da sociedade política em Gramsci se apresenta da seguinte forma:

“a primeira é feita de afiliações voluntárias (ou pelo menos racionais e não-coercitivas) como escolas, famílias e sindicatos, e a última de instituições estatais (exército, polícia, burocracia central) cujo papel na entidade política é a dominação direta. A cultura, é claro, será vista operando nos marcos da sociedade civil, onde a influência das ideias, instituições e outras pessoas não atua por meio da dominação, mas por aquilo que Gramsci chama de consenso. Em qualquer sociedade não-totalitária, então, certas formas culturais predominam sobre outras, do mesmo modo que certas ideias são mais influentes que outras; a forma dessa liderança cultural é o que Gramsci identificou como hegemonia” (SAID, 1990. P. 18-19).

Mas procuremos esclarecer também que a sociedade civil age nas esferas ideológicas e aqui a adotamos como:

Direção ideológica da sociedade, que articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a “estrutura ideológica” – as organizações que a criam e difundem-, e o “material” ideológico, isto é os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (PORTELLI, 1977. p. 22).

Esse material ideológico em nosso caso é difundido nos jornais cuja circulação se faz presente em grande parte da sociedade e não apenas em determinados ciclos estatais. No jornal também encaramos a perspectiva da sociedade política que, por sua vez, se opõe à sociedade civil como aparelho coercitivo, jurídico e como governo já que:

“A sociedade política possui características bem definidas: agrupa o conjunto das atividades da superestrutura que dizem respeito a função de coerção . Nesse sentido ela é um prolongamento da sociedade civil (IDEM, p. 30).

A sociedade civil ao mesmo tempo em que é coagida pela sociedade política, também experimenta mecanismos dialéticos com a mesma. É o famoso pressuposto Gramsciano de coerção e consenso. Sociedade civil também é Estado. Sendo assim, ao passo em que as organizações da sociedade política trazem a coerção como forma de manter a hegemonia, a sociedade civil ao pressioná-la acaba abrindo espaço para o consenso. “Não existe realmente, entre a sociedade civil e a política, entre o consenso e a força (*coerção*) uma separação orgânica. Um e outro colaboram estreitamente.” (IDEM, p. 33. *Grifo nosso*)

Ainda para Gramsci, um exemplo claro de espaços onde acontecem esses debates é o parlamento, ou o poder executivo. Nele, que é o espaço de “tradução oficial da opinião pública”, acontece a junção da coerção e do consenso. (IBIDEM). Nesse caso é nas páginas de um dos jornais de maior circulação em Pernambuco que buscaremos refletir esses debates.

O Diário de Pernambuco, fundado em 1825 e que se orgulha de ser o mais antigo jornal em circulação na América Latina, durante os anos de 1978 e 1979 trouxe menções quase diárias à questão da anistia, raros eram os dias em que não saía uma declaração, uma

nota, uma discussão ou uma notícia sobre o caso. Nele buscaremos observar também certa profusão de vozes sobre o assunto, uma vez que lá encontramos cartas à redação, declarações de entidades civis organizadas ou não, de setores da igreja, além de pequenas notas sobre os movimentos pela anistia organizados em Pernambuco.

Através do Diário de Pernambuco pudemos identificar diversos setores da sociedade civil que deixaram opiniões registradas sobre a anistia. Assim como no jornal pudemos sentir o clima de embates entre os políticos da época e o governo, é nele também que identificamos diversas opiniões convergentes ou divergentes, aplicando inclusive o que recomenda a professora Sônia Maria de Mendonça na questão metodológica do trabalho com o conceito de sociedade civil:

“Cabe ao pesquisador verificar quem são os atores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração de classe estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer que Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente interrelação” (MENDONÇA, 2007, p.15).

Além dos jornais, a fonte que melhor nos permite uma aproximação com determinados sujeitos que desempenharam papéis diversos na conjuntura que estamos apresentando é a entrevista oral. Nela buscamos entender através das falas de determinados personagens como eles se relacionaram com a campanha da anistia e suas diferentes óticas sobre o processo. Afinal: “Entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas” (ALBERTI, 2008, p.165).

As possibilidades do trabalho com História Oral são amplas e nesse sentido nos aproximamos de uma História Oral temática, cujo objetivo é observar a participação de diversos agentes em relação a um tema específico, no caso, a Anistia. Em nossas entrevistas procuramos entender a posição de alguns personagens que se envolveram com a campanha pela Anistia na década de 1970 e qual a visão deles sobre o desenrolar do processo, principalmente em relação ao texto da lei aprovada em 1979.

O trato com a memória através da metodologia da História Oral também nos dá possibilidades de desmontar narrativas generalizantes e apontar a riqueza de determinados processos e com a questão da Anistia não é diferente. No caso dos nossos entrevistados as memórias levantadas se aproximam daquele tipo classificada por Robert Frank como a memória de grupos, (IDEM), nesse caso, a de militantes de uma determinada causa. Observamos então certo comprometimento na seleção de memórias feitas pelos entrevistados, no sentido de levantar uma narrativa que além de deixar entrever articulações e trajetórias,

também é didática e pedagógica em relação aos acontecimentos dos anos ditatoriais e às recentes manifestações que reivindicam a volta da ditadura ou uma nova “intervenção militar”.

Buscamos com isso tecer uma narrativa que apresente antes de tudo uma ideia do contexto político no qual a Anistia foi pensada no Brasil. Para tal, o primeiro capítulo intitulado “O caminho para a Anistia” procura fazer um pequeno balanço historiográfico da produção consagrada sobre a ditadura civil-militar. Além disso, um resumo dos principais atos e legislações repressivas se faz necessário para entender a emergência da Anistia no fim da década de 70. Aqui apresentamos também um breve histórico da anistia no Brasil considerando os diversos momentos da história republicana brasileira onde ela se fez necessária. Nesse trecho apresentamos definições importantes que envolvem não só a natureza em si da palavra Anistia, mas também o peso que isso tem na memória de um país.

O segundo capítulo chama-se “Regando a semente da liberdade”, e nele apresentamos os dois grandes personagens institucionais da campanha pela Anistia, o Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro de Anistia. Cada qual com diretrizes e discursos a primeira vista diferentes atuaram em todo Brasil e Pernambuco não foge à regra. Nesse capítulo observaremos como os movimentos pela Anistia se organizaram no estado através da fala de personagens envolvidos com esses movimentos.

O próximo capítulo se intitula: “Anistia por Escrito” e faz uma discussão de como os movimentos, os debates e os discursos acerca da Anistia apareceram nas páginas de um dos jornais de maior circulação no estado, o Diário de Pernambuco. Através do jornal tentamos reconstruir os debates entre diversos parlamentares, nacionais e estaduais, e as impressões sobre o projeto proposto e a votação desse projeto. Discutimos também como outros setores da sociedade repercutiam a Anistia junto com os movimentos. Entidades e órgãos como a OAB e a Igreja Católica se posicionaram fortemente em relação à Anistia, mas existiam vozes contrárias e procuramos apresentar nesse capítulo um pouco dessas diversas vozes.

Ao fim do trabalho apresentamos um apêndice temático cujo objetivo é apresentar as controvérsias da Lei de Anistia aprovada em 1979, os problemas decorrentes dela e as reinterpretações que se fizeram dessa lei. Nesse momento discutiremos o quanto a questão da memória em torno do período militar e da Anistia é permeada de embates, disputas e jogos de memória cujos pólos passeiam entre o lembrar e o esquecer, entre o silenciar e o emergir. Aqui trazemos as falas dos nossos entrevistados para refletirmos todas essas questões e conjecturar se a Lei de Anistia é ou não passível de revisão.

Nesse sentido este trabalho procura incluir os aspectos mais gerais que nos pareceram essenciais para o entendimento do assunto, considerando que é uma contribuição importante porque sai dos relatos mais voltados para o sudeste, ampliando o conhecimento do processo de luta pela Anistia ao incluir Pernambuco, que também esteve presente de maneira marcante em toda essa luta. Nosso objeto, como toda investigação em História, tem seus pés no presente e é responsável por manter o historiador que dele se apropriou nele, afinal é um tema ainda atual.

2 O CAMINHO PARA A ANISTIA

“Cabe então ao historiador (cuja tarefa é tornada singularmente difícil pela instauração do esquecimento institucional), refutar pelo discurso a tentativa pseudojurídica de apagar os fatos” (RICOEUR IN. GAGNEBIN, 2010, p. 181)

2.1 GOLPE CIVIL-MILITAR, DITADURA E HISTORIOGRAFIA: PEQUENO BALANÇO.

No 1º de abril de 1964, o Diário de Pernambuco anunciava em manchete uma revolução vitoriosa que livraria o Brasil dos comunistas e do perigo político, econômico e ideológico representado pelos vermelhos.¹ Nessa altura a coluna movimentada pelo general Olympio Mourão Filho, saída de Juiz de Fora em Minas Gerais, ganhara adesão de outros batalhões e dirigentes das Forças Armadas, principalmente do exército, que na prática já se articulavam há bastante tempo. Não era ainda, segundo Marcos Napolitano o golpe da tomada do Estado, quando muito foi sua senha (NAPOLITANO, 2014. P. 43). Foi também, segundo este autor, mais que uma simples rebelião militar, durante as várias horas entre o dia 31 de março e 1º de abril de 1964 muita coisa se passou, muito mais que uma rebelião nos quartéis cristalizada na memória acerca do golpe.

Um dos objetivos da auto intitulada revolução de 1964 foi depor o presidente João Goulart e instalar um governo que interviesse na crise econômica e política que, nas mãos dos articuladores da dita revolução se transformou também em crise institucional. Amplos setores da sociedade civil saudaram e aplaudiram a revolução que ajudaram a estourar.

Mas, obviamente nada é tão simples assim, estamos tratando aqui de um golpe de Estado cujos resultados se fazem sentir até hoje. E para entendermos o que aconteceu no Brasil a partir disso, precisamos voltar a antes de 1964, ou mais, precisamos nos voltar para a memória e para a historiografia que trata das conjunturas que levaram ao golpe, do governo e da figura do presidente João Goulart, e das versões consagradas ou não nas análises a respeito. Afinal elas se incrustam na memória gerando revisões e debates, seja para promover uma reparação da memória desses anos, seja para promover um simplista e torpe esquecimento.

Essas revisões e debates encarnados em obras que apresentam as mais diversas versões de um prisma formam o conjunto de uma historiografia vasta que tem seus cânones e seus

¹ Diário de Pernambuco. 1 de abril de 1964, Ano 139, N 74.

párias, todos, como já foi dito, imbricando-se na memória sobre os anos ditatoriais gerando, principalmente nos últimos anos, uma espécie de relativismo à brasileira que, longe de ser um conjunto díspare de versões acaba por dificultar a questão da reparação da memória encampada por órgãos de direitos humanos e gera uma ideia acerca dos anos ditatoriais no Brasil que, além de uniforme é conservadora.

É com espanto que ainda hoje assistimos jovens pregando e saudando o regime militar em manifestações recentes. Alguns deles agrupados em movimentos ditos “organizados”, nesse caso eles não deixam de ser o reflexo dessas visões controvertidas e relativistas difundidas em certa medida na grande imprensa.²

Há também um relativismo que mistura memória afetiva e individual às tentativas de reparação dos fatos. Digo isso, pois alguns textos têm ainda o propósito de omitir o caráter doutrinatório das propagandas do regime criando uma narrativa na qual a repressão só atingia setores da esquerda, chamados terroristas, que mereciam sofrer a repressão. Na memória do cidadão comum tão evocada por essas narrativas, o período era de extrema civilidade, respeito, amor ao país e tranquilidade. Essas narrativas se espalham bastante no campo minado da internet, o que não deixa de ser preocupante.

Para além dessas conjecturas iniciais, quero chamar atenção para a necessidade e importância de revermos essas interpretações acerca do golpe militar de 1964. Muita coisa perpassa essas interpretações, seja a questão do apoio e participação civil na trama de 64, seja a posição do presidente Goulart perante os acontecimentos, seja as memórias dos anos ditatoriais e ainda a questão de uma justiça de transição incompleta no Brasil, principalmente se a compararmos com outros processos do gênero na América Latina em países que também sofreram ditaduras na segunda metade do século XX.

Sobre toda essa questão envolvendo negacionismos e relativismos aparecem, segundo Demian Bezerra de Melo “a grosso modo, três teses: 1) “esquerda e direita foram igualmente responsáveis; 2) na verdade, “havia dois golpes em curso” nos idos de 1964; 3) a resistência à ditadura não passou de um mito” (MELO, 2014. P.158). Trataremos aqui no entanto, de interpretações consagradas mas não necessariamente negacionistas ou relativistas, aliás nesse

² Atualmente procura-se situar melhor a ideia de grande imprensa em torno do termo “Mídia empresarial”, uma vez que seu aspecto mais importante não é ser grande e sim as suas ligações e conexões que quase sempre mantêm o monopólio da informação. No entanto, a denominação de grande imprensa era a empregada nos anos sobre os quais discorreremos inclusive para fazer uma diferenciação entre essas corporações de comunicação e a imprensa independente e de resistência chamada de imprensa alternativa. Por esse motivo, ao longo do trabalho utilizaremos a denominação de grande imprensa, tal como a encontramos em algumas fontes e na literatura da época.

momento só chamamos atenção para o risco do seu uso que, inclusive, possuem “vozes no meio acadêmico para dar-lhes chancela “científica” (IDEM)³

A ideia de que tanto a direita quanto a esquerda foram responsáveis é levantada por Argelina Figueiredo em “*Democracia ou reformas?*”, uma obra de ciência política já consagrada que encontrou eco também nos escritos de Jorge Ferreira, que inclusive retrata a ação da direita como uma resposta ao radicalismo de esquerda em vigor.

A ideia de que havia dois golpes em curso tem seu pilar na série “*As ilusões armadas*” do jornalista Elio Gaspari, que no primeiro livro “*A ditadura envergonhada*” desenvolve a noção de que o “dispositivo” de Goulart era também extremamente articulado e pronto a dar um golpe à esquerda. Além disso, apresenta um João Goulart vacilante diante dos acontecimentos. Para o jornalista: “João Goulart, independentemente da classe em que estivesse, ele sempre seria um pacato vacilante” (GASPARI, 2002, P. 84).

A noção de que a resistência à ditadura não passou de um mito, faz parte daquelas interpretações negacionistas que, inclusive, pregam a chamada ditabranda e buscam uma negociação do esquecimento. O famoso editorial da Folha de São Paulo de 17 de fevereiro de 2009⁴ é exemplo disso. Chamar os anos ditatoriais de ditabranda é ignorar uma série de fatos e eventos que se sucederam no Brasil durante 21 anos e revela, no mínimo, um empobrecimento intelectual e conceitual (MELO, 2014) grave.

A construção social dessa noção pela imprensa é um assunto que merece ser bem mais discutido e apontado, pois a revista Veja, a Folha de São Paulo, o jornal o Globo representam, segundo Carla Luciana Silva uma interpretação pautada no “silêncio ou no apagamento de conflitos.” (SILVA. 2014. P.189).

É bem verdade que apresentar uma narrativa do golpe e dos anos ditatoriais excede em muito o espaço dessas páginas. Logo, sob o risco de parecer reducionista, mas longe disso, apresentamos aqui um resumo da conjuntura que levou ao golpe militar tentando articular com as versões historiográficas⁵ das quais já falamos um pouco.

³Exemplo disso são os trabalhos de Marco Antonio Villa no livro *Jango: um perfil* e em matérias escritas pelo mesmo na Folha de São Paulo defendendo a noção de uma ditabranda, ou seja, negando todo terror da ditadura no Brasil nos anos anteriores a 1968 e posteriores a 1974. Além disso, sua “biografia” de João Goulart é na verdade uma coleção dos estereótipos atribuídos pela direita ao presidente deposto.

⁴ Folha de São Paulo. **Editorial: Limites a Chávez.** 17 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm> . Acesso em : 01/07/2016.

⁵ Lembrando que essa historiografia do golpe e da ditadura civil-militar não é exclusivamente escrita por historiadores, muitas das obras consagradas sobre o assunto são de cientistas políticos, sociólogos, profissionais da comunicação e jornalismo. No entanto, os historiadores obviamente têm um campo bem construído e um lugar de destaque nesse conjunto de obras em geral e nas obras que nos servimos para a escrita desse trabalho. Outro canal por onde circulam essas interpretações é a grande imprensa, onde principalmente a partir de 2004 a ditadura passa a ser encarada pelo “viés do esquecimento e da conciliação democrática”.

Vamos, no entanto começar nossa volta no ano de 1963, quando João Goulart assume o governo com livres poderes de presidente após um período de governo parlamentarista. Goulart, por ocasião da renúncia de Janio Quadros da presidência, foi alvo de uma campanha que claramente buscava impedi-lo de assumir o governo. Os envolvidos nessa campanha são os mesmos que em 1964 encamparam o golpe e tomaram o poder. Eram membros das Forças Armadas e de grupos políticos conservadores, nos encontraremos com eles mais a frente.

O acordo feito então, ou a “saída” encontrada foi implantar um regime parlamentarista onde Goulart agiria praticamente de mãos amarradas. Era um arranjo que, além de impedir o poder do presidente e qualquer possibilidade de reformas, dava uma gama de poderes maiores ao Congresso.

Isso se alteraria logo, pois segundo Carla Aranha (2014, p. 35) o quadro não interessava nem ao próprio presidente, nem aos políticos preocupados com as eleições previstas para o ano de 1965. Logo, um plebiscito em 1963 foi marcado para que a população decidisse entre parlamentarismo e presidencialismo. Ao fim de todo o processo o plebiscito deu “um não esmagador ao parlamentarismo”⁶. Segundo o Diário de Pernambuco “a diferença dada ao não foi impressionante”, sendo “1.608.804 contra e 216.415 a favor.

No entanto, os números não falam por si só. O governo presidencialista de João Goulart daí por diante seria alvo de uma trama integrada de desestabilização que foi além do político. A partir de 1963, consideramos que a conspiração passou a agir contundentemente contra o governo de Goulart, mas também contra toda a efervescência política e cultural que o Brasil atravessava. A partir daí, a crise econômica no país seria transformada em crise política e em impasse institucional, veríamos uma imprensa conservadora e tendenciosa, um setor empresarial cada vez mais interessado e subordinado ao capital estrangeiro, um olhar mais atento dos Estados Unidos da América sobre o país e uma radicalização dos discursos contra os ditos “comunistas”, “vermelhos”, “socialistas”.

Não podemos, no entanto, falar dessa conjuntura sem consideramos a questão da guerra fria e a participação dos Estados Unidos. A tensão mundial agravada e temida pelos EUA e pelos setores conservadores e de direita no Brasil a partir de 1959, com a Revolução Cubana, atingiu o auge na década de 1960. A política intervencionista dos EUA, a Aliança para o Progresso⁷, os relatórios e as articulações do embaixador Lincoln Gordon e do secretário de Estado Dean Rusk também são importantes na conjuntura golpista.

⁶ Diário de Pernambuco. 07 de janeiro de 1963. Ano. 138. N. 6.

⁷ Projeto executado pelo governo dos Estados Unidos na década de 1960 que visava atuar nos países da América Latina com o objetivo de fazer frente a influência soviética e a uma pretensa ameaça comunista no continente tão

Historiograficamente falando o trabalho de Phyllis R. Parker ⁸ chama atenção para esse projeto e para as falhas nos trabalhos dos principais brasilianistas, como Skidmore e outros, que não dão “a menor atenção à participação dos EUA no processo” (MELO,2014. P.160). No entanto é no trabalho de René Armand Dreifuss que a participação deste país aparece com um significado mais amplo, afinal para o autor uruguaio a interferência ou participação dos EUA é parte integrante da trama ideológica da direita. Neste caso, vemos participação e não uma mera intervenção.

É impossível adentrarmos ainda que minimamente no que chamo de trama integrada de desmobilização (que ainda não é o golpe propriamente dito) sem evocarmos Dreifuss. A tese em ciência política defendida na Universidade de Glasgow, intitulada “1964, a conquista do estado”, vai além de apresentar os envolvidos na trama, é bem mais que teoria da conspiração.

O autor desenvolve a noção de um bloco de forças ideologicamente articulado no Brasil visando tomar o poder de Estado. É esse bloco de forças que atuava com força total no início da década de 1960. Em outras palavras, Dreifuss deixa claro que a articulação não era exclusivamente militar, havia um grupo que, situado ao redor de duas instituições, o IPES e o IBAD⁹, funcionou como um partido no sentido gramsciano do termo. Foi um golpe de classe, mais que um simples golpe militar. O autor trata os institutos como um complexo. Um complexo que seria o núcleo ativo do golpe de classe que, entre outras coisas, visava uma política econômica de alta interferência do capital estrangeiro no Brasil.

Mas sobre os objetivos dessa “tecno-burocracia” da qual faziam parte empresários, banqueiros, políticos e militares da elite burguesa brasileira, Maria Victoria Benevides em resenha já clássica acrescenta que os

“objetivos seriam, entre outros, restringir a organização das classes trabalhadoras; consolidar o crescimento econômico num modelo de capitalismo tardio, dependente, com alto grau de concentração industrial integrado ao sistema bancário e promover o desenvolvimento de interesses multinacionais e associados na formação de um regime tecnoempresarial, “protegido e apoiado pelas Forças Armadas” (BENEVIDES, 2003. P.256).

alardeada pelos Estados Unidos. Diversos planos de ação foram executados na educação, saúde e assistência social financiados pelos EUA que batia na tecla do desenvolvimento econômico e social da América Latina para frear o avanço de ideias socialistas. Organizada através de diversos órgãos a Aliança pelo Progresso teve uma atuação além dos projetos que se propunha atuando também como agente político na conjuntura que levou ao golpe militar de 1964.

⁸ PARKER, R. Phyllis. *O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

⁹Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

Era uma união empresarial-militar organizada em uma espécie de partido burguês que envolveu diversos setores das elites conservadoras brasileiras na já citada desestabilização do governo João Goulart e na criação e implantação do projeto que tomou o Estado através dos militares em 1964.

Mais do que simplesmente tomar o Estado, essa articulação do empresariado brasileiro e estrangeiro, dos militares e todas as outras instituições envolvidas, se coloca, também no sentido gramsciano, como um bloco histórico, uma vez que “uma aliança social que forma a si mesma como um sujeito político nacional, reflete mais que a captura de um conjunto de instituições” (BOUCHER, 2015. P.317). Havia, portanto, frações de classe articuladas que buscavam fazer com que seus interesses, apresentados por eles como de “interesse geral”, passassem a exercer uma “liderança moral e política” (GRAMSCI, 1971. APUD. BOUCHER, 2015, P.317).

Tendo como instrumento o discurso anticomunista que gerou medo em setores civis de classe média temerosos de perder sua “situação social” confortável, essa articulação formou “uma cultura política anticomunista” que vai atuar intensamente contra o governo de João Goulart (ABREU, 2008.) visando sua desmobilização e apoiando o golpe mais a frente.

A obra de Dreifuss é a primeira a apontar o caráter civil dessa articulação que levou ao golpe. Não obstante após suas conjecturas, a insistência no termo civil-militar tem sido muito maior. Dreifuss fala não só de articulação civil-militar, mas também em uma ordem empresarial-militar.

As interpretações, hoje já comuns com essa denominação de golpe e ditadura civil-militar, apontam mais para um apoio tácito da sociedade civil à conjuntura golpista e a ditadura do que um projeto de classe no sentido indicado por Dreifuss. Eu prefiro falar em apoio de setores que compunham um espectro civil que pairava sobre o governo Goulart. Esses setores não representavam a totalidade da sociedade brasileira, insistir num apoio civil quase unânime, além de mascarar a participação dos setores apontados por Dreifuss na conjuntura é também ignorar toda a efervescência e as articulações da esquerda antes do golpe, especialmente nos anos de 1963 e início de 1964.

No espectro civil articulado em um projeto de classe, podemos citar a participação das cadeias de comunicação como rádios e principalmente jornais, cujos exemplos gritantes foram “A Folha de São Paulo” e o “Estado de São Paulo”, mas também outras instituições tradicionais como setores da Igreja Católica e da Igreja Presbiteriana e Universidades como a “Mackenzie”, líderes políticos como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros e

o complexo IPES/IBAD. Para Dreifuss esses setores compõem a ordem “empresarial-militar”:

“Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou na melhor das hipóteses de tecno-empresários.” (DREIFUSS, 1980. P.417)

Uma das grandes contribuições da interpretação de Dreifuss é apontar com minúcia e farta documentação essa “articulação de interesses do capital multinacional e associado” (MELO, 2014, P.160). Os militares aparecem como um braço dessa articulação, que não foi gerida única e exclusivamente por eles, como é lembrado na memória cristalizada do golpe, aliás essa também é uma forma de isenção desses outros setores organizados nessa “ordem empresarial” (DREIFUSS, 1980) e de promover o esquecimento conveniente.

Mas a interpretação de Dreifuss também sofre críticas. Frequentemente se aponta a tendência do autor em considerar o complexo IPES/IBAD como onipotente. No entanto, para nós isso não retira de forma nenhuma a contribuição historiográfica imensa do autor para pensarmos o golpe, além do que ainda se constituiu numa obra chave no conjunto de obras sobre o tema.

Sigamos então.

A conjuntura política, cultural e econômica do pré-golpe é apontada também por Dênis de Moraes na obra: *“A esquerda e o golpe de 1964”*. Nela o autor apresenta todo o ambiente das esquerdas do início dos anos 60, trazendo escritos sobre a situação dos movimentos sociais no campo, dos sindicatos, das organizações estudantis, dos partidos e dos movimentos culturais. Aqui podemos refutar a tese de que havia um golpe em curso em toda a esquerda, afinal toda a fragmentação dos diversos movimentos não nos permite observar isso. Havia setores mais moderados e outros mais radicais e é nesses radicais que a direita golpista promoveu seu alarde para desestabilizar o governo Goulart, exercer uma ferrenha propaganda anti-esquerda e facilitar a tomada do poder em 1964.

A obra de Dênis de Moraes, lançada antes do boom dos 50 anos do golpe em 2014, permite uma reavaliação histórica “na perspectiva dos vencidos de 1964” e se constitui numa interpretação questionadora das “visões que prevaleceram no discurso dos vencedores, impregnadas de anticomunismo e de mistificações como a da “República sindicalista” que Jango estaria a um passo de implantar no país” (MORAES, 2011, P.11). É um bom contraponto a algumas das várias obras que apresentamos nesse pequeno balanço.

Diante de todas essas interpretações, nos posicionamos na direção daquela apresentada por René Armand, onde um projeto claramente classista, organizado em instituições civis com um braço militarizado toma o poder do Estado nas várias horas que transcorreram entre o dia 31 de março e 1º de abril de 1964.

Longe de apresentarmos aqui uma narrativa dos eventos que se sucederam e do dia do golpe propriamente dito, o que fizemos foi apresentar algumas obras que exercem o papel de fundamentar de diferentes formas a memória da ditadura, seja ela acadêmica ou social.

São interpretações que geralmente defendem um lugar, seja de esquecimento, de conciliação, de negação ou de reparação. Bem mais que apresentarmos nessas páginas iniciais uma extensa descrição de fatos e eventos sobre o golpe militar, acredito que o combate pela reparação justa da memória possa ir mais longe, principalmente historiograficamente.

Seria ainda perigoso não apresentarmos algumas versões importantes da produção atual sobre o assunto que se dedicam a revisar o revisionismo e negar o negacionismo. São interpretações também consagradas e não menos comprometidas encabeçadas pelos escritos do historiador Carlos Fico, de Enrique Serra Padrós e de Renato Lemos.

Obras de grande circulação nos âmbitos acadêmicos ou não, devem sempre ser revisitadas e revisadas. Isso é importante a fim de apontamos as versões inconsistentes ou frágeis que circulam, pois nem sempre figuras, eventos e fatos são tratados com a devida e criteriosa análise.

2.2 “E DO AMOR GRITOU-SE O ESCÂNDALO”: OS ANOS DITATORIAIS

Em Pernambuco a memória acerca do golpe também é permeada por mitos e questões ainda em aberto. Um material importante é um lançado pelo Jornal do Comercio e organizado por Laurindo Ferreira e Túlio Velho Barreto, que se preocupa em levantar reportagens sobre a conjuntura de grande ebulição pela qual passava o estado até a deposição de Miguel Arraes do palácio do Campo das Princesas.

Dissertações e teses de pesquisadores pernambucanos também tem se dedicado a observar e reconstruir a história do golpe no estado não apenas da ótica mais conjuntural, como também pensando em resistências e em grupos atuantes nessas conjunturas. A verdade é que em Pernambuco o golpe civil-militar (ou empresarial-militar, como queiram) assumiu contornos dramáticos tanto quanto no Rio , foi deposto e imediatamente preso no dia 1º de abril de 1964.

Tropas do exército cercaram o palácio ainda na noite de 31 de março, a situação no gabinete do governador era de extrema tensão, Arraes não renunciaria. A certa altura, já no dia primeiro o IV Exército sediado em Recife adere ao golpe e lança um ultimato ao governador. Segundo o Diário de Pernambuco ali “estavam extintas qualquer possibilidade de entendimento”.¹⁰ Durante o cerco, amigos, correligionários de Arraes e funcionários do palácio vão deixando o Campo das Princesas a pedido do próprio governador.

O impedimento de Arraes foi rapidamente orquestrado na Assembleia Legislativa, ao passo que “à noitinha” ele “acompanhado pelo Cel. Dutra Castilho [...] deixou o palácio do Campo das Princesas para ser recolhido preso ao 14º RI em Socorro, o regimento Guararapes”¹¹. Paulo Guerra assumiu o governo.

Mas não foi apenas neste local que se desenrolaram fatos contundentes após o golpe. A deposição, prisão e impedimento de Miguel Arraes se colocam na memória do período como um dos marcos do golpe civil-militar em Pernambuco e, como todo marco quando eleito, traz consigo seletividades e esquecimentos.

Além dos acontecimentos com Miguel Arraes, o centro do Recife no dia do golpe conheceu agitações e aglomerações, bem como no interior do estado. Os dias que se seguiram imediatamente após o golpe em Pernambuco nos permitem observar a truculência que se instalava no Brasil, embora algumas vezes se insista em apontar o ano de 1968 como o início da repressão efetiva. Bem, poderíamos falar de uma institucionalização mais organizada do regime com o AI-5, mas não de um afrouxamento dos militares nesses primeiros anos. Apesar das marchas em repúdio à ditadura e dos pequenos focos de resistência, desde o 1º de abril o regime começou a mostrar a sua face.

Em Pernambuco, as ações do exército e da polícia no interior, a prisão de Gregório Bezerra, os acontecimentos no centro do Recife, a deposição de Arraes são bons indicativos da face do regime ditatorial que se iniciava a partir de então.

Nas ruas do centro da capital, já no dia 1º de abril, várias manifestações improvisadas de setores estudantis, sindicalistas e de esquerda, chamados pelos jornais de agitadores, culminaram na morte de dois estudantes na Avenida Dantas Barreto. José de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar “apresentavam ferimentos por projéteis de armas de fogo (fuzil) nos rostos que ficaram desfigurados”¹², suas mortes ocorreram em meio a uma

¹⁰**Mortos e feridos apressaram saída do governador Arraes.** Diário de Pernambuco. 3 de abril de 1978, segunda, ano 153, n 89.

¹¹ IDEM

¹²**Agitadores provocam tiroteio na Dantas Barreto.** Diário de Pernambuco. 2 de abril de 1964, quinta, Nº 75.

manifestação estudantil que saiu da escola de engenharia do Recife em direção a avenida, já tomada pelos militares.

Essa manifestação veio a engrossar algumas outras que ocorriam desde cedo no local e com a sua chegada “foram disparados tiros para cima [...] enquanto jovens disparavam cocos verdes e pedras contra a patrulha” segue-se “uma fuzilaria tombando três jovens, dois dos quais já mortos”¹³

Enquanto isso, ainda durante o dia 1º, tropas do exército se deslocavam para o interior do estado ocupando pontos estratégicos na divisa com o estado de Alagoas e em direção à cidade de Palmares, na zona da mata pernambucana, “um dos focos da agitação vermelha” no estado, segundo o Diário de Pernambuco¹⁴. O dispositivo movido para o interior visava ainda neutralizar as áreas consideradas sob influência das ligas camponesas.

Mas, o apoio civil ao golpe também se fez sentir nas ruas e nas páginas dos jornais. Industriais do açúcar, entre eles Cooperativa de Usineiros de Pernambuco e a Federação das Indústrias de Pernambuco, por exemplo, enviaram notas ao Diário parabenizando e dando “testemunho público de aplauso à atitude dos responsáveis pela ordem nacional”. A Associação Comercial de Pernambuco pede por sua vez que os estabelecimentos abram normalmente no dia 2 como “manifestação de regozijo e confiança nas autoridades”.¹⁵

A partir de então, o Brasil viveria sob governo militar direto pelos próximos vinte e um anos, sendo esses de intensa e controversa ação policial, de refluxo e, principalmente, de institucionalização da Doutrina de Segurança Nacional, que durante a segunda metade do século XX hegemonizou o agir de diversos governos na América Latina.

Os anos de 1964 a 1968 foram de intensa agitação, primeiro porque o regime após o golpe tinha a preocupação em não se apresentar como uma ditadura, para nós é esse o período de pavimentação da chamada revolução pelos golpistas. Não obstante, imediatamente após a deposição de Jango e posse de Ranieri Mazilli, que era o presidente da Câmara os Deputados, em 9 de abril é editado e promulgado o primeiro ato institucional que, em seu texto, abria caminhos para a legitimação do golpe e inicia a consolidação do estado autoritário, ali nas palavras dos militares, “a revolução vitoriosa, como poder constituinte” se legitimava “por si mesma”¹⁶.

O segundo ato institucional extingue os partidos políticos, dá poderes ao presidente de fechar o congresso nacional a qualquer momento e institui eleições indiretas para presidente

¹³ IDEM

¹⁴ **Tropas deslocadas para o interior:** maior dispositivo. IDEM.

¹⁵ **Nota oficial.** IDEM.

¹⁶ BRASIL. Ato institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

em um momento de inúmeras incertezas, visto que eleições diretas para o executivo estariam marcadas para aquele ano de 1965, isso se o país vivesse uma democracia, o que não era o caso.

Nesse momento o presidente militar em exercício é o general Castelo Branco, e a partir daí politicamente falando apenas dois partidos atuavam no legislativo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a quem cabia o papel de “oposição”.

Esse era ainda um momento que, segundo Nelson Werneck Sodré em entrevista a Dênis de Moraes, a ditadura ainda não havia se apresentado como tal, “apresentava-se como legal”. Segundo ele, “o golpe é dado, há alguns atos de verdadeira violência política, como cassações de mandatos e de direitos políticos, mas permanece o congresso funcionando, a imprensa tem liberdade de criticar” (MORAES, 2011, p. 304).

No entanto em 1966, o próprio Castelo Branco fecha o congresso. Em outubro daquele ano o recesso parlamentar decretado pelo general deixou claro que em uma “casa desfigurada e de mãos atadas” a partir de então só iria “apenas referendar a escolha de um sucessor militar” (ARANHA, 2014, p. 50).

É a partir de 1967, com a sucessão de Castelo Branco pelo general Artur da Costa e Silva, que o Brasil se encaminha para a instituição legal dos chamados anos de chumbo. Comumente apontado como o momento em que a chamada “linha dura” dos quartéis brasileiros passa a agir com maior desenvoltura, a eleição de Costa e Silva é marcada ainda por mais dois atos institucionais, o de número 3 que estipulava eleições indiretas para governador e o de número 4, que referendou e aprovou uma nova constituição ditatorial com uma reformulada Lei de Segurança Nacional e uma nova lei de Imprensa.

Mas, esse também é o momento de importantes acontecimentos no sentido de resistência aberta ao regime. É bem verdade que apesar de toda agitação política e juvenil no mundo, como na França ou na primavera de Praga, o ano de 1968 teve um desfecho bastante dramático no Brasil.

Em 68, assistimos às manifestações de rua anti-ditadura, as marchas dos 100 mil e suas congêneres, o show Opinião, as montagens do teatro Oficina, mas também a repressão a essas manifestações, o assassinato do secundarista Edson Luis no restaurante Calabouço e a forte repressão às manifestações públicas de protesto em vários momentos e por diferentes motivos. Tempos ainda mais difíceis se iniciavam no Brasil.

Em Pernambuco, por exemplo, as manifestações imediatas à morte de Edson Luis e os acontecimentos recentes no país, foram marcadas por um forte clima de tensão ao fim do mês de maio de 68. Primeiro porque a manifestação marcada em Recife numa terça-feira, dia 31, esbarrou no bloqueio policial e político dos aparelhos do Estado, mesmo tendo sua autorização solicitada pelos estudantes que a organizavam. Segundo, porque mesmo com as proibições a passeata ocorreu, mas de uma forma reduzida, tendo seu itinerário alterado e sob forte vigilância policial. Os estudantes inclusive chegaram a se misturar com a população que aguardava nas filas do terminal de ônibus no Cais de Santa Rita para escapar da vigilância policial.¹⁷

Simultaneamente outros grupos de estudantes organizaram “pequenos comícios no Largo da Paz e na Encruzilhada” e todos tinham como assunto principal “a morte do estudante Edson Luís”. Na reunião feita na Encruzilhada a “policia não chegou a tempo de reprimir as manifestações”¹⁸

Ainda na esteira dessas manifestações de 1968 no Recife, no dia 4 de abril os estudantes voltam às ruas e novamente a polícia reprime, dessa vez invadindo a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal. A invasão, classificada como injustificável pelos estudantes, foi seguida de comício na Universidade Católica, que teve a entrada de tropas policiais impedidas pelo reitor em um ambiente de grande agitação contra a invasão arbitrária da policia na Faculdade de Filosofia, onde inclusive “os estudantes gritavam frases contra o atual governo”¹⁹

Obviamente esse é um pequeno quadro, pois o ano de 1968 com suas manifestações contra a ditadura e a repressão que se desencadeou são temas de vários trabalhos que contemplam os mais variados prismas. Nossa intenção aqui é indicar um pouco os espaços que se constituíram como resistência ao regime e que serviram em grande parte para a produção do discurso oficial do governo, que promoveu o recrudescimento do mesmo.²⁰

No país inteiro a ideia repassada pelos agentes do governo, pelo próprio governo e pela grande imprensa era de um estado de terror e tensão engendrado por quem estava se

¹⁷**Estudantes saem as ruas mas não conseguem organizar a passeata.** Diário de Pernambuco, 3 de abril de 1968, quarta feira, ano 143, n 76.

¹⁸**Outras manifestações.** IDEM.

¹⁹**Estudantes saem às ruas e policiais invadem faculdade de filosofia.** Diário de Pernambuco. 4 de abril de 1968, quinta, ano 143, n 77 (1)

²⁰ Ver: ANSARA, Soraia. Memória política, repressão e ditadura no Brasil. Juruá Editora. Curitiba: 2008. Ver também: GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo. Ática. 1987.

manifestando naquele momento.²¹ De março para abril daquele ano se falava novamente em estado de sítio, apesar da negativa do presidente Costa e Silva.²² No entanto, essa aura de medo e terror dissimulada criada pela ditadura justificou a edição e o lançamento do seu mais duro ato institucional, o de número 5.

Com o AI-5 se iniciou no Brasil os chamados anos de chumbo.

Censura, cassação, tortura e desaparecimentos são palavras recorrentes quando tratamos dos chamados “anos de chumbo”, que tradicionalmente compreendem o final de 1968, ano da instauração do Ato institucional número 5, que, na prática, legitimou o poder do presidente-ditador em vigor de fechar o congresso, cassar direitos políticos e intervir nos estados, como também alçou vôo ao papel da censura no país²³ tanto cultural como política, onde através desta atingiu primordialmente a imprensa de resistência, chegando depois à grande imprensa. O governo tapava assim os olhos de uma grande parte da população para as violações aos direitos humanos e constitucionais chanceladas pelo AI-5. Note-se ainda que retirava direitos individuais básicos, como o do habeas corpus.

Contrariamente ao que se convencionou dizer, tomamos o advento do AI-5 como uma série de medidas que já estavam sendo preparadas desde 1964 e não apenas como “um golpe dentro do golpe”. Eram medidas que já estavam sendo pensadas e até certo ponto sendo tomadas sem que em 1968 se configurassem necessariamente como um outro golpe. Aliás, daremos fôlego à questão das alas castelistas e da linha dura dentro do governo mais a frente.

O Ato Institucional de número 5 foi baixado em dezembro de 1968 e permitiu ao governo militar institucional todo o discurso de combate ao inimigo interno e instaurou o terror no país. A repressão tornou-se feroz. Prisões baseadas na lei de segurança nacional onde o preso ficava incomunicável por alguns dias e seus direitos de defesa judicial eram

²¹ **Recife foi cidade do mêdo por tôda tarde de ontem** (sic). Diário de Pernambuco, 3 de abril de 1968, quarta feira, ano 143, n 76.

²² **Fala-se em estado de sítio no país**. Diário de Pernambuco. 2 de abril de 1968, terça, ano 143, Nº 75

²³ A censura no Brasil não foi instituída pela ditadura de 1964, pelo contrário data do Estado Novo, quando em 1937 se intensifica a atuação do Departamento de Censura de Diversões Públicas, que compreendiam por sua vez as produções radiofônicas, televisivas, musicais, teatrais e cinematográficas. Durante a ditadura de 1964 a mão da censura se tornou cada vez visível devido a exibição do certificado de censura nas diversas produções televisivas e cinematográficas. No entanto alguns autores afirmam haverem diferenciações entre a censura exercida nas produções culturais e a censura política destinada, por exemplo, à imprensa, a primeira instituída por uma legislação mais velha e conhecida do público e a segunda imposta através do Ato Institucional de número 5 em 1968. Ver: CAROCHA, Lois Maika. **Pelos versos das canções: um estudo sobre o funcionamento da censura musical durante a ditadura militar brasileira**. (Dissertação de Mestrado em História). UFRJ. 2007. Ver também: NAPOLITANO, Marcos. **“A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)”**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v.24, n.47, jul., 2004, p. 103-126.

suprimidos tornaram-se comuns. Tortura, prisões, violência institucionalizada foram palavras que se tornaram correntes a partir de 1968.

O AI-5, que como dito inaugura os anos de chumbo em 1968, na prática transformou em lei o atropelamento dos direitos civis que já vinham sendo feitos desde 1964. “Com ele o governo pode “cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, [...], proibir manifestações sobre assuntos políticos e suspender o habeas corpus em crimes contra a segurança nacional” (RIDENTI. Apud. MEIGUINS. 2005. p.68).

Não nos deteremos aqui em um exame detalhado dos anos ditatoriais, esse afinal é mote para outro e maior trabalho. No entanto para entendermos os processos que ao fim de 1979 culminaram na aprovação da lei de Anistia e as movimentações sociais em torno da proposta de lei é preciso observar, ainda que brevemente, os contextos que se desdobraram no Brasil a partir do ano de 1974.

Como veremos mais a frente, desde o início do regime militar no Brasil, algumas vezes já tinham se levantado reivindicando Anistia, no entanto é a partir de 1974, com o início da proposta de distensão encabeçada por Ernesto Geisel, o resultado das eleições parlamentares daquele ano e o início da crise do milagre econômico que as conjunturas começam a mudar contundentemente de forma a permitir o grande afluxo de movimentos e movimentações da segunda metade da década de 1970 em diante, apesar ainda da vigilância e da repressão do governo.

Vale à pena ressaltar que a intensa repressão levada a cabo pelos militares contra as organizações de resistência que adotaram a luta armada, dizimou sua militância e sufocou qualquer possibilidade de reação mais intensa contra o regime. Isso faz, inclusive, que a ditadura cogitasse a possibilidade de uma “abertura” política.

2.3 “CAÍ A TARDE FEITO UM VIADUTO”: ABERTURA E CONTEXTO

Em 1974 o regime civil militar comemorava com grande entusiasmo os dez anos da “revolução institucionalista” que havia derrubado João Goulart de um governo democraticamente instituído e instalado no poder uma série de generais que passaram a governar o país com mãos de ferro.

A ocasião era festiva, afinal segundo o governo o combate ao inimigo interno da revolução estava quase vencido e a economia conhecia altos índices de aprovação no mercado mundial devido ao chamado milagre econômico brasileiro, pois se os anos de 1968 a 1974

foram marcados por forte repressão política e cultural, eles também veriam a construção do discurso de sucesso que ressaltava no sentido de vitória o aspecto positivo do governo.

No entanto esse aspecto positivo era sentido, talvez apenas nas propagandas do governo feitas nos meios de comunicação em massa. Pois enquanto grandes empreiteiras, corporações e órgãos do governo comemoravam os dez anos da “revolução”, milhares estavam na condição de presos políticos, ou desaparecidos ou mortos. Havia, ao que parece, parafraseando Milan Kundera um “kitsch”²⁴, ou seja, a negação do que era sujo, podre, mal. A negação do que se escondia nas cavernas do sistema policial montadas pelo regime.

Os jornais em 1974 comemoraram o regime, saudaram-no e o brindaram novamente. Em Pernambuco, a inauguração do prédio da SUDENE acabou se tornando símbolo máximo da vitória do milagre econômico, afinal o Brasil “era um país que ia pra frente”. As páginas do Jornal do Comércio, por exemplo, a trinta e um de março de 1974 estavam recheadas de anúncios de empresas saudando o governo e sua incrível capacidade de manter o Brasil nos trilhos.²⁵ Mas a que preço... É nesse panorama que começamos nossa trajetória narrativa rumo à Anistia política sancionada em 1979.

Em 1974 a máquina do Estado ditatorial estava a todo vapor, o governo do General Emílio Médici usava a máquina administrativa para promover grandes propagandas favoráveis ao regime, o milagre econômico parecia ir de vento em popa e a política de repressão policial do Estado já havia feito um considerável número de vítimas.

Os anos de Chumbo tradicionalmente também duram até 1974 que é apresentado como um ano de virada devido ao início da política de “distensão” ou de “abertura, lenta, gradual e segura”. Só que o AI-5 enquanto política de Estado dura para além de 1974, sendo inclusive utilizado pelo presidente Geisel em outros momentos. A verdade é que não podemos falar ainda efetivamente de uma abertura nos anos 1974. O máximo que podemos dizer é que um projeto estava sendo esboçado, se é que estava, para além da abertura democrática visando garantir a permanência das Forças Armadas no comando no país. Vale salientar que em 1974 alguns países da América Latina ainda estavam começando a viver suas terríveis experiências

²⁴Ver KUNDERA, Milan. “**A Insustentável leveza do ser**”. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

²⁵Em nota no Jornal do Comércio os comandos militares do Recife, a prefeitura da cidade e o governo do estado convidavam “autoridades políticas, comerciais, associação de classes, professores, estudante, funcionários públicos e “*povo*”, (grifo nosso) para uma solenidade em “testemunho do júbilo pelo transcurso do décimo aniversário da revolução de março de 1964”“. **Revolução de 31 de Março de 1964: Convite. Jornal do Comércio. 21 de março de 1974. Ano LV. Nº 23.** Essa nota aponta o apoio de setores da sociedade civil ao regime, inclusive setores citados tradicionalmente do outro lado, ou seja, na contestação, como é o caso das organizações estudantis. Ressalta-se, no entanto, que o jugo da repressão ainda era intenso e que lideranças de esquerda no movimento estudantil e em outros movimentos haviam sido presas, sequestradas, desaparecidas, clandestinas e exiladas e de fato foi a direita que assumiu esses movimentos. Dessa forma a contestação passa a ser manifestação de apoio a ditadura.

de recessão de direitos humanos e violações, como é o caso do Chile cujo golpe militar ocorreu em 1973. A operação Condor²⁶ também estava em pleno funcionamento, os desaparecimentos ocorriam, da mesma forma a tortura e a censura continuavam a atuar com força no país. Falar, pois, de um relaxamento do regime em 1974 é ir simplesmente contra as evidências.

Aliás, a própria palavra “distensão” colocada pelo General Ernesto Geisel, que assumiu a presidência do país em março de 1974, já traz em si algumas controvérsias, pois ao mesmo tempo em que significa “afrouxamento”, distensão pode significar “prolongamento” ou “continuação”. Era um acerto. (MUNIZ/FERRAZ. 2005. p.174).

Ainda em 1974, o general presidente em discurso para representantes da ARENA deixa claro que apesar das manifestações que começavam a surgir o governo acompanharia de perto esse processo, afinal era uma abertura política dentro de seus termos, “gradual, lenta e segura”. Geisel disse na ocasião que:

“O governo acolhe com interesse os debates e discussões sobre a problemática política brasileira [...] Não aceita porém [...] nem poderia admitir jamais pressões indevidas ou campanhas reivindicadoras de indivíduos ou de grupos[...] que pretendem forçar mudanças e revisões inconvenientes, prematuras e imprudentes no quadro político nacional. [...] Os órgãos de segurança continuarão atuantes [...] no combate perseverante, rigoroso, mas sem excessos condenáveis[...] sem violências inúteis.”²⁷

Em agosto de 1975, o presidente reafirma esse posicionamento, inclusive pedindo muito cuidado ao afirmar que: “O processo desperta expectativas vivazes e é necessário preveni-las, aquietá-las, encaminhá-las” a fim de evitar que eles se descaminhem e levem a subversão da ordem.²⁸

Mas por que, apesar disso, 1974 é apontado como o ano da virada? Primeiro, mesmo que não se haja um relaxamento efetivo no modus operandi do governo ditatorial, é em 1974 que se inicia um jogo de idas e voltas dentro de diversos setores do governo que culminam na abertura política. Segundo, porque a crise internacional que surge em meados de 1974 afeta o Brasil enormemente derrubando a ilusão do chamado “milagre econômico” e deixando o governo temeroso, principalmente após as eleições parlamentares do mesmo ano, quando o

²⁶ Operação de cooperação e colaboração entre as ditaduras militares no cone sul iniciada ainda na década de 60. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai atuaram conjuntamente de forma secreta na vigilância, sequestro, assassinato, tortura e extradição de opositores aos regimes militares nesses países. Militantes e opositores eram frequentemente transportados pelos territórios sem garantias de direitos constitucionais, políticos e humanos uma vez que a Operação Condor não se submetia a procedimentos jurídicos. Trocas de documentos, informações e prisioneiros eram frequentes.

²⁷ **Geisel aceita o debate mas não a contestação ao regime.** Jornal do Commercio. 30 de agosto de 1974. P.1. Caderno 1.

²⁸ **A construção dos discursos.** Jornal Movimento. Nº 5 – 04 de agosto de 1975.

MDB conseguiu expressiva votação. E terceiro, porque novas organizações sociais começam a despontar a partir daí e, ainda que muito timidamente nesse início, elas irão dar o tom às reivindicações nos anos finais da ditadura e no início da redemocratização.

A eleição e posse do General Ernesto Geisel é momento importante nessa conjuntura, uma vez que para algumas interpretações é a partir de seu mandato que a ditadura começa a conhecer um afrouxamento, ou melhor, é a partir de sua chegada ao governo que temporalmente se fala no início do processo de abertura.

O General Ernesto Geisel sempre trabalhou em órgãos administrativos do aparato repressivo do governo militar. Tinha uma ideia tecnocrata de poder e assume com a função de levar adiante o projeto que era o chamado milagre brasileiro. Segundo Kucinski “Geisel julgava-se um messias predestinado a salvar o país” e antes de assumir a presidência elaborou o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento que “dava ênfase especial a produção de bens de capital, fertilizantes, metais não ferrosos, polpa e papel” (KUCINSKI, 1982. P. 19)

Geisel, eleito por um colégio eleitoral subordinado obteve 400 votos sobre o candidato indicado pelo MDB, Ulisses Guimarães que teve 73 votos e 23 abstenções. Para muitos dentro das casernas militares, a eleição de Geisel representava a volta dos castelistas ao poder, superando a facção da chamada linha dura que vigorava e detinha o poder durante o governo do general antecessor, Emílio Garrastazu Médici.

Geisel teria pela frente um panorama ligeiramente diferente do de Médici, e ao propor a ideia de uma distensão estava, a nosso ver, confiando na capacidade de manutenção do regime, como ao mesmo tempo, buscava ampliar a ideia de concessão que o governo procurava passar junto a algumas camadas que começavam a se organizar. O General eleito em 1974 herda também a continuidade do regime econômico implantado pela ditadura. Sua manutenção e seu plano de crescimento.

Brasília parecia receber com grande entusiasmo a posse de Geisel, já que dias antes da votação segundo o Jornal do Comércio circulavam pelo congresso frases entusiastas como “O novo governo será de muitas esperanças” ou ainda “Tenho grandes esperanças no Governo Geisel”.²⁹ Essas falas sem autorias explicitadas podiam antever que o clima no Congresso acerca do governo Geisel já estava sob uma certa especulação acerca da abertura política, não esquecendo também que frases como essas faziam propaganda do novo governo que se instalava.

²⁹ **Colégio Eleitoral vai escolher Geisel como Presidente dia 15.** Jornal do Comercio –Quinta, 3 de Janeiro de 1974, Ano LX. N.º2.

No entanto, a eleição de Geisel é marcada pela atuação parlamentar do grupo de deputados do MDB conhecidos como autênticos, que chegaram a apresentar um anti-candidato para fazer frente, ainda que minimamente, ao nome de Geisel no Congresso.

O grupo dos deputados autênticos chegaram a lançar o nome de Tancredo Neves como candidato oficial do grupo, no entanto, segundo Alencar Furtado, houve um recuo da parte de Tancredo. Em suas palavras: “o anticandidato [...] renegando-se, prestou um serviço a ditadura, em um pleito já definido por antecipação, coonestando uma farsa” (NADER, 1998, p. 52).

Outros deputados do grupo relembram desse episódio ao recordarem sua atuação no Congresso em entrevistas cedidas à Ana Beatriz Nader. Alguns foram cassados pouco depois, como foi o caso do próprio Alencar Furtado e Amaury Muller.

Eloy Lenzi lembra que no dia da votação que escolheria o presidente os autênticos denunciaram “aquela farsa, devolvendo nossa intenção de voto, aos respectivos eleitores [...] com isso a realidade brasileira ficou exposta fora do país”. Além disso, segundo ele estava localizada na “anti candidatura o desencadeamento do processo de abertura democrática no país” que “começou sobretudo, quando deputados e senadores passaram a ter espaço na mídia e a falar que no Brasil havia uma ditadura” (IDEM, p. 85).

Para Fernando Cunha, mais radical, foi “sem dúvida o momento mais importante” da trajetória do grupo, uma vez que “lançaram para o mundo a denúncia de que a eleição era ilegítima”, mas lembra que o próprio grupo esbarrou em “uma enorme censura partidária porque de repente o MDB, resolveu participar do colégio eleitoral o que não aceitávamos de forma nenhuma” (IDEM, p. 99).

Finalmente a posse de Geisel será encarada pela linha dura com desconfiança, o nome do General Golbery do Couto e Silva que já era certo figurar no gabinete do presidente, era visto com ressalvas, pois representava a volta dos castelistas ao poder.

Essa questão dos castelistas e da linha dura na alternância do poder que perpassa por 1974 merece um pequeno comentário à parte. Hoje, alguns autores a exemplo de Carlos Fico apontam que havia muito mais concordâncias que divergências entre essas alas, pois muito embora cada uma visasse a manutenção do poder à sua maneira, elas obedeciam ao mesmo mote ideológico que levaram não só o golpe a cabo mas também os 21 anos de ditadura. Segundo o autor, “uma análise mais apurada dos governos do período revela que as diferenças na caserna eram muito sutis” (FICO apud. CAVALCANTE, 2005).

De acordo com o professor Antônio Montenegro: “essa classificação não contribui para desnaturalizar as ações e o papel desses agentes na construção do estado de exceção” (MONTENEGRO, 2012, p. 21). Além disso, diversos autores apontam uma diversidade que só essa divisão entre moderados e linha dura não abrange (FICO, 2004).

Mesmo assim, a eleição de Geisel não representaria de imediato a distensão anunciada. Geisel apoiou torturas e utilizou-se ainda do AI-5 em outros momentos políticos mais a frente, como no caso da cassação de deputados do MDB.

Outro fator que geralmente se aponta como marcante para a abertura política proposta nos termos de Geisel é a crise econômica do milagre brasileiro. Afinal a crise, juntamente com as novas organizações que surgiram na segunda metade da década de 70 e as sucessivas derrotas eleitorais do governo são encaradas como fatores principais do panorama geral que se ergueu rumo à Anistia.

Modernização, essa era a palavra corrente desde o governo Médici, quando o país abre as portas para grandes investimentos de capital estrangeiros, multinacionais são instaladas, e o incentivo aos bens de consumo crescem a taxas elevadas ao ano.

A economia brasileira se agigantou no período chamado de “milagre econômico”. Para os governos militares era necessário elevar o país a um patamar de riqueza e desenvolvimento nunca vistos antes. O crescimento era iminente, o Brasil se punha entre as dez nações mais ricas do mundo. “Parecia uma conquista pra ninguém botar defeito: a produção industrial crescia com rapidez e o número de empregos ia às alturas” (PARRON. 2005.p.150).

É importante situarmos os anos do milagre econômico entre o governo do general Médici (1969-1974) e o início da era Geisel que, como já citado, corresponde de 1974 a 1979. É nesse período que a economia conhece o auge e o ocaso do seu projeto, que em certa medida acarreta o ocaso da ditadura.

Estamos, pois, em um momento em que ao mesmo tempo, a oposição ao regime se levantava e era duramente combatida e onde o apoio civil de empresas, organizações e comissões continuava tão vivo quanto em 1964, ano do golpe que retirou um presidente eleito democrática e constitucionalmente.

Na história da ditadura, [...] a coisa não foi linear, sucedendo-se conjunturas mais e menos favoráveis. Houve um momento de apoio forte – entre 1968 e 1974. Porque foram também, e ao mesmo tempo “anos de ouro” para não poucos (REIS FILHO, 2012. p.33-34).

Tamis Parron em artigo à edição especial “Ditadura no Brasil” da revista “Aventuras pela História”, aponta como características do milagre econômico brasileiro o crescimento da indústria automobilística, a criação ou ampliação dos cursos de pós-graduação no Brasil e a

geração de empregos. Por outro lado a distribuição de renda se concentra, a terra, que já era mal dividida passa ainda mais para mãos de poucos e qualquer menção à reforma agrária foi esquecida. Na questão da distribuição de renda, o milagre econômico ocasiona um verdadeiro vazio social no país.

O PIB crescia a olhos vistos, as taxas chegaram a 11,4% em 1973. Ao mesmo tempo o investimento das multinacionais se agigantava também por aqui, e a produção principalmente automobilística cresceu a ponto de em 1980 chegar a “invejável marca de 1 milhão e 165 mil veículos produzidos” (PARRON. 2005.P.152). O modelo econômico da ditadura era um modelo concentrador, cujo capital financeiro era o mote das relações comerciais. A ditadura desenvolveu uma intervenção forte na economia e instalou e desenvolveu setores como a indústria petroquímica.

A intenção dos governos militares em se fazerem vistos através de obras grandiosas e faraônicas parecia corroborar o famoso slogan “Esse é um país que vai pra frente”. É nesse período que são construídas a ponte Rio - Niterói, as usinas nucleares de Angra dos Reis, a hidroelétrica de Itaipu e a maior falácia da ditadura em termos de construção: a Rodovia Transamazônica.

Mas, é a partir de 1974 que a crise começa a se agigantar. Uma guerra no Oriente Médio eleva o preço do petróleo, quebrando a política petroleira que o governo Geisel pretendia levar a cabo. Foram dois choques quase que sucessivos nessa questão dos preços dos barris de petróleo. O mundo entrou em recessão e os grandes países investidores retiraram investimentos em países como o Brasil e outros da América Latina.

Ao mesmo tempo uma crise institucional se instalava e a burguesia foi retirando seu apoio aos tecnocratas do governo, uma vez que a fatia que a eles cabia estava sendo retirada pela crise econômica pela qual passava o país. No campo político as eleições de 1974 e novas organizações sociais, como associações de bairros, movimentos de mulheres e setores da igreja católica, começam a despontar levando o governo Geisel a pensar, ou repensar a questão da distensão.

Falemos também das eleições parlamentares. A partir de 1974, com a vitória da oposição nessas eleições, a ditadura foi obrigada a repensar suas posições, ficando claro que ela não tinha aquele apoio unânime no qual se julgava amparada. O MDB, mesmo sendo colocado como um partido cuja oposição era de fachada, ainda aglutinava em suas fileiras líderes que buscavam uma frente de oposição ao governo, mesmo que dentro de seus jogos de poder. Em novembro de 1974 o MDB recebeu 14,5 milhões de votos para os candidatos ao

senado contra 10,1 milhões para os candidatos da ARENA, o partido do governo. Nas eleições para deputados o MDB também venceu.

Isso significava que o general Geisel perdia, logo no início do seu mandato, o poder de modificar unilateralmente o regime através de ementas à constituição, pois para isso era necessária a maioria de dois terços no congresso (KUCINSKI, 1982. p. 38).

Era um golpe duro para o governo que começava a enfrentar a partir daí a organização de novos agentes sociais, principalmente no meio urbano que questionavam não só a questão política, mas administrativa do governo. O General Geisel, no entanto, acaba apertando certas rédeas na ideia da distensão, principalmente no plano político.

Em 1975 a morte do jornalista Vladimir Herzog em um quartel de São Paulo agravou ainda mais a crise institucional pela qual o governo começava a passar. Além disso, pegou a todos de surpresa, afinal a abertura parecia já ser realidade. Mas não o era. Segundo Elio Gaspari³⁰ em 1975 a repressão estava mais viva que nunca, pois com a desbaratinação das guerrilhas armadas o Serviço de Inteligência do Exército se volta para o Partido Comunista Brasileiro. Muitas arbitrariedades foram cometidas. Gaspari em “A Ditadura Encurralada” assinala bem esta crise contando, inclusive, as inquietações do General Geisel com isso. (GASPARI, 2004).

A abertura seria feita nos termos do General e de seu staff. Para tentar deter esse levante do MDB, o governo aprovou a Lei Falcão em 1976, que proibia a propaganda eleitoral gratuita na TV e que na prática, era um dos maiores instrumentos da oposição para divulgar as ideias do MDB.

Dentro da instrumentalização dessa distensão o governo Geisel administra um jogo de quebra de braço, afirmando que a abertura teria que ser feita em seus termos e não nos termos da oposição, fosse ela política ou civil.

Ainda em janeiro de 1976 Geisel usa o AI-5 para cassar dois parlamentares do MDB. O Diário de Pernambuco, além da pequena notícia sobre as cassações, traz uma retrospectiva desses parlamentares. No Diário o tom é de surpresa por ver o uso do AI-5 abertamente em 1976, o que já denota que a abertura vinha sendo pensada como o afrouxamento do governo, o que na prática o General Geisel deixa claro que não.³¹

Em 1977, o governo lança o “pacote de Abril”, através do qual cassou mandatos e instituiu os chamados “biônicos”, que eram senadores eleitos de forma indireta, o que redefiniu as cadeiras em favor da ARENA. É importante dizer que o aparato policial e

³⁰ Ver: GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**, São Paulo. Cia da Letras, 2004.

³¹ “Geisel Usa o AI-5 e cassa os mandatos de dois parlamentares” Diário de Pernambuco. Terça, 06 de janeiro de 1976. Ano 151, Nº 5.

repressor continuava a funcionar a todo vapor e que as medidas do governo durante os anos propostos para a abertura foram inúmeras. Aqui apresentamos um resumo delas, pois são importantes para se entender o processo de Anistia no país.

Todas essas tensões do governo eram traduzidas por meio de novas organizações sociais, como o movimento de mulheres, de bairros, entre outros, que começaram a surgir a partir de 1974. Em 1978, apesar das medidas do governo, a vitória nas eleições parlamentares foi novamente da oposição.

Os efeitos da crise do milagre econômico se fizeram sentir enormemente no inchaço urbano, cuja política o governo não pôde ou não soube conter e no ajuntamento compulsório de trabalhadores vindos da zona rural em periferias nas grandes cidades. Isso trazia a tona insatisfações e reivindicações crescentes.

No entanto, essa nova atmosfera se agiganta em 1978, quando se desenvolvem as primeiras manifestações públicas (REIS FILHO, 2013. p. 17). Entram em cena as greves de trabalhadores no estado de São Paulo, a reorganização dos movimentos estudantis e as mobilizações para a Anistia política.

Elemento fundamental nessas novas organizações foi a Igreja Católica, que a princípio saudou e apoiou, em grande parte, o golpe de 1964. Na década de 70 a igreja assumiu numa postura clara de oposição. No caso Herzog e daí pra frente a igreja seria palco de amplos debates sobre redemocratização e se constituiria como espaço de luta contra o regime.

É também em 1978 que o país conhece a figura icônica de Luís Inácio Lula da Silva, presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema que, junto a seus companheiros de sindicatos coordena a primeira manifestação grevista significativa após o AI-5. A repressão atuou forte, mas isso que chamamos de novas organizações colocava na pauta do dia não só as reivindicações trabalhistas como também outros temas de grupos que buscavam melhores condições de vida e de trabalho ou legitimação política.

Dentre esses movimentos podem ser listados o estudantil, o de mulheres, o de bairros, e o contra a carestia. Articulados ou não ao movimento sindical, os movimentos sociais, em seu conjunto, engrossarão a luta democrática do período (SANTANA, 2008. p. 296).

Esse ambiente de efervescência [...] verá surgirem inúmeros movimentos sociais que irão pavimentando o caminho para o processo de redemocratização, acelerando a crise do regime militar (KRISCHKE, 1982 APUD. SANTANA, 2008. p.296).

2.4 A TAMPA DE PEDRA: BREVE HISTÓRICO DA ANISTIA NO BRASIL

Em 1978, em meio a já efervescente campanha dos Comitês Brasileiros pela Anistia em suas diversas seções e do Movimento Feminino pela Anistia, sobre os quais me alongarei mais à frente, uma obra nasceu emblemática daquele contexto. O livro de Roberto Ribeiro Martins, *“Liberdade para os Brasileiros: Anistia ontem e hoje”* aparece como um grande trabalho de pesquisa, que faz um inventário das formas com que a Anistia foi utilizada na história do Brasil em seus mais diversos períodos. É também uma obra panfletária, um documento chave naquele contexto de organização da campanha pela Anistia.

Roberto Ribeiro, em seu livro planejado durante seus três anos e quatro meses de prisão, articula passado e presente na tentativa de situar a Anistia como uma tradição histórica no país, com o objetivo de que essas experiências passadas levassem luz à campanha pela Anistia que marchava no Brasil de então. Segundo o autor a obra em questão buscava mostrar, “sem perder o fio da história”, como a “Anistia se tornava mais uma vez uma exigência nacional inadiável”³².

As dúvidas naquele momento eram muitas, a palavra Anistia confundia-se frequentemente com indulto. Neste sentido, o livro *“Liberdade para os brasileiros”* de Ribeiro aparece nos seus meios de recepção também como um guia histórico da Anistia para aqueles que se propunham debatê-la e reivindicá-la, tanto que o Movimento Feminino pela Anistia promoveu seções de lançamento por todo o Brasil, inclusive no Recife.³³

Mas, se a Anistia é uma tradição histórica no Brasil, convêm conceituá-la e observar que raras foram as Anistias de caráter realmente amplo. Em sua maioria as Anistias concedidas não bastaram por si só para “garantir convivências democráticas” e “existência continuada da liberdade” (MARTINS, 1978, p.112).

Para Ruy Barbosa a origem da Anistia vem ligada à Grécia de Sólon em 594 A.C. Já de acordo com o dicionário jurídico brasileiro, Anistia significa:

“Ato pelo qual o poder público declara impuníveis, por motivo de utilidade social, todos quantos, até certo dia, perpetraram determinados delitos, em geral políticos, seja fazendo cessar as diligências persecutórias, seja tornando nulas e de nenhum efeito as condenações; perdão geral.” (SANTOS, 2001, P.35).

Neste sentido, a Anistia, cuja palavra deriva do radical grego “amnéstia”, “tem sido um ato eminentemente político destinado a promover o esquecimento de lutas e processos

³²**Liberdade é o nome do livro lançado ontem por Roberto Ribeiro.** Diário de Pernambuco 14 de outubro de 1978, sábado, ano 153, n 280.

³³ Idem

decorrentes das divisões internas dos povos e assim reconquistar a paz” (MARTINS, 1978, p. 18).

A Anistia tem sido um instrumento poderoso de esquecimento através dos anos. Ruy Barbosa ao defender Anistia no ano de 1905, referente aos atos excessivos e autoritários do governo de Floriano Peixoto, utilizando as palavras do jurista francês Garraud comenta a Anistia como:

“Lei não do perdão, mas do esquecimento, ela não se estende só às penas, senão aos sucessos que a determinaram. A *amnéstia* grega, o *oblivior* latino, a nossa Anistia é desmemoria plena, absoluta, abrangendo a própria culpa em sua existência primitiva. Não se apaga só a sentença irrevogável, aniquilando retroativamente todos os efeitos por ela produzidos, como vai até a *abolição do próprio crime*, punido ou punível. [...] A Anistia extingue todos os efeitos da pena, e põe perpetuo silêncio ao processo” (IDEM, p. 57).

A Anistia, que tem seu sentido intrinsecamente ligado ao do esquecimento e do perdão, na verdade é capaz de (re) configurar novos pactos sociais baseados nesta noção do esquecimento.

Além disso, o perdão, que para Paul Ricoeur (2005) “é um trabalho que começa na região da memória e passa para região do esquecimento”, é parte integrante nesse processo de Anistia, pois para nós ela faz parte daquilo que o filósofo ancorado em Freud chama de trabalho de luto, ou seja, do desligamento de um determinado objeto até que ele possa ser novamente encarado para promover depois a reconciliação (RICOEUR, 2005, p.6). A Anistia é, então, necessária em determinados contextos autoritários para que temporariamente, e apenas temporariamente a sociedade possa fazer seu trabalho de luto, o que não significa de forma alguma que ela deva promover “uma memória apaziguada” ou um “esquecimento feliz” (RICOEUR, 2007, p. 423), afinal a Anistia é uma “forma institucional de esquecimento cuja fronteira com a amnésia é fácil de ultrapassar” (p.459).

A linha entre Anistia, esquecimento, trauma, perdão e passado é muito tênue, pois ela,

“permitiria recompor a coesão social, à custa da proibição de lembrar o passado vivido”, uma estratégia que pode “ser bem sucedida emergencialmente, mas seria problemática a médio e longo prazo, porque a memória não se deixa comandar completamente por forças externas e porque o esquecimento se fosse alcançado, levaria à repetição do passado e aos mesmos erros antes cometidos” (RODEGHERO, 2012, P.103).

É nesse sentido que, de acordo com Roberto Ribeiro Martins, se inscrevem as Anistias na história política do Brasil. No Império a Anistia era condicionada ao poder do imperador atuando como uma extensão do direito de graça monárquico. A Confederação do Equador em Pernambuco no ano de 1824 tem uma Anistia decretada após o julgamento, condenação e

execução de participantes. Na Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul a Anistia foi usada como tentativa (falha) de dispersar e fazer debandar o movimento.

Mas as tradições mais contundentes de Anistia aparecem na República, sempre com a noção de esquecimento e perdão, mas atrelada ao poder legislativo, nas mais variadas conjunturas e situações políticas e sempre Anistiando crimes políticos ou de rebelião. Durante os anos iniciais da república destaca-se a atuação do advogado e político Ruy Barbosa no contexto autoritário e duro do governo de Floriano Peixoto.

Em 1892 é concedida Anistia aos partidários de Deodoro da Fonseca que engendraram motins, sublevações e manifestos nas Forças Armadas e que levaram Floriano Peixoto a decretar estado de sítio no país prendendo diversos oficiais. A essa Anistia Ruy Barbosa vai alegar inconstitucionalidade dos atos legislativos e a ilegitimidade do governo Peixoto, que deveria ter aberto novas eleições antes do conflito.

Mais a frente o advogado se envolve nos debates acerca de outra Anistia em 1895, envolvendo os participantes da Revolução Federalista no sul do Brasil em 1892 e da Revolta da Armada no Rio de Janeiro em 1893. Nesse contexto Ruy Barbosa escreve a obra “*Anistia inversa: um caso de teratologia jurídica*”, onde além de apontar as restrições da Anistia de 1895 referentes a reintegração dos revoltosos às Forças Armadas faz um balanço acerca da Anistia que remonta a Grécia (MARTINS, 1978).

Outros exemplos emblemáticos nesse momento de primeira república são o decreto de 1905 Anistiando envolvidos na chamada Revolta da Vacina no Rio de Janeiro e as discussões em torno das punições e da Anistia para os envolvidos na Revolta da Chibata em 1910.

A partir de 1930 outros decretos são acionados pelo poder legislativo e sancionados pelo executivo referente. A Anistia de 1930 é considerada de caráter amplo, já que segundo Roberto Ribeiro Martins abrangia as revoltas tenentistas anteriores de 1922, 24 e 26 e incluía “delitos políticos, militares e de imprensa” praticados por esses e pelos sargentos revoltosos de 1915/16 (MARTINS, 1978, p. 78). 1934 também traz outra Anistia, dessa vez beneficiando não só os depostos da Revolução de 1930, bem como os constitucionalistas paulistas de 1932.

No entanto, apesar do contexto do governo constitucional de Getúlio Vargas iniciado em 1934, os ânimos se acirravam no país, com a questão dos integralistas de Plínio Salgado e dos comunistas e da Aliança Nacional Libertadora (ANL) fechada por Getúlio em 1935 e insurreta no mesmo ano. A franca ascensão do nazismo e do fascismo na Europa legava uma atmosfera pesada aos anos que se seguiam.

Ao levante da ANL em novembro de 1935 seguiu-se uma intensa repressão promovida pelo governo Vargas com participação dos integralistas, que atingiu os envolvidos no levante dos quartéis de Recife, Natal e Rio de Janeiro, mas não ficou restrita a esses. Um grande número de pessoas foram presas e mantidas em cárcere até 1945 (IDEM, p. 85).

Usando o pretexto de um suposto plano de invasão e ataque comunista, o chamado Plano Cohen, Getúlio Vargas manobrou e golpeou o país em novembro de 1937, instaurando um governo autoritário, ditatorial e de caráter fascista, o Estado Novo. Uma nova carta constitucional é outorgada, dissolvendo o parlamento e os partidos políticos existentes, criando uma polícia política atuante e violenta, instaurando a censura e prendendo e exilando opositores do regime.

Os arbítrios do Estado novo de Vargas vigoraram durante nove anos, mas suas marcas foram profundas na memória e na história nacional, marcas que inclusive rebatem na ditadura de 1964.

Com o posicionamento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, que inicialmente teve um Getúlio vacilante para os países nazi-fascistas do Eixo e, posteriormente, uma posição favorável aos Estados Unidos e aos aliados devido a pressões externas e internas, o Estado Novo vai viver um declínio a partir da oposição de setores sociais e políticos que acabou por extingui-lo.

É nesse momento que parte das camadas populares passou a se posicionar de forma contundente no contexto autoritário do Estado Novo. “A mobilização a respeito da guerra abriu caminho a um processo de debate, comícios, outras manifestações e conduziu uma aglutinação das correntes que reivindicavam a democratização”³⁴

Após a entrada do Brasil na guerra, começa a caminhar timidamente a campanha pelo fim do Estado Novo e uma das palavras de ordem desse momento é a Anistia. Anistia que aparece aqui como um bom exemplo da necessidade de trabalho de luto em uma sociedade traumatizada por contextos autoritários. Em um contexto ditatorial, tanto o do Estado Novo como o de 1964, para que um novo pacto seja selado ao redor de uma “redemocratização” é preciso que medidas sejam tomadas nesse sentido, e a Anistia muitas vezes é apresentada e lembrada como condição necessária, ou como primeiro passo.

Por mais que seja necessária, a Anistia nesses contextos não deve promover um esquecimento eterno sobre os traumas da sociedade, ela pode ser encarada como um paliativo democrático e nunca como remédio definitivo sob pena de mascarar e adoecer a memória

³⁴A **constituente**. Jornal Movimento. 7 de fevereiro de 1977. N 84.

acerca dos traumas vividos impedindo a “conscientização do acontecimento traumático” (RICOEUR, 2007, p. 452), do direito subjetivo à verdade (ABRÃO ET AL 2012) e dificultar um entendimento sobre o trauma e a sua justa reparação.

Em Pernambuco, as manifestações do fim do Estado Novo tiveram um desfecho trágico e com implicações sérias na questão da reciprocidade da Anistia que viria a ser decretada pouco depois.

Um comício pró-Anistia no Recife, em três de março de 1945, organizado por estudantes terminou em tiroteio ao seguir para as escadarias do jornal Diário de Pernambuco. Os participantes do comício iam se solidarizar com o periódico que também apoiava a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes às eleições presidenciais daquele ano de 1945, mas lá foram recebidos com tiros pela polícia estadonovista de Etelvino Lins a fim de dispersar a multidão. Em meio aos tiros o estudante Demócrito de Souza Filho foi atingido por disparos na cabeça na varanda do jornal. Outras pessoas também foram feridas.³⁵

O Diário de Pernambuco se posiciona contra a truculência policial, trabalhando a portas fechadas e cercado pela polícia. Durante a madrugada prepara a edição do jornal que deveria sair no dia seguinte, mas naquela mesma noite o jornal é acusado de “fomentar desordem” e de ser o “responsável pelo massacre policial da praça da independência”.³⁶

O próprio jornal descreve a ação daquela noite na redação:

“os investigadores e os secretas continuam espalhados pelos bancos [...] Aníbal Fernandes redige longo e veemente editorial historiando e contando o massacre [...] está tudo pronto, quando a uma da manhã Aníbal Fernandes ao descer é convidado a ir à secretária de segurança. Poucos minutos antes tinha sido preso o redator esportivo Hélio Santos”³⁷

Liberado na mesma noite Aníbal Fernandes é comunicado que o jornal não poderia mais circular até segunda ordem. De fato o Diário passa pouco mais de um mês sem circular e as notícias sobre os acontecimentos da noite de três de março e da madrugada do dia seguinte seriam revisitadas pelo jornal no primeiro número após o empastelamento, reafirmando e acalorando o debate acerca da Anistia, que naquele abril era cada vez mais crescente.

Os acontecimentos em Pernambuco se inscrevem junto com a Anistia de 1945 em função daquilo que Roberto Ribeiro Martins chama de “a questão da reciprocidade”, já que um decreto ajuntado à lei de Anistia beneficiou particularmente Etelvino Lins, responsável pelos acontecimentos descritos. Um decreto que Anistiava responsáveis por crimes ocorridos em manifestações políticas acabou favorecendo apenas um agente da ditadura estadonovista,

³⁵ **A miserável chacina de ontem.** Diário de Pernambuco. 9 de abril de 1945. N. 53.

³⁶ **Vasto tiroteio para evacuar a praça e dispersar o povo.** Diário de Pernambuco. 9 de abril de 1945, n 53.

³⁷ Idem.

mas isso não quer dizer quase nada se consideramos que, apesar de não contemplados diretamente com a lei de Anistia, os agentes do Estado Novo foram favorecidos com o silêncio que ela impôs e com o não julgamento dos seus crimes pelo Tribunal de Segurança Nacional como previa a lei.

Apesar disso, a Anistia de 1945 também foi fruto de uma demanda de setores da sociedade. Semanas da Anistia³⁸ e comícios foram organizados com debates e discursos de personalidades políticas da época³⁹, centros foram fundados e boletins a favor da Anistia foram expedidos⁴⁰, as opiniões pareciam não conhecer divergências. No Diário de Pernambuco o tom era extremamente entusiasta condicionando Anistia não à reconciliação e sim à liberdade.

Mesmo com as tentativas de manobras de um cambaleante Getúlio Vargas⁴¹, o decreto de Anistia saiu em 18 de outubro de 1945 libertando diversos presos políticos, exilados e clandestinos políticos. No entanto a reintegração às forças armadas dos oficiais afastados por motivos políticos se constitui na principal restrição da lei. Para voltarem a seus antigos postos e cargos militares e civis deveriam ter seus casos analisados e liberados por comissões nomeadas pelo presidente. Na prática a situação indefinida dessas pessoas perdurou até 1961 quando outra Anistia geral deu cabo do assunto.

A Anistia de 1961, o último decreto do tipo antes do golpe de 1964, foi uma Anistia condicionada ao Poder Legislativo, como na prática deveriam ser todas as Anistias políticas republicanas. O texto decretava Anistia geral para os envolvidos em casos políticos proeminentes na década de 1950. O grande conjunto de pessoas Anistiadas correspondia aos:

“que participaram, direta ou indiretamente, de fatos ocorridos no território nacional, desde 16 de julho de 1934, até a promulgação do Ato Adicional e que constituam crimes políticos definidos em lei [...] de 10 de abril de 1950, observado o disposto nos artigos 13 e 74 da mesma lei, e mais os que constituam crimes definidos nos arts. 3º, 6º, 7º, 11, 13, 14, 17 e 18 da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953”(BRASIL, 1961).

Além disso, foram considerados Anistiados “os trabalhadores que participaram de qualquer movimento de natureza grevista no período”, os estudantes secundaristas e universitários que devido a esses movimentos teriam perdido o ano ou o curso em que se

³⁸Segunda feira o decreto da anistia. Diário de Pernambuco. 14 de abril de 1945, n 57.

³⁹Os juristas debaterão sobre a anistia. Diário de Pernambuco. 14 de abril de 1945, n 57.

⁴⁰Fundado centro de expansão democrático. Diário de Pernambuco. 17 de abril de 1945, n 59

⁴¹ Getúlio se beneficiava de pequenas cisões internas na oposição ao regime do Estado Novo. De um lado um grupo que acreditava que não era válido lutar pela anistia antes da queda do próprio regime e de Vargas e de outro um grupo que acreditava na luta pela anistia e contra o nazismo como condição para a queda do regime. Eram os setores que posteriormente montaram a UDN de um lado, e os queremistas e forças de esquerda do outro. Jornal Movimento. N 18 – 03 de novembro de 1975.

encontravam, desertores das Forças Armadas e jornalistas envolvidos em delitos de imprensa.⁴²

Esse decreto amplo veio após um momento conturbado do país, primeiro com a revolta de Aragarças no governo JK, as eleições e posse de Jânio Quadros seguido de sua renúncia e o governo parlamentarista assumido por João Goulart. O decreto de 61 apenas não garantiu direito a soldos e salários atrasados aos trabalhadores demitidos e aos militares afastados, no entanto muito mais graves foram as revogações da lei pelos militares a partir de 1964.

Em 1969, ano da severa constituição promulgada pela junta militar que assumira rapidamente entre os governos do general Artur da Costa e Silva, morto após uma trombose cerebral, e o do general Garrastazu Médici, essa lei de Anistia sofrerá cortes e sanções revogando suas disposições.

A chamada ementa constitucional número 1 de 1979, ajuntada à constituição ditatorial de 1967 foi o texto que, na prática, funcionou como amarração de todo o corpo jurídico draconiano que a ditadura havia instalado nos anos anteriores.

A Constituição de 1969 estabeleceu prisão perpétua no país e cassações de efeito retroativo, mesmo após a decorrência de 10 anos os cassados continuariam inelegíveis, além disso, decretou uma nova e terrível Lei de Segurança Nacional instituindo a pena de morte e o banimento.

E a Anistia, o ato de Anistiar, não poderia ficar de fora dessa miscelânea de terror. A concessão de Anistia de acordo com o artigo 8º do texto seria agora responsabilidade da união, seria a partir de então, assim como no Estado Novo, competência do presidente. Atribuição *exclusiva* do presidente, ainda de acordo com o artigo 57º⁴³, a Anistia não estava mais condicionada ao poder legislativo.⁴⁴

Mas apesar de todo arbítrio algumas vozes já clamavam por Anistia. Após a primeira leva de cassações em 1964 e o aprofundamento das punições no ano seguinte, nomes como o general Pery Bevilacqua já se pronunciavam publicamente acerca de Anistia para os cassados em entrevistas. Vale lembrar, no entanto, que apesar de tudo estamos falando das opiniões de um general do Exército antes do AI-5.

⁴² BRASIL. Decreto legislativo nº 18 de 15 de dezembro de 1961.

⁴³BRASIL. Emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

⁴⁴A constituição de 1967 manteve essa atribuição do legislativo, mas com a necessidade de uma sanção presidencial (MARTINS, 1979, p.127).

Ainda nesse momento pré AI-5 é apresentado no congresso um projeto que Anistiava estudantes, trabalhadores e intelectuais envolvidos nas manifestações de março de 1968. O projeto de autoria do deputado Paulo Macarini, foi abafado pelo governo de Costa e Silva, os números ainda assim foram consideráveis já que o projeto foi à votação na Câmara de Deputados. Segundo Roberto Ribeiro Martins, foram 145 votos favoráveis e 198 contra (MARTINS, 1978, p. 125).

Mas com a legislação de exceção, os diversos crimes de Estado que ela capitaneava, o silêncio imposto e o estado policial da ditadura no país, vozes mais contundentes só virão a ser ouvidas com grande dificuldade no parlamento nacional a partir de 1974. Mas, se vozes pela Anistia eram esparsas, a oposição à ditadura, não. Lembremos dos grupos de esquerda e de ação armada que pagaram com sangue o preço de resistirem e vislumbrarem a liberdade como um de seus ideais.

Então é realmente a partir de 1975 que a luta pela Anistia começa a ganhar corpo e a juntar essas poucas vozes que eclodirão em uníssono por volta de 1978 a clamar por Anistia, ampla, geral e irrestrita.

3 REGANDO A SEMENTE DA LIBERDADE

Que sejamos nós em meio ao obscurantismo dos estados de fato e do arbítrio a chama acesa da consciência nacional do estado de direito, clamando pela Anistia política ampla, já que não existem, para Estado nenhum, ideais mais altos que o da justiça e liberdade. (MFPA, 1978, p. 2)⁴⁵

3.1 PANORAMA GERAL DOS MOVIMENTOS PELA ANISTIA (MFPA E CBA)

É em 1975 que surge um primeiro movimento organizado em moldes institucionais para reivindicar especificamente a questão da Anistia no Brasil. O Movimento Feminino pela Anistia nasceu naquele ano embalado pela declaração da ONU de que aquele seria o ano internacional da mulher.

A advogada Therezinha Zerbini⁴⁶ foi a fundadora do movimento, que reunia fundamentalmente as mães, esposa, filhas, irmãs e demais familiares dos presos políticos que naquele momento sofriam os arbítrios do regime na prisão. Ela leva a palavra de ordem da Anistia como condição de pacificação nacional à tribuna livre da Conferência Internacional da Mulher da realizada pela ONU no México.

A fala de Therezinha Zerbini, esposa de um general cassado é significativa no sentido de marcar por assim dizer, o lançamento oficial do MFPA, e muito embora no Brasil essa fala possa ter sido opacamente encoberta pela censura, é através dela que o movimento começa a ganhar força e, posteriormente, núcleos femininos nascem por todo país.

Na base da fundação provisória do MFPA estão dez mulheres que, após a elaboração e o lançamento de um manifesto que seria a espinha dorsal do movimento, começam a contatar e arregimentar outras mulheres em torno desse núcleo de familiares de presos políticos e dessa ideia de uma Anistia geral que alçasse o país de volta ao caminho da paz e da justiça, como é recorrente nos discursos de Therezinha Zerbini e nos demais documentos do movimento.

O ano de lançamento do MFPA ainda é um ano muito difícil, apesar de toda a presente discussão da distensão do general Geisel, da vitória da oposição nas eleições parlamentares e da já crescente pressão acerca da situação dos presos políticos no Brasil. É um momento, no

⁴⁵ Boletim Maria Quitéria. Ano II. Nº 3. Julho de 1978. O boletim Maria Quitéria era o principal documento de divulgação nacional das ações do Movimento Feminino pela Anistia. Nele eram apresentados convites para os atos do movimento, a agenda de ações, textos referentes à necessidade de Anistia e poesias.

⁴⁶ Therezinha Zerbini (1928-2015) era advogada e assistente social, casada com o General Euryale de Jesus Zerbini que teve seus direitos cassados e foi encaminhado para reforma em 1964 pelo regime militar. Therezinha chegou inclusive a ser presa pelo regime em 1970 e mesmo após a promulgação da lei de anistia continuou militando politicamente em defesa das Diretas Já e no processo de refundação do PTB.

entanto, em que a repressão se volta não mais para os núcleos de esquerda armada cuja eliminação foi sistemática e sim para as possíveis lideranças civis de esquerda, como foi o caso de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho.

As constantes denúncias de casos de tortura, morte e desaparecimento – com destaque para o caso do jornalista Vladimir Herzog- tiveram relevante peso no sentido de desgastar atuação do aparato repressivo entre contingentes expressivos da sociedade (FAGUNDES, 2014. p. 270).

A participação das mulheres foi crucial nesse momento quando as experiências de (re)organização da sociedade civil começam a tomar forma. Nesse sentido as experiências nesse novo espaço de foro público eram experiências que buscavam o reconhecimento de direitos e/ou a ampliação deles, como era o caso das mulheres. A articulação do movimento feminino entrando no debate político com a escolha da ONU para o ano de 1975 tinha como palavra de ordem a liberdade. A mulher, disse Therezinha Zerbini (1975) “em primeiro lugar deve ter Sua libertação como cidadã”⁴⁷ e o momento de efervescência era bem propício.

O Movimento Feminino pela Anistia teve como documento inaugural o “Manifesto da Mulher Brasileira”, que enveredou por um discurso onde a paz surgia como elemento chave para a união da nação e a Anistia como elemento constituinte e principal dessa paz. O vocativo do manifesto de março de 1975 era para as mulheres, mães, esposas, filhas, avós, tias, parentes de presos políticos e exilados. Era um convite a atuar pela via pacífica e da boa imagem e mais que isso, era um convite às mulheres para que assumissem a condição de sujeitos atuantes na sociedade civil.

Nós mulheres brasileiras, *assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional*. Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis, porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, *que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a ANISTIA AMPLA E GERAL* a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade de ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: *A UNIÃO DA NAÇÃO!*⁴⁸

Estava formado o primeiro grande personagem da luta pela Anistia política no Brasil da ditadura militar. “A partir desse momento, o tema da Anistia política ganhava a cena pública como palavra de ordem agregadora da luta de diferentes setores de oposição a regime militar” (DEL PORTO, 2009. p. 47).

⁴⁷ Ver: ZERBINE, Therezinha. Semente da Liberdade. São Paulo, Edição do Autor, 1979.

⁴⁸ Documento elaborado pelo grupo de mulheres que criou o Movimento Feminino pela Anistia. (IDEM) *Grifos nossos*.

A partir daí o movimento cresceu. Já em agosto de 1975, o movimento reunia 12 mil assinaturas de mulheres e a sua presidente começou a excursionar pelo país, dando entrevistas, mobilizando setores de políticos, advogados, padres e outros movimentos sociais. A luta pela Anistia era o objetivo principal, sempre com o discurso de mobilização através da paz e da união. Havia uma clara preocupação com a imagem do movimento, que seria “um movimento encabeçado por mulheres, sem violência, que não tinham feito parte de movimentos armados [...] e que procurava orientar as militantes a usar qualquer espaço para auto imagem da questão da Anistia” (SOUZA, 2012. p. 30).

Nos anos que se seguiram Therezinha Zerbini e outras militantes de igual importância empreenderam uma campanha nos meios de comunicação, em escolas, em tribunas, em assembleias, em qualquer espaço em que lhes fosse dada voz. Maria Helena Grecco⁴⁹ funda o segundo núcleo do movimento em Minas Gerais (o primeiro tinha sede em São Paulo) e Nildes Alencar⁵⁰ do Ceará, funda o primeiro núcleo no Nordeste em 1976.

Era um movimento cujo apelo se voltava para o senso maternal, sendo inclusive uma forma de passar pelas frestas e “espaços no discurso oficial” (DEL PORTO, 2009). A “estratégia discursiva” (LANDI, 1985) trazia a condição de mulher e de mãe (mesmo que algumas não fossem necessariamente mães de presos políticos) como sedimentadora do caminho para a paz e para a liberdade no país. Como disse Zerbini em uma conferência na Câmara de Vereadores de Londrina – PR em 1975, o movimento pela Anistia “será a saída honrosa e digna para a pacificação do país [...] Ninguém no Brasil pode dizer que está vivendo em paz” (ZERBINI, 1979. p. 48).

Boa parte dessas entrevistas, dos discursos proferidos por Zerbini ao longo de toda a sua campanha desde 1975 e inúmeras notícias de jornais sobre o movimento estão reunidos no livro “Semente da liberdade” editado pela própria Therezinha Zerbini com o objetivo de ser “o registro puro e simples de 4 anos de um árduo trabalho de fé no povo brasileiro” (IDEM).

Ainda sobre o debate da Anistia a nível internacional, em 1974, antes mesmo da conferência da ONU, o Papa Paulo VI pediu a comunidade internacional que pensasse sobre Anistia e a liberdade em o todo mundo. Não era de todo estranho que o Papa, ao declarar

⁴⁹ Ativista dos direitos humanos no Brasil, Maria Helena Grecco atuou em movimentos feministas e de esquerda sendo considerada um dos grandes nomes do ativismo brasileiro. Lutou pela denúncia da violência contra as mulheres e contra o ser humano e foi representante do Brasil no Congresso pela Anistia do Brasil em Roma no ano de 1979.

⁵⁰ Professora, cearense, irmã de Frei Tito de Alencar, frade cuja atuação no movimento estudantil, na organização do congresso da UNE em Ibiúna em 1968 e na guerrilha armada como transmissor de recados e abrigo para perseguidos, rendeu um verdadeiro calvário de torturas que o levaram ao suicídio no exílio em 1974. Nildes, sua irmã, passou a se engajar politicamente depois do episódio e continuou atuando em favor da restituição da memória dos anos do regime militar.

1975 como ano santo, pedisse Anistia para os prisioneiros do mundo, afinal além dos regimes de exceção na América Latina, existiam presos políticos e afetados pela guerra do Vietnã, por exemplo. Além disso, a Igreja Católica em várias partes do mundo iniciava ou levava a cabo um trabalho voltado aos direitos do homem juntamente com a questão das pastorais e da Teologia da Libertação. No Brasil, o envolvimento da Igreja Católica nos movimentos de luta contra a ditadura no final da década de 1970 e início da de 1980 foi notável. “O pontífice insistiu junto aos governos do mundo para considerar a autorização de Anistia generosa para todos os prisioneiros – inclusive os políticos-”.⁵¹

Na grande imprensa o começo da organização do MFPA é noticiada de forma muito tímida, uma vez que ainda com a censura prévia vigorando nos jornais, falar de Anistia era falar de direitos humanos e isso era inaceitável para o regime. Não obstante, o movimento seguia se organizando e criando núcleos em diversos lugares do país, falando sempre onde fossem abertos espaços nos quais ele pudesse transmitir sua mensagem de pacificação e conciliação nacional através da Anistia.

Os anos que se seguem a 1975 são de intensa mobilização para o MFPA e as atividades são várias em diferentes lugares do Brasil no sentido de mobilizar e sensibilizar outros setores da sociedade para a causa da Anistia. Falando em assembleias legislativas quando lhe era permitido, promovendo e/ou participando de reuniões e palestras, e também promovendo shows, o MFPA durante os anos de 1976, 1977 e meados de 1978⁵² era o principal movimento organizado em termos específicos pela questão da Anistia.

Outro grande personagem institucional na luta pela Anistia no Brasil nasce em 1978, já como movimento voltado a diversos setores sociais e não só as mulheres cuja ideia de reivindicação da Anistia estava fortemente atrelada a outras questões tão principais quanto, como o fim da legislação de exceção no Brasil.

O Comitê Brasileiro de Anistia - CBA nasceu no Rio de Janeiro e logo se espalhou através de diversos núcleos por todo Brasil. Nas palavras de Iramaia Queiroz, uma das fundadoras do CBA no Rio de Janeiro, o comitê nasceu de uma não adequação ao Movimento Feminino pela Anistia tido como autoritário e foi se agigantando conforme o CBA- Rio agia:

Em maio de 1977, os estudantes da PUC formaram um comitê pela Anistia, mas esse comitê não foi avante. Procurei o Movimento Feminino pela Anistia, mas também não me ajustei, porque ele era dirigido pela dona Teresinha Zerbini, que era muito autoritária. Resolvi então formar o Comitê Brasileiro pela Anistia. Procurei amigos, advogados, professores, estudantes, toda espécie de gente, mulher, homem, tudo, e formamos o comitê, que foi lançado numa solenidade na ABI. Convidamos o

⁵¹ Papa pede anistia ao declarar 1975 como ano santo. Jornal do Commercio. 24 de maio de 1974. Nº 119.

⁵² Histórico. Boletim Maria Quitéria: Boletim do movimento feminino pela anistia. Ano II Nº3. Julho de 1978.

general Peri Beviláqua para fazer uma palestra sobre a Anistia porque eu o conhecia, e ele era um homem justo. Ele fez a palestra, e foi tudo muito bom. Aí a campanha pela Anistia começou a tomar vulto. Porque nós, do comitê, não éramos fáceis, saíamos para as ruas. Fizemos aqueles plásticos com os dizeres Anistia ampla, geral e irrestrita e ficávamos nos cruzamentos dando para as pessoas botarem nos carros.⁵³

O CBA nasceu com a ideia de ser o mais plural possível no sentido de abranger os diversos setores e sujeitos interessados na luta pela Anistia que, nesse contexto, não aparecia apenas como a via da pacificação nacional e sim como moto reivindicatório para que, junto a ela se exigisse o fim das torturas e das graves violações aos direitos humanos, o fim da legislação de exceção e do próprio regime.

Ainda segundo Iramaia, as principais bandeiras do CBA que surgiram naquele momento no Rio de Janeiro e quase que imediatamente se espalhou em núcleos pelo Brasil de forma mais organizada eram: “Primeiro, Anistia ampla, geral e irrestrita; segundo, fim da Lei de Segurança Nacional; terceiro, direito de passaporte para os exilados; quarto, direito de registro civil para os filhos dos exilados”⁵⁴

Havia junto a isso a intenção do CBA em se mostrar como movimento organizado e apartidário, ao que se seguiu a elaboração de um estatuto maior para as ações do comitê e o registro em cartório. O estatuto, além de explicitar esses pontos das diversas bandeiras que viriam atreladas à questão da Anistia, também estabelecia os espaços de ação do comitê que se encarregaria de “promover reuniões, cursos, seminários e encontros” sobre vários temas relacionados a Anistia e as demais bandeiras, também procuraria “colaborar com outras instituições” que tivessem os mesmo objetivos e, entre outras coisas estabelecia uma diretoria eleita por um ano composta de sete cargos: “um presidente, dois vice-presidentes, 1º e 2º secretários e 1º e 2º tesoureiros”⁵⁵

O discurso do CBA em sua essência era diferente do MFPA, apesar da pauta pela Anistia ser a mesma. O CBA reunia mais que familiares de presos e desaparecidos políticos. Os comitês que foram surgindo pelos estados brasileiros tinham autonomia em suas próprias pautas e possuíam um discurso menos preso à questão da pacificação e união do país.

As manifestações eram diversas. O mote da reivindicação era “Anistia ampla, geral e irrestrita”. A Anistia almejada não beneficiaria apenas um grupo e sim todos os atingidos pelo regime da ditadura civil-militar. Passeatas iam se tornando cada vez mais frequentes principalmente a partir de 1979. Eventos aconteceram de forma expressiva entre agosto e dezembro de 1978, com destaque para o Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia na

⁵³ Iramaia Queiroz Benjamin (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, Cedido ao CPDOC/ALERJ, 2001.

⁵⁴ IDEM

⁵⁵ Estatuto do Comitê Brasileiro de Anistia recolhido no acervo da CEPE – Companhia Editoria de Pernambuco

Bahia em setembro, e o I e II Congresso Nacional pela Anistia realizado em São Paulo de 02 a 05 de novembro e na Bahia de 15 a 18 de novembro respectivamente.

Esses congressos pela Anistia tiveram um caráter institucionalizador no sentido de reunir as principais entidades que reivindicavam a Anistia no país até então. Além disso, produziram documentos, manifestos, cartas e foram responsáveis, se não por uma junção dos movimentos pela Anistia, por momentos onde a resistência e a luta contra o regime aconteceu de forma legal e institucionalizada.

Esses congressos representaram ainda um momento no qual o papel da sociedade civil organizada e combativa foi preponderante para a abertura política do país. O governo via cada vez mais as suas contradições expostas e os movimentos sociais, políticos ou não, iam readquirindo a linguagem dos direitos. Afinal: “O aguçamento das contradições internas nunca é mais intenso do que quando as massas populares mantêm sempre uma luta a distância dos aparelhos de Estado” (POULANTZAS, 1978. P. 68).

3.2 “ESTAMOS CONVICTOS DE QUE A VITÓRIA SE AVIZINHA”: OS CONGRESSOS PELA ANISTIA

O primeiro encontro nacional das entidades pela Anistia ocorreu em julho de 1978 organizado pelo MFPA no Rio de Janeiro. A ideia do encontro era avaliar até que ponto a luta pela Anistia foi levada até ali, discutir filiações internacionais para essa luta, e levantar mais uma vez a tese da Anistia ampla geral e irrestrita em detrimento de uma Anistia parcial.⁵⁶ Ampliar as ligações das entidades envolvidas no encontro e principalmente do MFPA era um objetivo claro do encontro que veio a gestar a ideia de congressos nacionais pela Anistia no futuro.

Logo após, outro grande encontro em Salvador foi organizado no mês de setembro do mesmo ano e é desse encontro que vão sair uma boa parte das resoluções para o I Congresso Nacional pela Anistia dois meses depois. No encontro realizado na Bahia foi “eleito um núcleo nacional para a preparação do congresso, formado por representações das seções do CBA Pará, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia e da direção do MFPA de São Paulo e da seção

⁵⁶ Proposta de temário para o encontro nacional dos movimentos de anistia. Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.

Pernambuco”⁵⁷, tendo sido a primeira reunião marcada já depois do fim do encontro que ocorreu em 7, 8 e 9 de setembro de 1978.

Ainda nessa ocasião ficaram decididos casos especiais sobre os quais as entidades representantes da luta pela Anistia deveriam se debruçar com certa atenção como o caso de Flávia Schilling⁵⁸, dos posseiros de Algamar e de Edval Nunes, o Cajá, sobre o qual falaremos mais a frente. A carta convocatória para o congresso chamava atenção para a necessidade de “aprofundar o tema e a luta pela Anistia” e destacava a participação de “personalidades e entidades nacionais e internacionais comprometidas com a defesa dos direitos humanos”⁵⁹

Inicialmente a ideia apresentada pela direção nacional do MFPA era de fazer o congresso atrelado a duas datas, 8 de novembro, dia da Justiça e 10 de novembro, dia da Declaração Universal dos Direitos do Homem, no entanto a proposta foi voto vencido, no encontro em Salvador ficou acordado que o congresso se realizaria em São Paulo nos dias 2, 3, 4 e 5 de novembro. Depois, internamente, o MFPA discutiu a necessidade de defesa da tese sobre a participação feminina na política, inclusive “demonstrando a especificidade da categoria feminino”⁶⁰.

Ainda assim o I Congresso pela Anistia se iniciou com ares de primeiro grande encontro organizado e convocado por aquelas entidades que, signatárias da carta de Salvador assinada no encontro de setembro, organizaram quatro dias de discussões, plenárias e mesas redondas que buscariam “aprovar encaminhamentos comuns” entre as entidades, “ajudar os diversos setores a se articularem na luta pela Anistia” e “congregar todos os que se posicionassem a favor da Anistia ampla, geral e irrestrita”⁶¹. E muito embora ao final do congresso vozes discordassem de algumas resoluções ou esperassem uma posição mais contundente em relação ao exposto acima, o I Congresso trouxe necessárias discussões e produziu importantes documentos em relação a forma de se posicionar institucionalmente pela Anistia no Brasil.

⁵⁷**Congresso foi tema da reunião de Salvador.** Boletim CBA. Nº 1. P 2. Acervo do memorial da anistia. Pasta: CBA

⁵⁸Flavia Schilling, filha do político gaúcho Paulo Schilling, saiu do Brasil como exilada aos 11 anos de idade devido ao envolvimento do pai no governo de João Goulart. No Uruguai envolveu-se com o movimento estudantil e depois com a organização guerrilheira dos Tupamaros. Foi presa em 1972 e libertada em 1979 pelas pressões do CBA sobre o governo brasileiro no sentido de pedir a sua extradição ao Uruguai. (ARAÚJO, Maria Paula. Uma História Oral da Anistia no Brasil: Memória, testemunho e superação. IN. MONTENEGRO, Antonio T; RODEGHERO, Carla S; ARAÚJO, Maria Paula (org.) Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.)

⁵⁹**Carta convocatória. Congresso nacional pela anistia.** Outubro de 1978. Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.

⁶⁰**MFPA. Ofício Nº 54213.** 18/09/1978. Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.

⁶¹**Regulamento interno do congresso.** Novembro de 1978. Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.

Além dos CBA organizadores (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, e Pernambuco) e dos núcleos do MFPA (São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul e Sergipe) e do Comitê Paraense pela Anistia da Sociedade de Defesa pelos Direitos Humanos, outras entidades participaram como o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, o Comitê de Defesa de Direitos Humanos de Feira de Santana, e o Movimento Mato-grossense pela Anistia e Direitos Humanos.

Os participantes foram divididos em categorias: “os movimentos pela Anistia, os atingidos, os inscritos individualmente, os inscritos por instituições sociais ou categorias profissionais e os convidados”. Essas categorias se dividiram em comissões de trabalho que deveriam discutir e apresentar moções que seriam contempladas na plenária de encerramento do congresso.⁶²

As primeiras comissões reuniram: “aposentados e familiares, familiares de banidos e exilados, familiares de presos-políticos e de ex presos políticos e instituições científicas e universitárias”, as segundas trouxeram “estudantes, advogados, médicos, jornalistas, operários e mulheres”⁶³

“Funcionando sob este formato, cada um dirigia-se à sala onde encontraria afetados por situação semelhante. Para Maria Auxiliadora Arante que participara de algumas reuniões, “foi assim que se conheceu um pouco os nomes e as histórias, o que possibilitou tomar consciência da profundidade da repressão, da violência, dos casos de assassinato ocorridos” (FATURI, 2014. P.4-5)

A abertura solene do Congresso ocorreu no TUCA, o teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A primeira noite lembrou nomes de diversas pessoas atingidas pela situação política do país. Segundo o Diário de Pernambuco, o público não cansou de aplaudir durante quatro horas, os familiares de presos políticos, de banidos, cassados e desaparecidos, gritando sempre: “Anistia, Anistia. UNE, une abaixo a ditadura, e povo unido jamais será vencido”.⁶⁴

Além do clima da abertura que contou com convidados internacionais e nacionais como “o ex-deputado cassado Lysâneas Maciel”, o “presidente do MDB, Ulisses Guimaraes,” “representantes das OAB e a comissão de Justiça e Paz”, o arcebispo “Dom Evaristo Arns” e a CNBB e a SBPC⁶⁵, esse primeiro congresso contou com o apoio ainda que nominal de

⁶²**Programação do I congresso.** Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.

⁶³ IDEM

⁶⁴**Mais de mil pessoas pedem anistia ao abrir congresso.** Diário de Pernambuco. 4 de novembro de 1978. Ano 153. Nº 301.

⁶⁵ IDEM

diversos órgãos, movimentos e instituições de direitos humanos internacionais e de políticos. Presos políticos também enviaram cartas para serem lidas durante o congresso⁶⁶

Fora da arena institucional, artistas também se mobilizaram em apoio ao congresso. Gianfrancesco Guarnieri organizou um show no dia da abertura em solidariedade ao evento. Reunindo diversos atores na ocasião, o artista afirmou que “é chegada a hora de procurar para o país a possibilidade de ter todas as pessoas que se viram impedidas de alguma forma, de participar, trabalhando unidos e ativamente. A Anistia é o pré-requisito para o estado de direito e a democracia [...] já que o congresso irá discutir a campanha e a luta pela Anistia, nós artistas queremos prestar homenagem a todos que estão lutando pela Anistia, cada um contribuindo dentro do que sabe fazer.”⁶⁷

No último dia foram trabalhadas as resoluções que os movimentos pela Anistia tomariam daí pra frente. Um manifesto reuniu praticamente todas as ideias e resoluções desse congresso que, como já disse, não foram tão bem aceitas por quem esperava resoluções mais contundentes. Devemos ter em mente, no entanto, que o mérito desse primeiro congresso é enorme se considerarmos o trabalho conjunto dos CBAs e do MFPA, (que em alguns momentos pareciam manifestar interesses diferentes, senão discursos) e se considerarmos também o esforço em organizar um congresso pela Anistia em um regime ainda de exceção, mesmo com toda questão da abertura e da visibilidade do congresso. O alcance da luta pela Anistia, será ampliado após o primeiro congresso.

O documento final chamou atenção para a força da reação dos movimentos pela Anistia naquele momento e para o caráter plural do congresso. Ao fim e ao cabo as reivindicações eram muito maiores que a própria Anistia:

Hoje a nação reivindica, seus direitos [...] O povo exige Anistia: liberdade para todos os presos políticos; volta de todos os exilados e banidos; recuperação dos direitos políticos de quem os teve cassados ou suspensos; readmissão nos quadros civis e militares. Fim das torturas, fim da legislação de exceção[...] As entidades presentes no Congresso Nacional pela Anistia assumiram o compromisso da transformação da luta pela Anistia num amplo e estruturado movimento popular, entendendo que é da organização e da pressão popular que depende a conquista do fim da legislação repressiva, inclusive a revogação da lei de segurança nacional e da insegurança dos brasileiros;desmantelamento do aparelho de repressão política e fim

⁶⁶Jarbas solidário com Congresso da anistia. Diário de Pernambuco. 4 de novembro de 1978. Ano 153. Nº 301. **Carta de Miguel Arraes ao I congresso.** Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.**Carta do Comitê português pro-anistia geral no Brasil.** Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.**Carta do Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial ao congresso nacional pela anistia.** Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.**Carta das presas políticas Selma Bandeira e Maria Aparecida dos Santos ao I Congresso Nacional pela Anistia.**Repositório digital. Arquivo público estadual de São Paulo.

⁶⁷Artistas dão apoio à luta pela anistia. Diário de Pernambuco. 5 de novembro de 1978, domingo, ano 153, n 302.

da tortura; liberdade de organização e manifestação; ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.⁶⁸

Seguindo o primeiro congresso, o ano de 1979 trouxe mais encontros envolvendo os movimentos e mais um congresso. O encontro organizado por uma comissão mista envolvendo o CBA do Rio de Janeiro e o núcleo carioca do MFPA foi realizado nos dias 15, 16 e 17 de junho de 1979 no Rio de Janeiro e definiu estratégias para a popularização da luta pela Anistia.⁶⁹

Nos congressos, encontros e reuniões dos movimentos pela Anistia eram definidas filiações, pedidos de ajuda, denúncias, moções, e os atos e as passeatas que pipocaram no Brasil a partir do meio do ano de 1978.

Logo após, um segundo congresso é marcado para o mês de novembro de 1979 na cidade de Salvador, desta vez envolvendo já as discussões acerca da votação e da aprovação da lei. Não detalharemos a fundo acerca desse congresso por consideramos que, apesar de todo o respaldo legítimo dos movimentos pela Anistia e a pertinência das discussões, o segundo congresso teve um apelo bem menor do que o do ano anterior.

É sabido que após o arranjo que foi a aprovação da Anistia houve certo enfraquecimento institucional dos movimentos entorpecidos pela volta imediata de alguns exilados beneficiados pela lei. Obviamente que a luta seguiu (e segue até hoje), mas o foco agora parecia ser bem mais amplo a partir do ano de 1980.

Ainda segundo a fala de Iramaia Queiroz do CBA do Rio de Janeiro a partir de 80: “*O CBA ainda existia, mais ou menos*”, mas atualmente: “*O movimento da Anistia morreu [...] O “sucessor”, vamos dizer, do movimento pela Anistia é o grupo Tortura Nunca Mais*”.⁷⁰

O segundo congresso teve o mérito de conclamar os movimentos e a população em geral para a continuidade da luta envolvendo uma Anistia bem mais ampla que a aprovada em agosto de 79 e o fim definitivo do regime. Dentre as moções aprovadas ao final do congresso estavam diversas denúncias contra “a violência policial cotidiana” e denúncias envolvendo os diversos processos pós-Anistia.⁷¹

Podemos encarar esse segundo congresso como a última grande reunião envolvendo os movimentos pela Anistia. Esses congressos e encontros, além de servirem primeiramente para organizar as diretrizes da luta em todo Brasil, tinham em certo ponto alguma visibilidade

⁶⁸ **Boletim do Iº Congresso Nacional pela Anistia - Manifesto à Nação, distribuído no Congresso Nacional pela Anistia, de 5/11/1978.** Repositório digital. Arquivo público estadual de São Paulo.

⁶⁹ Temário do encontro nacional dos movimentos de anistia. 1979. Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.

⁷⁰ Iramaia Queiroz Benjamin (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, Cedido ao CPDOC/ALERJ, 2001.

⁷¹ **II congresso nacional pela anistia.** Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.

na grande imprensa, que naquela altura referia-se quase cotidianamente sobre a Anistia reproduzindo opiniões e atividades.

3.3 UMA HISTÓRIA ORAL DOS MOVIMENTOS PELA ANISTIA EM PERNAMBUCO

Em Pernambuco os movimentos pela Anistia não fugiram à regra. O Movimento Feminino pela Anistia se organizou no Estado ao redor do núcleo formado para a luta dos presos políticos e de seus familiares por melhores condições de cumprimento de pena. Marcelo Mario de Melo, por exemplo, ex-presos político é categórico em afirmar que a luta organizada pela Anistia surge ao redor das mulheres:

foi[...] em torno dessa luta dos presos políticos por suas reivindicações, numa época de isolamento terrível que foi a década de 70, um destroçamento, repressão pesada, então quem se chegava perto dos presos políticos eram as famílias, as mães e as mulheres e as irmãs, entende, reivindicando, o preso tem que ir pro médico, num sei que, um preso que tava no DOPS e tinha que chegar, pra sair logo do DOPS e ir, chegar na fase penitenciária que é a fase de cumprimento de pena, você ta entendendo como é? ⁷²

O movimento, afirma ele, se organizou em torno da prisão, em torno das mães e companheiras desses presos políticos. Nesse processo ele observa uma politização desses grupos uma vez que, ao entrarem em contato com advogados, setores do governo, da justiça e da igreja, essas mulheres, além de irradiarem para a sociedade as reivindicações por melhores condições dos presos, começavam a se organizar enquanto movimento social. Além disso, a igreja para Marcelo também teve papel importante nesse momento aqui em Pernambuco, quando o embrião dos movimentos pela Anistia começava a nascer.

o movimento se organizou assim uma coisa muito visceralmente em torno da cadeia e dos parentes e amigos e foi no processo de luta dos presos políticos por reivindicações, depois chegaram as greves de fome e etc, que as famílias foram se politizando. Família ia ter contato com auditor, uma pena do preso, um processo, levar... reivindicar pra um cara ter o direito de ir pro médico, num sei quê, pra fazer um exame entendeu? Família fazendo abaixo assinado, aí chega o quê? Contato com a equipe de Dom Helder Câmara em 1970 já na Casa de Detenção, chega Dom Basílio Penedo. Dom Basílio Penedo era prior do mosteiro de São Bento, chega Margarida Cossart, freira ligada a equipe de Dom Helder, e a gente passava a ter o apoio de Dom Helder Câmara, ta certo.

Com o resultado das eleições parlamentares de 1974 em Pernambuco, o apoio em relação aos presos políticos também cresce na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal. O apoio de advogados também é lembrado por Marcelo:

⁷² Marcelo Mario de Melo é poeta, jornalista e militante de esquerda. Participou da fundação do PCBR na década de 60. Entrou para a clandestinidade durante a ditadura militar. Foi preso político em Pernambuco por quase uma década tendo participado de diversas greves de fome na prisão. O depoimento foi cedido ao autor em Recife no dia 13/02/2017.

a gente passou a ter apoio parlamentar, [...] Jarbas Vasconcelos foi um valoroso combatente na época, ele lia na íntegra na assembleia legislativa... Fernando Lira lia na íntegra na Câmara Federal, esse negócio chegava no exterior, chegava no boletim diocesano, Dom Helder divulgava no boletim diocesano pra todas as paróquias do estado de Pernambuco... Então era uma irradiação da porra que a gente começou a ter... [...]Ai o que é que acontece? Nesse processo foi se constituindo o núcleo, o embrião do movimento de Anistia, onde, os advogados que participaram disso cedendo o escritório deles pras famílias, primeiro, o pessoal da igreja, Dom Helder Câmara, era Margarida Cossart, Dom Basílio Penedo. Os advogados envolvidos diretamente nisso: Cadoca [...] no escritório dele. Pedro Eurico também ajudou, Paulo Henrique Maciel [...] Foram fundamentais o apoio desse pessoal. Cadoca, Pedro Eurico e Paulo Henrique Maciel como advogados, entende? Jarbas Vasconcelos era o mais ousado, Roberto Freire quando era deputado estadual também denunciava, fazia denúncia entende? Então a gente tinha... Marcus Cunha que era vereador também cedia, reunia tudinho, entendeu como é?

Ao redor desse núcleo que envolvia familiares de presos políticos, os próprios presos, parlamentares, advogados e setores da igreja em Pernambuco se constituíram os movimentos que, afinados com as reivindicações que começam a se espalhar pelo país naquele momento, vão organizar manifestações, vigílias, abaixo-assinados e outras formas de expressão reivindicando Anistia.

A articulação e vivências das mulheres nesse processo de luta pela situação dos presos políticos e pela Anistia, é bastante significativa. Eram mulheres que estavam atuando em um espaço que tradicionalmente não era creditado ou concedido as mulheres. Eram mulheres que se moviam em espaços públicos, que até a década de 70 e infelizmente até hoje eram vistos como domínios masculinos.

Essa questão do domínio público e privado se apresenta inclusive na forma como a historiografia tratou as mulheres durante um bom tempo. Nesse sentido, falar de mulheres como agentes históricos é observar não só as suas articulações, suas lutas, suas dinâmicas e resistências, mas também entendê-las como tema urgente e emergente na História. De acordo com Margareth Rago, é “um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas.” (RAGO, 1995, P.81)

Até meados da década de 70, a produção historiográfica não conhecia um espaço aprofundado que tratasse da História das mulheres. A ênfase no sujeito histórico universal fazia com que as mulheres estivessem silenciadas na historiografia. Para Raquel Soihet e Maria Joana Pedro:

“a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica. A trajetória, costumeiramente ‘cautelosa’, dessa disciplina, e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem, retardaram significativamente o avanço das discussões. Grande parte

desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade.” (SOIHET, PEDRO, 2007, P.284)

A partir de 1970, os alargamentos teóricos que a disciplina conheceu colocaram as mulheres como tema e categoria da História. Diversos trabalhos escritos na perspectiva da história social procuraram investigar traços das mulheres nas dinâmicas dos tecidos sociais. Foi, no entanto, na década de 80 que de acordo com Margareth Rago surgiu uma série de trabalhos preocupados:

“em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida.” (RAGO, 1995, P. 84)⁷³

Mais pra frente a inserção do Gênero como categoria de análise histórica, encabeçada pela historiadora americana Joan Scott, abriu ainda mais a perspectiva da história das mulheres. A crítica à busca da essência histórica feminina e a percepção dos sujeitos como resultado de práticas discursivas e de poder, abriu caminho para diversos debates e olhares sobre a questão do gênero na sociedade e sobre como as relações homem-mulher são frutos sociais e culturais. A meu ver a categoria gênero na História e de um modo geral em todos os campos, ajuda inclusive a desnaturalizar o tradicional lugar dado a essas relações.⁷⁴

Por se tratar de uma discussão teórica que excede os limites desse trabalho, procuramos encarar a atuação das mulheres na luta pela Anistia com a perspectiva da história social das mulheres, evidenciando a tomada do espaço público por essas mulheres. No entanto, entendo que não é necessária uma oposição entre história das mulheres e história do gênero. São diversas as posturas em relação aos trabalhos sobre as mulheres e em relação a isso Raquel Soihet e Joana Maria Pedro concluem:

“Algumas opõem história de gênero e história das mulheres – que, na verdade, caminham para uma interpenetração que impede a abordagem isolada de cada uma destas, às quais se juntam as abordagens sobre gays/lésbicas e sobre masculinidades. Criatividade, sensibilidade e imaginação, tornam-se fundamentais na busca de pistas que permitam transpor o silêncio e a invisibilidade, que perduram por tão longo tempo quanto ao passado feminino”. (SOIHET, PEDRO, 2007. P.296)

⁷⁴ Ver: SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica New York, Columbia University Press. 1989. TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila e SCOTT, Joan. História das Mulheres IN. BURKE, Peter (org.): *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

Em relação à ocupação do espaço público pelas mulheres no Brasil na década de 1970, é preciso lembrar que esse espaço, o espaço da política, do trabalho não doméstico, da militância e da transgressão eram tidos como espaços de domínio masculino. O espaço destinado à mulher era o espaço privado, da casa, dos cuidados com o lar. Nesse sentido, a situação das mulheres que se engajaram em lutas era duplamente transgressora, como comenta Nadja Brayner, membro do núcleo pernambucano do CBA, em entrevista:

As mulheres sofreram muito com a repressão, né, porque eram discriminadas, duplamente discriminadas. Eram discriminadas porque faziam política, tavam ocupando um espaço público dos homens, da militância, né, então elas sofriam essa discriminação, e pelo fato de serem mulheres, militantes tudo isso. Isso se expressou inclusive nas torturas que sofreram, que o primeiro tratamento dado as mulheres inicialmente era o de vagabunda, prostituta... todas as mulheres que estavam envolvidas na militância política, que estavam fora do lar sagrado, cuidando da família, dos valores culturais predominantes na época, elas eram duplamente transgressoras. Transgrediam porque tavam ocupando espaços masculinos e transgrediam também porque se arvoravam a sair fora daquele modelo estabelecido da mulher santa, dentro de casa, cuidando dos filhos...⁷⁵

A violência e as torturas sofridas por mulheres durante a ditadura é lembrada por Nadja, que participou da Comissão Estadual da Verdade Dom Hélder Câmara⁷⁶:

A gente constatou isso, inclusive, durante a comissão, as torturas que as mulheres sofreram, as violências sexuais, que era exatamente a resposta do machismo entranhado que... eram tratadas de uma forma violenta, exatamente num ponto que era fundamental que era na sexualidade feminina, tentando dobrar as mulheres à repressão. Os casos foram inúmeros, né. Nacionalmente se você pegar a comissão nacional e as outras comissões você vai encontrar.

São conhecidas as diversas torturas e violências sexuais contra as mulheres durante a ditadura. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade apresentou um capítulo sobre essas violências sexuais e de gênero cometidas por agentes do Estado ditatorial brasileiro. As torturas contra mulheres quase sempre envolviam estupro, inserção de ratos e insetos nos órgãos genitais, choques elétricos nos mesmos e abortos no caso das gestantes. As violações sempre envolviam tortura psicológica e verbal, já que os tratamentos designados às mulheres eram xingamentos envolvendo a dimensão da feminilidade e da sexualidade. Palavras como “puta”, “vadia” e “vagabunda” eram recorrentes nas torturas de mulheres. Essa lógica de violência pode ser considerada como um instrumento de poder e dominação dos torturadores

⁷⁵ Nadja Brayner é bacharel em direito e integrou a Comissão Estadual da Verdade Don Helder Câmara. Foi militante do CBA em Pernambuco e esteve no grupo de formação do comitê chegando a exercer uma vice-presidência no comitê. O Depoimento foi cedido ao autor em Olinda no dia 26/04/2017

⁷⁶ A comissão da verdade pernambucana foi instalada em junho de 2012 visando investigar e divulgar as graves violações aos direitos humanos no estado entre 1946 e 1988. Os documentos levantados pela comissão estão disponíveis para consulta pública no acervo digital da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE.

sobre estas mulheres, e o relatório da CNV apontou como a questão sexual era usada nesse sentido tanto para subjugar mulheres quanto homens.⁷⁷

Nadja Brayner segue destacando casos de mulheres que sofreram esta lógica de tratamento durante a ditadura militar aqui em Pernambuco:

A gente destacou, acho que uns três casos, terríveis, que foi um da Anatólia que foi assassinada na secretária de segurança. Ela foi estrangulada e teve os órgãos genitais queimados, a suposição nossa, pelo que a gente levantou é que ela teria sido estuprada no DOI-CODI e aquilo foi uma forma de encobrir, de impedir que fossem feitos os exames. Uma outra senhora que não era... era casada com um militante, essa foi estuprada mais de uma vez, ela conta, tem o relato dela. E o terceiro caso, que na verdade foi o primeiro em 64, que envolveu Silvia Montarroyos, que era do grupo trotskista aqui em 64. Silvia tinha 21 anos, era belíssima, muito bonita, e ela foi interna, terminou interna num manicômio judiciário... que ela enlouqueceu né, passou por vários quartéis, sofreu todo tipo de tortura e terminou tendo que fugir, a família conseguiu tirar ela daqui, saiu com a cobertura da Igreja Católica.

Vale a pena chamar atenção para o fato de que nem sempre as mulheres que sofreram com a repressão faziam parte de organizações armadas de combate a ditadura. As mulheres que se engajaram em outro tipo de luta, como a luta pela Anistia, também sofreram sanções do poder. A própria Therezinha Zerbini já havia sido presa e era extremamente vigiada pelos órgãos policiais do governo.

O Movimento Feminino pela Anistia em Pernambuco foi bastante atuante no sentido de discutir a ideia de anistia que estava reivindicada, nesse caso, várias reuniões, notas de divulgação, palestras, lançamentos de livro e concursos foram feitos principalmente a partir do ano de 1977. No entanto me parece que o MFPA núcleo Pernambuco ainda era muito atrelado às decisões e resoluções tomadas pela diretoria geral do movimento. O CBA parecia ter mais autonomia nas suas ações e propostas.

Essas divergências em relação ao movimento feminino e o posterior CBA são avaliadas por Marcelo Santa Cruz, pernambucano, membro do comitê do Rio de Janeiro:

O movimento feminino, a gente do comitê achava que o CBA tinha uma posição mais firme sobre Anistia ampla, geral e irrestrita. O feminino ainda admitia uma discussão, uma proposta que não fosse como transição para uma luta mais ampla da Anistia, e a gente achava que Anistia tinha que ser, tinha uma posição mais... que a gente possa dizer, mais radical em defesa dessa proposta da Anistia ampla, geral e irrestrita. E uma outra proposta também que a gente tinha era a questão dos mortos e desaparecidos que a gente sempre colocava a punição dos torturadores... então a gente convivia bem, mas a gente achava que o movimento feminino tinha uma posição mais conciliadora⁷⁸

⁷⁷ Ver: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. In: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

⁷⁸ Marcelo Santa Cruz é advogado. É irmão do desaparecido político Fernando Santa Cruz. Engajado com as questões que envolvem os Direitos Humanos e a reparação justa da memória e da verdade do período da ditadura militar, Marcelo atuou no CBA do Rio de Janeiro. Antes disso foi extremamente vigiado pelos órgãos de repressão, perseguido pelo governo militar mesmo fora do Brasil enquanto estudava direito em Portugal e chegou a abrigar desaparecidos políticos. O depoimento cedido ao autor em Olinda no dia 23\10\2017.

No entanto, sobre essa posição conciliadora, Rosângela Tenório de Carvalho, presidente do núcleo pernambucano do MFPA, considera que:

de certa maneira a escolha por um movimento feminino de anistia por Therezinha Zerbini uma pessoa que lutava pelos Direitos Humanos foi uma escolha para o momento histórico que vivíamos. Ao acionar as representações que dominavam o imaginário social sobre a mulher, no sentido da maternidade, do cuidado, da solidariedade, da delicadeza, da paz, enfim, os mitos que foram produzidos no discurso patriarcalista era uma forma de facilitar o diálogo com a sociedade e com os órgãos do Estado. O que é fato é que naquele momento funcionou como um catalisador das lutas pela abertura política e pela anistia.⁷⁹

O ano de fundação do Movimento Feminino pela Anistia ainda era um momento em que as condições políticas eram bastante adversas, principalmente para uma mulher que conhecia os meandros do regime. Certas estratégias deveriam ser utilizadas, como o apelo ao tom maternal e pacificador do movimento para desviar de certas práticas do poder vigente. Devemos ter em mente que um enfrentamento maior da questão no sentido discursivo não teria permitido a organização de um movimento feminino em favor da causa da Anistia e dos direitos humanos. Talvez essa posição conciliadora, criticada por membros do CBA, não fosse tão deliberada assim entre as mulheres lideradas por Zerbini e sim fizessem parte de uma série de estratégias que lhes permitiam ter voz em determinados espaços onde normalmente elas não seriam consideradas.

Rosângela relembra também como se organizou o MFPA aqui em Pernambuco com o aval de Therezinha Zerbini e ao redor da luta dos presos políticos:

Naquele período eu morava na Casa da Estudante Feminina que funcionava na Rua do Príncipe. Tinha um amigo que estava morando na Bahia, e que sabia que eu tinha um irmão que havia sido preso político e que meu companheiro era preso político em Itamaracá. Ele teve contato com Terezinha Zerbini em Salvador quando ela estava organizando o MFPA de lá. Ela pediu a ele um contato em Recife. Bem, ele me indicou e ela enviou uma carta para mim na qual solicitava o apoio para implantar um núcleo em Pernambuco.

As primeiras articulações ocorreram entre as mães, irmãs e companheiras dos presos políticos que, ajudadas por Zerbini, trataram de entrar em contato com parlamentares, advogados e religiosos que poderiam ampliar os contatos e as articulações da luta destas mulheres:

Nessa primeira carta Terezinha Zerbini fez a indicação das pessoas que eu deveria procurar, inclusive para algumas delas fez pequenas cartas as quais entreguei. Essas pessoas foram: Dom Helder Câmara, Senador Marcos Freire, Dep. Sérgio Murilo Santa Cruz, Dep. Marcos Cunha, Dep. Jarbas Vasconcelos, Dep. Roberto Freire, Advogado Paulo Cavalcanti. Todos foram muito atenciosos, alguns mais

⁷⁹ Rosângela Duarte Tenório é atualmente professora do Centro de Educação da UFPE. Foi companheira de um preso político e uma das fundadoras e articuladoras do núcleo pernambucano do MFPA. Era ainda estudante quando se envolveu com a causa da Anistia. O depoimento foi enviado por email ao autor em 30/10/2017

reticentes e outros bem mais receptivos como Dep. Marcus Cunha e Dep. Sergio Murilo Santa Cruz. Um efeito imediato desse contato foi a cessão da sede do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) para a sede e nossas reuniões.

Esta ampliação de contatos e articulações foi de extrema importância para o desenvolvimento do movimento, já que as pessoas citadas acima transitavam por locais que poderiam ser sensíveis à questão da Anistia. Em um momento onde os presos políticos de um modo geral estavam indiretamente fora de qualquer debate envolvendo a Anistia na sociedade, essas articulações citadas permitiam as mulheres fazerem a ponte entre os presos e a sociedade de uma forma mais confortável.

Dentro do núcleo pernambucano do MFPA também havia a preocupação com a imagem e o discurso que orientava o movimento a nível nacional. Rosângela relembra as recomendações e orientações a serem seguidas pelas mulheres do movimento:

A recomendação de todos era que seria importante a presença de mulheres porque esse era um modo de assegurar que era um movimento feminino, no qual familiares, esposas, irmãs, mães, enfim, se compreendia que naquela conjuntura seria mais seguro. Therezinha Zerbini foi muito atenciosa conosco, e tinha uma preocupação em orientar as nossas atividades, ela havia sido presa, e sendo mulher de um militar conhecia os limites do momento pois ainda naquele período no qual já havia um discussão sobre abertura política tínhamos bem recente o assassinato de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho. Fazia sentido sua preocupação com a nossa segurança. Lembro que muitas vezes estávamos em reunião e ficava passando carro com gente nos vigiando. Sabíamos que era a polícia. Outro momento, em um evento na porta da Assembleia Legislativa, policiais que tiveram participação em tortura de presos políticos acompanhavam nossas ações.

Além das já citadas notas nos jornais, abaixo assinados, shows e lançamentos de livros, o movimento feminino tinha ações que se ligavam diretamente com o trato dos espaços tradicionais de poder, como cartas, encontros, discursos em assembleias e eventos, quando lhes era permitido o espaço, vigílias e reuniões com autoridades. Era um movimento bastante articulado com o MDB, setores da OAB e com setores da Igreja Católica. Na fala de Rosângela Tenório entrevistamos outras articulações menos lembradas quando se trata dos movimentos femininos pela anistia. Geralmente se relembra muito as articulações das mulheres em todo o Brasil com os parlamentares do MDB e com setores da Igreja Católica, mas na fala abaixo vemos que com o tempo o MFPA foi criando uma rede através de outras entidades e organizações menos lembradas, como o Movimento de Enfermagem:

No começo éramos umas dez pessoas mas foram chegando mulheres ligadas ao movimento dos bairros, mulheres do movimento das domésticas, mulheres do movimento de enfermagem, amigas de amigas, estudantes. Pessoal do coletivo de Casa Amarela. Um apoio efetivo, imenso da Ação Católica Operária por meio do Padre Romano.

As manifestações públicas se tornaram frequentes a partir de 1978, mas desde antes o MFPA organizava vigílias e buscavam chamar atenção para a situação dos presos políticos, inclusive sendo a ponte entre eles e a imprensa e as autoridades. As idas a Assembleia Legislativa, reuniões com autoridades e vigílias foram noticiadas pelo Diário de Pernambuco. Uma vigília em dezembro de 1977 na Igreja da Boa Vista no Recife teve, segundo o jornal, um acompanhamento da polícia, que embora discreto “entreviu apenas para mandar retirar da frente do templo uma faixa anunciando o ato e suas razões”⁸⁰. Em alguns históricos dos boletins produzidos pela direção nacional do movimento eram relatadas algumas destas atividades e eventos referentes ao núcleo pernambucano.⁸¹ Nesses eventos documentos escritos pelos presos políticos eram lidos e suas vivências na prisão eram denunciadas:

[...] realizamos reuniões sistemáticas, organizamos um grande evento para época uma Vigília no Diretório Central dos Estudantes na sua sede na Rua do Hospício a época[...] Nossas ações estavam muito ligadas as do movimento nacional, seja em encontros nacionais, aos quais mandávamos representantes ou então fazíamos algumas ações locais, como uma grande com divulgação, ida a Assembleia.

O movimento em Pernambuco além de fazer essas articulações entre diversos setores da sociedade e os presos políticos também se preocupava com a manutenção dos mesmos. Artesanato produzido por eles era trazido para fora da cadeia pelas mulheres e comercializado por elas como forma de levantar fundos. Já o movimento em si se mantinha através de doações. Sobre a atuação destas mulheres em relação à complementação financeira, o ex-presos político e membro do movimento estudantil na época Edival Nunes, o Cajá, relembra:

Todo domingo, elas iam fazer visitas aos presos, pegar umas bolsas que a gente sempre usava, umas bolsas a tiracolo de couro feita pelo artesanato deles e vendiam isso e voltavam com o dinheiro pra fazer a feirinha deles e tal, que eles cozinhavam, faziam suas coisas eles mesmo [...] Tinha uma equipe, o comitê era composto de esposas, namoradas, irmãs ou mães...⁸²

Rosângela pontua essa questão da manutenção financeira do movimento porque realmente demandava dinheiro os gastos com papel, divulgação, reprodução, cartazes e deslocamento, assim como aquela relativa aos presos políticos.

Cadastramos as pessoas e a sustentação eram doações das próprias pessoas [...] Uma questão concreta era que nós que estávamos à frente e tínhamos os companheiros presos em Itamaracá estávamos muito envolvidas com o movimento

⁸⁰ **Rezas e cânticos na vigília pelos presos políticos.** Diário de Pernambuco. 3 de dezembro de 1977, sexta, ano 153, n 356

⁸¹ Boletim Maria Quitéria. Ano II. Nº 3. Julho de 1978. Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA. Boletim Maria Quitéria. Ano III. Nº4. Março de 1979. Acervo do memorial da anistia. Pasta: MFPA.

⁸² Depoimento cedido ao autor em 22/05/2017.

nacional e local dos presos políticos, as greves de fome, a venda do seu artesanato na feira de artesanato de Olinda para assegurar sua feira complementar na cadeia.

No entanto, como já foi dito, foi a partir de 1978, com a fundação do Comitê Brasileiro de Anistia no Rio de Janeiro, que a campanha começou a perder o tom exclusivamente feminino. A partir do comitê outros setores passaram a se envolver na causa da anistia. Nadja Brayner avalia esse momento da formação do CBA no Brasil:

Por tudo que as mulheres sofreram, sofriam, também incorporavam certas práticas, certas visões limitadoras com relação a participação mais ampla, então era um movimento um pouco fechado com relação as mulheres e aí se viu que isso tinha que ser ampliado, foi quando começou a surgir os comitês, os CBAs.

Em Pernambuco o comitê foi lançado no dia 18 de abril de 1979, e já reunia advogados, professores, parlamentares do MDB, estudantes secundaristas e universitários cujo discurso em relação à Anistia girava em torno do slogan de Anistia ampla, geral e irrestrita, mas também relacionava a Anistia ao fim do regime de exceção, da prática das torturas e ao pleno exercício da democracia no país. Rosângela Tenório também avalia esse momento da ampliação da luta pela Anistia na figura do CBA:

O Comitê Brasileiro de Anistia foi assumindo a hegemonia da luta pela anistia. Em Pernambuco a ampliação do grupo deu mais força e proporcionou a necessidade de um posicionamento mais forte e político e nós fomos assumindo o seu redirecionamento para essa transformação. Nesse momento muitas outras pessoas, pessoal da universidade federal, advogado dos presos políticos, artistas, movimentos sociais aderem ao movimento e assim sai o tom de um movimento feminino. Tudo foi muito rápido pois refletiu o crescimento do movimento também rápido que se deu no país como eu disse foi um catalisador de diferentes grupos.

O lançamento do CBA Pernambuco ocorreu no auditório do DCE da Universidade Federal de Pernambuco, às 20 horas na Rua do Hospício no centro do Recife. De acordo com o Diário de Pernambuco o encontro reuniu “representantes de associações profissionais, de bairros, diretórios estudantis, sucursais e representantes dos jornais Movimento, Em Tempo, Versus e Jornal dos Bairros.”⁸³ Além disso, foram lidas notas de repúdio e denúncia em relação aos presos políticos e a rondas policiais arbitrárias na cidade.

Familiares de presos políticos e desaparecidos, representantes da Igreja Católica, o presidente da OAB, Dorany Sampaio, parlamentares como Jarbas Vasconcelos, Eduardo Pandolfi e Roberto Freire estavam presentes no ato de lançamento do comitê que se iniciou

⁸³ **Comitê da Anistia lançado no Estado.** Diário de Pernambuco. 18 de abril de 1979, quarta, ano 154, n 104

com a chamada nominal dos 19 presos políticos de Pernambuco. Segundo o Diário de Pernambuco cerca de mil pessoas participaram do ato.⁸⁴

A imagem abaixo foi divulgada pelo Diário de Pernambuco no dia seguinte ao ato e a partir daí as manifestações pela Anistia se ampliaram ainda mais no estado.



É importante ressaltar que apesar do comitê ter sido lançado oficialmente em 1979, as articulações dos já citados setores da sociedade em razão da causa dos direitos humanos e da denúncia da situação pela qual passava o país é anterior. De acordo com representantes do CBA em declaração ao Diário de Pernambuco “foi uma luta que começou a se organizar em setembro de 1978”⁸⁵

Durante o ato de lançamento do CBA foi também divulgado o programa mínimo de ação da seção pernambucana do comitê.⁸⁶ O programa era composto de dez reivindicações que tocavam diretamente na causa da Anistia, mas que ampliavam a questão. A primeira delas era o fim radical e absoluto das torturas seguido pela:

- 2 – libertação dos presos políticos e volta dos cassados, aposentados, banidos, exilados e perseguidos políticos.
- 3 – Esclarecimento das circunstâncias em que ocorrem as mortes e os desaparecimentos por motivos políticos.
- 4 – Fim do tratamento arbitrário e desumano contra os presos políticos.
- 5 – Fim do atestado ideológico e perseguições profissionais por motivos políticos.
- 6 – Revogação da Lei de Segurança Nacional.
- 7 – Apoio as lutas pela liberdade democrática.
- 8 – Apoio aos trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e de trabalho, pela autonomia sindical e livre organização política.

⁸⁴**Ato público inicia ação da Anistia.** Diário de Pernambuco. 19 de abril de 1979, quinta, ano 154, n 105.

⁸⁵**Comitê da Anistia lançado no Estado.** Diário de Pernambuco. 18 de abril de 1979, quarta, ano 154, n 104

⁸⁶**A Anistia.** Diário de Pernambuco. 21 e 22 de abril de 1979, sábado e domingo, ano 154, n 107. A semana

9 – Apoio aos estudantes na luta por melhores condições de ensino, pelo direito de se manifestarem e pela liberdade de criarem e conduzirem suas entidades representativas.

10 – Apoio internacional a luta pela Anistia sobretudo a que se desenvolve na América Latina.⁸⁷

No documento transcrito acima podemos entrever o quanto a questão se ampliou através do CBA. A Anistia para os membros do comitê estava diretamente ligada a reposição das liberdades democráticas e políticas. Isso não quer dizer, no entanto, que o Movimento Feminino não estivesse preocupado com estas questões, mas sim que o fato do CBA ser composto por diversos grupos, diversos setores, conferia uma heterogeneidade ao comitê que lhe permitia ser mais radical em determinados assuntos.

Mesmo assim, todo esse movimento não passou alheio aos órgãos policiais e de vigilância do governo que acompanhavam as questões e movimentações tanto do movimento feminino quando do comitê. Nadja Brayner responde sobre o acompanhamento e vigilância policial e relembra uma história que considero bastante emblemática e significativa para ilustrar essa questão:

Há sem duvida, sem duvida, por exemplo, no dia do lançamento que foi 18 de abril que foi na Rua do Hospício [...] Pra você ter uma ideia, neste ato, o meu carro, eu tinha um fusquinha... Isso era na Rua do Hospício, eu botei o carro na Sete de Setembro, perto da Livro 7. Fui botei meu carro ali no cantinho achando que tava protegido, que era distante. Quando eu saí desse ato, todos os quatro pneus estavam arriados, os quatro. Eu tive que... foi uma operação de guerra, porque tinha que tirar um por um, chamar... pra poder depois no outro dia eu tirar o carro.

E segue:

Então a gente sabia, a gente tinha uma vigilância permanente de todas as formas, fora os infiltrados que a gente não sabia [...] Tinha provavelmente, eu nunca identifiquei, mas nunca deixou de ter, nesse período fazia parte. Como na universidade né, em todo canto na universidade você tinha sala de aula, você tinha os oficiais...

Já em relação a atividade interna do CBA é Marcelo Santa Cruz que relembra as diversas comissões e divisões que organizavam e direcionavam melhor a luta pela anistia e pelas outras reivindicações do comitê. Essas comissões eram responsáveis entre outras coisas por emitir notas de apoio ou de denúncia, convocar manifestações e atos e acompanhar os desdobramentos da questão que envolvia a Anistia pelo país.

Tinha uma coordenação executiva e tinha as várias comissões. Tinha a comissão dos mortos e desaparecidos, tinha a dos presos e torturados e exilados, e tinha uma outra que era de divulgação e propaganda [...] Era um órgão colegiado, mas tinha uma comissão executiva.

⁸⁷Programa mínimo de ação – CBA/PE. Acervo do Memorial da Anistia. Pasta MFPA.

O comitê aqui em Pernambuco se reunia na sede do diretório estadual do MDB na Avenida João de Barros, no Recife. As reuniões aconteciam nas quartas-feiras às 20 horas⁸⁸. O espaço cedido pelos parlamentares era utilizado tanto pelo Movimento Feminino quanto pelo Comitê de Anistia, lá se faziam as reuniões dos movimentos e outras atividades como palestras. Nadja Brayner relembra as reuniões do comitê, ressaltando inclusive as participações, direção, dinâmica e preocupação dessas reuniões:

As reuniões que a gente fazia eram ali na sede do MDB que era ali na João de Barros [...] Tinha uma sede ali do MDB, o MDB cedeu o espaço e reunia tanto o feminino quanto o CBA. Essas reuniões a gente começou a ampliar essa participação com as entidades [...] A gente fazia reuniões semanais convidando as entidades, podiam ser entidades ou podiam ser pessoas individualmente né, quem quisesse se integrar no movimento da anistia não tinha problema podia participar... E a gente formou um nucleozinho, uma direção, que foi Eduardo Pandolfi, eu em um determinado momento fiquei com uma vice-presidência, não me lembro exatamente o momento, eu assumi uma vice-presidência e a gente fazia reunião executiva pra fazer uma pauta pra essa reunião maior, e a partir dessa reunião maior a gente já levava algumas propostas de incorporação da sociedade civil de diversas maneiras.

Ela prossegue lembrando a participação dos artistas junto ao comitê e a questão da manutenção financeira para as atividades realizadas:

Os artistas foram muito importantes porque eles cederam muitas obras de arte pra gente fazer leilões, a gente precisava de dinheiro pra poder mobilizar, pra poder o pessoal viajar e tal... Vários artistas [...] tanto é que o Luciano Pinheiro por exemplo, foi ele que fez uma arte pra gente, que era uma pomba.

Marcelo Santa Cruz também conta um pouco dessa questão financeira dos CBAs:

Financeiramente se mantinha da ajuda dos próprios militantes que faziam parte, que era muito mais... Os congressos, os encontros eram bancados pelos próprios militantes do comitê e no voluntarismo, era um movimento que não tinha nenhum apoio de ninguém, o apoio que tinha era entre a gente mesmo

O dinheiro arrecadado era usado na manutenção do movimento, nas viagens que os militantes faziam para se reunir com outros comitês, nos congressos e encontros e nas manifestações que eram convocadas em favor da Anistia. Uma das preocupações do comitê era a divulgação do tema da Anistia para a sociedade em geral e isso demandava gastos com cartazes, folhetos e convites. Dentre essas atividades Marcelo destaca como mais significativas:

O movimento de solidariedade aos presos em greve de fome e as várias idas que a gente fez à Brasília em defesa da Anistia ampla, geral e irrestrita.

⁸⁸ IDEM

Os jornais também noticiavam as atividades do CBA. Além das notas de solidariedade e visita aos presos políticos e de denúncia às arbitrariedades da época, o comitê também se solidarizava e tomava parte em outras questões sociais. Seguindo o que marcava o programa mínimo de ação, o comitê se envolveu em questões junto ao movimento estudantil e greves de professores. Encontros com autoridades também faziam parte das atividades engendradas pelo comitê na luta pela Anistia.

No dia 7 de junho de 1979, por exemplo, representantes do comitê se encontraram com o governador do estado, Marco Maciel, para mediar através de um documento redigido pelos presos políticos de Itamaracá a reivindicação de melhores condições, fim da revista “degradante pela qual passavam os familiares” e também a apuração de tortura a presos comuns que era testemunhada pelos presos políticos da penitenciária.⁸⁹ Isso e os exemplos de vigilância policial que apontamos também denotam que as autoridades políticas e policiais estavam cientes do trabalho exercido pelo comitê, um trabalho de pressão e conscientização em favor da causa da Anistia.

Outras atividades do comitê tomavam as ruas. No dia 3 de julho, uma manifestação em favor da Anistia ocupou os bancos da Pracinha do Diário no Recife. O ato teve a participação de parlamentares, representantes da UNE e membros do comitê que questionavam o projeto de anistia proposto pelo governo que não englobava a amplitude da anistia desejada⁹⁰. Na manifestação foram levantadas faixas em prol da Anistia, da liberdade de expressão e faixas alusivas aos números de mortos e desaparecidos pela ditadura. A foto abaixo foi divulgada pelo Diário de Pernambuco no dia seguinte à manifestação:



Dorany Sampaio, presidente da OAB-PE, disse que não concebe a pacificação nacional enquanto houver presos políticos 91

Nadja Brayner relembra essa manifestação e comenta a foto acima:

⁸⁹ Comitê de Anistia vai ao governador. Diário de Pernambuco. 8 de junho de 1979, sexta, ano 154, n 153

⁹⁰ Versaremos sobre o projeto, as discussões em torno do texto e a votação da lei no próximo capítulo.

⁹¹ Diário de Pernambuco. 3 de julho de 1979, terça, ano 154, n 177.

Você tá vendo que é uma coisa improvisada, a gente tá em cima dos bancos aqui, é Dorany [Sampaio] que tá [na foto], que era uma forma de conscientizar as pessoas e incorporá-las nessa luta.

A questão financeira que foi lembrada por Marcelo Santa Cruz acima se reflete nessa fala de Nadja em relação ao improvisado das manifestações. Como o comitê se mantinha de doações e voluntariado fica fácil entender o destaque a esse improvisado, já que uma manifestação além de tempo, demandava gastos com cartazes e folhetos de divulgação. As manifestações tinham que ocupar os espaços disponíveis e mais adequados para esclarecer e divulgar a questão da Anistia para a população. Nadja relembra ainda a dinâmica das atividades de rua:

A gente convocava manifestações de rua, que era pra popularizar, junto a população, mostrar a ela o que era Anistia, as pessoas não sabiam. Então a gente fazia essas mobilizações... Não eram grandes concentrações, a gente fez uma grande em Olinda no Largo do Amparo, mas em geral eram pequenas reuniões, né, porque, porque era através basicamente das entidades que faziam a rede. Por exemplo, Instituto Brasileiro de Arquitetura, teve um papel muito importante, então eles vinham às reuniões, participavam e criavam através da sua entidade formas de chegar aos seus associados. Então a gente não fez grandes manifestações, a não ser essa do Largo do Amparo que com muito mais gente.

Com a proximidade da votação do projeto de Anistia na Câmara as manifestações se tornaram mais frequentes. Além do ato no Largo do Amparo, o local escolhido para a maioria dos atos públicos era a Praça do Diário no centro do Recife. No dia 8 de agosto um ato público na praça, considerado pelo Diário de Pernambuco uma “concentração relâmpago” congregou militantes do comitê para a intensificação da campanha e pelo lançamento de um ato maior a ser realizado no dia 14 como um Dia Nacional de Luta pela Anistia. O ato faria frente à Anistia pensada pelo governo cujo projeto já estava em curso.⁹²

Dias antes o comitê convocou através de convites e nota à imprensa a manifestação para as 18 horas do dia 14 de agosto. Na nota o comitê convidou “todas as pessoas para iniciar uma campanha pela Anistia ampla, geral e irrestrita: “para gritarmos bem alto que o que queremos é a Anistia, mesmo, sem arremedios [...] queremos Anistia sem restrição”. Além da nota panfletos foram distribuídos com o slogan “Não queremos Anistia pela metade”⁹³

Outro trecho da nota divulgada pelo Diário de Pernambuco na íntegra ainda justifica a razão de ser da manifestação e da luta em favor da Anistia ao questionar a denominação de terroristas aos presos políticos dada pelos órgãos policiais e oficiais do governo:

“Terrorismo e crime contra a humanidade quem cometeu foi a ditadura militar, arrancando pais, filhos e mães dos seus lares na calada da noite. Obrigando milhares

⁹² Comitê faz ato público. Diário de Pernambuco. 9 de agosto de 1979, quinta, ano 154, n 213

⁹³ **Comitê pela Anistia fará ato público na Pracinha.** Diário de Pernambuco. 8 de agosto de 1979, quarta, ano 154, n 212 .

de brasileiros a deixarem sua pátria, amigos, famílias e empregos. Deixando inúmeras mulheres e crianças que não sabem até hoje se são viúvas ou órfãs, pois seus esposos e pais sumiram nos porões do regime militar.⁹⁴

Ao falarmos dessas notas divulgadas nos jornais assim como nos comunicados e convites que eram publicados pelo comitê não podemos deixar de falar da relação deste com a imprensa. Em 1979 de um modo geral a situação da imprensa era diferente, não havia mais a censura prévia aos jornais, o AI-5 como dispositivo fora desativado no início daquele ano e certos temas como a Anistia podiam ser cobertos com uma certa desenvoltura. Nadja avalia essa relação do comitê com a imprensa:

Com alguns setores da imprensa era uma relação boa [...] Aqui em Pernambuco a gente tinha acesso há alguns jornalistas e fotógrafos, pessoal que vinha a determinado evento que a gente ia, por exemplo, antes da Anistia ocorreram várias greves de fome, então a gente entendia que um dos papéis do comitê era dar essa cobertura os presos de Itamaracá, tanto as moças do Bom Pastor, quanto os de Itamaracá, então quando tinha greve a gente ia, as vezes não conseguia entrar, eu mesmo fui a uma visita com dois deputados representando o CBA porque não entrava todo mundo. E a gente quando podia pegava um fotografo e levava...

Entre 1978 e 1979 um caso de prisão ocupou as páginas dos jornais pernambucanos e dividiu opiniões. Nesse caso a presença dos movimentos pela anistia, tanto o feminino quanto o comitê foi bastante expressiva no sentido de acompanhar o caso, exigir uma posição da opinião pública e emitir notas e comunicados. Estamos falando do caso do estudante Edival Nunes da Silva, o Cajá.

Cajá, membro e liderança proeminente do movimento estudantil em Pernambuco, foi preso em maio de 1978 e sua prisão balançou opiniões e mobilizou não só os movimentos estudantis, mas também movimentos e organizações pela Anistia e pelos direitos humanos no Brasil inteiro. Imediatamente após sua prisão, estudantes da Universidade Federal de Pernambuco entraram em greve protestando contra a mesma, depois estudantes de outras universidades no estado também aderiram à greve.⁹⁵ As campanhas em relação à prisão de Cajá envolveram, além disso, setores da Igreja Católica alinhados a Dom Helder Câmara.

Solto em novembro do mesmo ano, Cajá voltou a ser preso uma semana depois por conceder entrevistas onde denunciava o que havia passado na cadeia e só voltou a liberdade em junho de 1979. O Movimento Feminino pela Anistia atuou junto aos estudantes divulgando notas e programando visitas ao estudante, que inclusive relembra a atuação de Therezinha Zerbini nesse momento:

⁹⁴ **Comitê convoca dia pela Anistia.** Diário de Pernambuco. 3 de agosto de 1979, sexta, ano 154, n 208 A4

⁹⁵ **Estudantes da UFPE em greve até que a polícia liberte Edval Nunes.** Diário de Pernambuco. 16 de maio de 1978. Terça, ano 153, n 150.

Ela teve aqui no dia do meu julgamento na auditoria militar [...] era esposa de um general que foi cassado e ela se dedicava muito a esse trabalho e ela por ser esposa de um general ficava com mais passagem e menos importunada pela repressão [...] E ela se deslocava, de São Paulo pra ta presente no dia do depoimento meu na auditoria e isso era uma coisa importante pro preso e pro movimento também.⁹⁶

As manifestações nas quais o MFPA esteve envolvido no caso Cajá giravam em torno de notas nos jornais denunciando a prisão, articulações com outros movimentos como o estudantil e manifestações, por exemplo, um ato público na Assembleia Legislativa de Pernambuco no dia 14 de julho de 1978. Nesse dia de acordo com o Diário de Pernambuco: “cerca de quatro mil pernambucanos” se reuniram com diversos políticos do MDB, as mulheres do MFPA, órgãos estudantis para se manifestar por Anistia, por uma constituinte e pelo próprio Cajá.⁹⁷

Em relação às visitas programadas pelos movimentos de Anistia, o então estudante relembra que eram extremamente controladas, e de fato, de acordo com o Diário de Pernambuco, apenas 12 pessoas puderam visitar o estudante após os dez dias de incomunicabilidade previstos pela Lei de Segurança Nacional⁹⁸: “Do comitê, uma pessoa isoladamente por vez, porque senão... se viesse enquanto comitê não passava, se viesse enquanto comitê...”, diz Cajá.

Além do caso de Cajá e das manifestações que os movimentos pela Anistia promoveram em Pernambuco, depois da aprovação da lei de Anistia as organizações se voltaram para a recepção dos exilados que começavam a voltar e para a situação dos que não foram totalmente beneficiados pela lei. Nadja relembra a atuação do comitê nesse momento de recepção aos exilados que começavam a voltar ao país:

Quando saiu a Anistia, o pessoal começou a voltar então a gente começou outra fase do trabalho. O CBA na verdade continuou de outra forma [...] foi uma outra etapa. O pessoal começou a voltar... A gente ia de madrugada, normalmente o vôo chegava quatro, cinco horas da manhã e a gente ia passava na casa da fotógrafa apanhava ela, porque era fundamental a gente ter o registro, a gente não sabia o que ia acontecer. Quando as pessoas vinham, vinham na expectativa, “será que eu vou conseguir entrar ou não?”

Eu me lembro da chegada de Sérgio Buarque, que a gente foi apanhar no aeroporto [...] Foram vários, a gente tinha um calendário que dia sim, dia não a gente tava no Guararapes de madrugada, naquele horário, a gente ia pegar, sempre com um fotógrafo pra dar essa cobertura.

⁹⁶ Edval Nunes conhecido como Cajá era um dos líderes do Movimento Estudantil em Pernambuco e militante do PCR quando do seu sequestro e prisão em 1978. A prisão de Cajá gerou uma intensa mobilização estudantil com greves e declarações, várias moções e notas de apoio e solidariedade advindas de diversas instituições e uma participação decisiva de Dom Helder Câmara e setores da igreja ligados a ele. Solto ainda em 1978 Cajá foi novamente preso por denunciar a situação que havia vivido na cadeia uma semana depois. O depoimento cedido ao autor em Recife no dia 22/05/2017.

⁹⁷ Diário de Pernambuco. **Povo prestigia Frente no Recife**. 14 de julho de 1978, sexta, ano 153, n 189.

⁹⁸ Diário de Pernambuco. **Apenas 12 pessoas tem acesso a Edval Nunes**. 2 de junho de 1978, sexta, ano 153, n 147.

A euforia da aprovação da lei e da volta dos exilados, no entanto, não ofuscou a consciência do CBA de que a Anistia concedida não era a esperada e muito menos ampla, geral e irrestrita. Era uma Anistia de mão dupla que, encarada no momento como gesto conciliatório, acabou anistiando também os torturados e agentes do regime.

Apesar disso o movimento pela Anistia não se desarticulou. Marcelo Santa Cruz relembra as diversas lutas que se desmembraram dessa luta após a aprovação da lei:

Depois da Anistia veio uma luta muito grande que foi a luta das Diretas Já que foi também um outro movimento muito importante. E nas Diretas Já que era uma lei muito simples determinando eleições diretas e foi um movimento muito grande, a gente não conseguiu eleger o Tancredo diretamente mas a eleição seguinte já foram eleições diretas [...] Um outro movimento importante pós-anistia foi a criação do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, que foi em 81 em Petrópolis [...] que era muita gente que veio do movimento de Anistia. Uma outra questão também importante que teve muita gente do movimento de Anistia foi a fundação do Partido dos Trabalhadores, acho que em 82, e também a fundação da CUT. Então todo esse pessoal de esquerda que estavam participando dos comitês de Anistia, eles tiveram uma continuidade nessa luta [...] e muitos ainda continuam na luta até hoje.

Ele também aponta outra consequência importante da luta pela Anistia anos depois:

Tempos depois essa luta do comitê ela ainda se fez presente e forçou a criação da Lei 9.140, acho que de 95, que reconheceu as pessoas que estavam desaparecidas como mortas, que é a morte presumida. Inicialmente saiu uma relação enorme depois alguns outros casos vieram se apresentando e o governo fixou uma indenização muito pequena [...] de acordo com a faixa etária, mas o importante foi que o governo passou a reconhecer que essas pessoas foram mortas em confronto com a repressão, porque até então o governo não tinha assumido ainda essas mortes...

A questão da Anistia enquanto condição para o amplo restabelecimento da liberdade democrática e direitos humanos pode ser encarada como o principal e mais belo mote dos movimentos que se formaram em torno da causa no Brasil inteiro. Apesar das restrições da lei e dos problemas decorrentes dela que discutiremos mais a frente, as organizações da sociedade pela Anistia e pela questão da redemocratização do país e dos direitos humanos se constituíram como algo muito maior do que poderia ser avaliado naquele momento, pois esses movimentos fundaram experiências em um momento tão adverso politicamente para o país.

4 ANISTIA POR ESCRITO

Venha na luz de uma manhã q'lareando. Nos aviões, nos caminhões que vão voltar. Nos telegramas, nos postais de fim de ano . No assobio de uma corrente de ar. (VALENÇA, Alceu. 1978)

4.1 OS JORNAIS ENQUANTO FONTES HISTÓRICAS

Durante muito tempo, os jornais foram trabalhados na perspectiva da oficialidade, ou seja, como diários do cotidiano os jornais seriam a voz oficial dos discursos políticos e dos grandes atos da história, cujas palavras dos grandes homens e seus atos estariam gravadas ali como prova material dos fatos. Além disso, a perspectiva da visão jornalística na qual o discurso corrente ainda hoje é o da imparcialidade fez em muitos casos com que a história retirada das páginas dos jornais fosse uma história bem mais factualista do que necessariamente uma história crítica.

Mesmo com a emergência de novas práticas, novos fazeres e novos olhares historiográficos além de objetos, os jornais em alguns momentos ainda são encarados como diários do cotidiano. No entanto eles se constituem como objetos de estudo que vão muito mais além do que essa simples conceituação.

Na verdade, apesar de nas manchetes, nas reportagens e nas notas de rodapé estarem retratados os acontecimentos passados diariamente em um determinado espaço, o jornais enquanto fontes históricas devem se constituir muito mais como representação, ou sistema de representação social do que simplesmente um diário do dia a dia.

Justifico essa posição, pois representação social em nossa visão, perpassa também os sistemas sociais e culturais envolvidos em sua produção, seus discursos que podem ser os discursos correntes da sociedade, ou não, e também os sistemas de reprodução de uma determinada sociedade.

Faço essas observações iniciais, pois os jornais, ou imprensa como queiram, sempre foram objetos de estudos históricos, no entanto o que vem mudando ao longo do tempo no trato dessas fontes é a abordagem.

Ao tratar do jornal enquanto fonte histórica, não podemos fugir necessariamente da noção de documento, afinal estamos tentando escrever história a partir de fontes escritas e muitos paradigmas e abordagens já foram discutidos acerca das fontes documentais escritas.

Primeiro, porque como já dito o documento escrito era a fonte por excelência da escrita da História. Era a fonte oficial, cujo testemunho a escola dita metódica considerava como único e verdadeiro, como testemunho neutro. *Toda confiança [...] repousava [...] na ideia da verdade como propósito a distinguir a História da ficção, do romance histórico, que não pretenderia o relato de fatos verdadeiramente ocorridos* (GRESPLAN, 2011, P.292).

Com a virada historiográfica proporcionada pela Revista dos Annales a partir da segunda metade do século XX, uma série de novos documentos e abordagens se abrem para os historiadores e são justamente esses novos critérios sobre as fontes que fizeram, ou melhor, ampliaram a autonomia da história, mesmo que as abordagens agora se voltassem também para paradigmas de outras ciências na tão conhecida proposta de interdisciplinaridade da escola dos Annales.

Ampliemos ainda a noção de documento que segundo Leandro Karnal (2011) ainda é um conceito em construção. Os Annales trouxeram uma série de novos objetos que ampliaram por sua vez a busca por uma documentação diferente e mais abrangente daquelas essencialmente escritas. Aqui entram também os questionamentos feitos acerca da veracidade e discurso. Por ora basta dizer que essa revolução documental foi proporcionada por eles, e não só eles, a escola cultural inglesa centrada no nosso trabalho na figura de Eduard Palmer Thompson também traz essa nova emergência, ao utilizar conceitos como práticas, tradições e espaços de sujeitos não contemplados pelos documentos escritos e ditos oficiais.

Uma definição de Thompson que podemos trazer exatamente para o nosso trabalho e para as fontes documentais a que nos propomos é a seguinte: “Os indivíduos pertencentes à classe privilegiada dão a se conhecer melhor nas fontes” (THOMPSON. Apud. BARROS, 2009. p.121). Nesse sentido, os jornais seriam espaços hegemônicos de perpetuação dessas classes privilegiadas, ao mesmo tempo quando “ao pobre só é dada uma voz quando ele comete ou é acusado de um crime” (IDEM). Tratamos dos jornais também como espaços de resistências ou até mais que isso, como espaço de reprodução de discursos que visam a perpetuação e reprodução de determinadas funções e práticas sociais, ou ainda a superação delas.

Nos jornais, sejam eles de grande circulação (grande imprensa) ou de imprensa alternativa, também há espaços definidos, há espaços hegemônicos, mas também há espaços de compra de notícias e há espaços (ainda que pequenos em alguns casos) de resistência.

Deixemos ainda claro o nosso posicionamento na forma com que encaramos os jornais enquanto fontes históricas. Para isso tomamos as palavras de Helena Capelato e Maria Lígia

Prado, cujas inovações metodológicas na década de 1980 trazem outros olhares sobre a história feita através dos jornais, que como foi dito não é necessariamente nova.

“A escolha de um jornal como objeto de um estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere” (CAPELATO;PRADO, 1980. p 19).

Ao tratar dos jornais enquanto fontes, devemos também ter em mente a dimensão material dos mesmos, suas formas de circulações e seus mecanismos. Os jornais não são absolutamente neutros. Segundo Sirinelli ele é um “ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum” (LUCA, 2011. p. 140).

Observar esses “itinerários” é tarefa do historiador que pretende trabalhar e que deve ter a sua disposição ferramentas de críticas e análises, a saber, a crítica externa ou interna, sendo essa última bem mais perpassada pela análise do discurso que hoje se constituiu também como campo auxiliar para a História.

No presente caso trataremos das discussões acerca da Anistia nas páginas de um jornal da grande imprensa e de circulação significativa em Pernambuco, o Diário de Pernambuco.⁹⁹ Escolhemos este jornal por ser de circulação diária e de longo alcance. Isso, no entanto, não quer dizer que não tenhamos noção da multiplicidade da imprensa em Pernambuco principalmente no período da ditadura civil-militar, pois vários jornais e periódicos de imprensa alternativa circulavam pelo estado.¹⁰⁰

Trazemos o Diário de Pernambuco também pela multiplicidade de vozes que aparecem no jornal sobre a Anistia. Desde o primeiro número do ano de 1978 até um pouco depois da aprovação da lei em agosto de 1979, as menções à Anistia são quase diárias.

Contudo, é importante assinalar que os jornais da grande imprensa em Pernambuco assumiram, no período anterior ao Golpe, atitude claramente ligada aos interesses da classe

⁹⁹ O Diário de Pernambuco, fundado em 1825 pelo tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão, se orgulha de ser o mais antigo jornal em circulação do Brasil e da América Latina. Com sede na Rua Direita em Recife, se mudou em 1903 para a famosa Praça da Independência que até hoje é conhecida como Pracinha do Diário. Em 1931 o Diário foi incorporado por Assis Chateaubriand, passando a fazer parte dos famosos Diários Associados, nessa mesma época o Jornal foi paralisado por disputas políticas, o mesmo acontece na década de 1940 devido a divergências com a política ditatorial do Estado Novo. O episódio apontado por muitos como um dos pontos altos da história do jornal foi relatado no primeiro capítulo. Atualmente o jornal pertence ao Sistema Opinião de Comunicação que desde 2005 possui a maior parte de suas ações. No entanto os Diários Associados ainda possuem ações e o edita juntamente ao Opinião. Ver a história oficial do jornal no site: <http://www.dpnet.com.br/cedoc/historia.shtml>. Acesso em 02/04/2016. Às: 18:46.

¹⁰⁰ Um dos periódicos de imprensa alternativa mais famosos em Pernambuco era o O Papa-Figo, que apesar de não circular como jornal independente antes da década de 80, foi perseguido e censurado mesmo depois da anistia.

dominante local, contra os trabalhadores, os setores progressistas e as reformas então propostas. De acordo com Socorro de Abreu e Lima, naquela ocasião

O jornal Última Hora foi fechado, bem como o semanário A Hora. Então a atuação da imprensa local foi elogiada pelo comandante do IV Exército, que fez a seguinte declaração: “Vamos manter a imprensa livre, mas é preciso que ela colabore, como vem colaborando no Recife. A imprensa do Recife tem atuado muito bem, não sendo forçado a nenhuma restrição contra suas ações” (ABREU E LIMA, 2012, p. 85).

Encontramos vozes a favor e contra a Anistia, encontramos reproduções de discursos e pronunciamentos oficiais de políticos e governantes, posições civis em cartas à redação, em determinadas colunas e em entrevistas que nos permitem observar que o debate sobre a Anistia não era exatamente restrito às tribunas parlamentares e aos lugares de atuação dos movimentos.

Nos concentramos nos anos de 1978 e 1979 por serem esses anos o de maior intensificação do debate sobre a Anistia na esfera pública. Como foi dito, é pelo menos desde 1975, com a criação do MFPA que a coisa começa a tomar ares de movimento organizado, mas é a partir de 1978 que as discussões se tornam bem mais acaloradas.

Obviamente que não podemos esquecer que, por ser um jornal de grande circulação o Diário de Pernambuco também estava sujeito às intencionalidades e arbitrariedades do regime militar, não tanto quando os da imprensa alternativa, mas ainda assim havia um certo controle. Não sabemos por exemplo se mais cartas chegavam ao jornal em relação à Anistia e não eram publicadas, ou ainda se determinadas notas e notícias sobre o assunto não foram encobertas. O que podemos colocar aqui é, que como todo jornal, o que é publicado é fruto de escolhas e situações e o Diário certamente não fugia a regra.

A relação entre imprensa oficial ou não na ditadura merece também alguns esclarecimentos, afinal durante a ditadura os jornais, de modo geral e especificamente aqueles considerados subversivos, como os jornais tidos de esquerda, sofreram como quase todos os setores intelectuais uma dura censura e repressão por parte do regime.¹⁰¹ A lei de Imprensa, por exemplo, promulgada em 1967, institucionalizou a quebra da liberdade jornalística no país e entre outras curiosidades só foi revogada em 2009, já com outras configurações.

¹⁰¹ Diversos trabalhos na produção historiográfica brasileira se dedicam a observar as relações entre imprensa, censura e Estado nos anos da ditadura civil-militar. Dentre eles podemos destacar os já citados: “Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e resistência: O Estado de São Paulo e Movimento” de Maria Aparecida Aquino; “O bravo matutino. Imprensa e Ideologia no Jornal O Estado de São Paulo.”, de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado e Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa de, Bernardo Kucinski.

Em nome da ordem pública e do combate à subversão, o regime ditatorial brasileiro proibia a livre circulação de jornais, panfletos, folhetos e revistas. Tudo, em tese, deveria ser submetido à censura. Não se tinha espaço, e devemos compreender isso e ter essa questão em mente, para críticas ou análises mais aprofundadas dos fatos.

Os governos militares tinham na verdade, uma vontade incomensurável de controlar e esconder informações e a censura à imprensa era um dos seus aparatos mais eficazes nesse sentido. Como indica Aquino: “O controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passe, inclusive pela negação de visibilidade, ao leitor se duas próprias condições de vida” (AQUINO, 1999, p.15).

A vigilância, logo após 1968, foi cerrada. Antes, mesmo que com cautela e parcimônia, alguns jornais e jornalistas podiam informar com certa “liberdade” e na íntegra o que se passava no país. Obviamente que o clima pesado instaurado com a ditadura já dava mostras de tempos nebulosos. Mas, como dito, “apenas em 13 de dezembro de 1968, quando foi decretado o AI-5, jornalistas e donos de jornais começaram a sentir o impacto e a violência da censura” (MORAES, 2014. P.4).

Havia ainda um uso da imprensa pelos militares no sentido de plantar informações falsas sobre os presos políticos ou sobre os grupos de esquerda para gerar medo e aversão na população em relação a esses grupos e pessoas. Como a imprensa era controlada diversas informações tidas como “oficiais” muitas vezes não condiziam com a realidade.

A partir da queda da censura prévia aos jornais em 1978, certa liberdade na hora de escrever voltou a alguns jornais, isso não quer dizer, no entanto, que os órgãos de vigilância do governo não estivessem mais ativos em relação a imprensa, mas é a partir daí que a questão da Anistia pôde ser tratada com mais desenvoltura do que antes.

Incluiremos junto ao Diário de Pernambuco alguns pequenos flashes do “Diário Oficial de Pernambuco”. Traremos este espaço de oficialização de informações institucionais referentes ao próprio governo no intuito de extrair deles certos discursos deixados como rastros que certamente não foram proferidos com “tamanho intencionalidade”. Nesse caso os discursos são bens mais pontuais e esparsos, mas ao mesmo tempo nos permitem ter uma ideia de como a sociedade política discutia no seio de sua oficialidade as articulações da sociedade civil sobre a Anistia.

O Diário Oficial da União é publicado em inúmeros cadernos e traz em suas páginas nomeações oficiais, atas de reuniões de assembleias legislativas, decretos e notícias de caráter

oficial, mas que podem nos ajudar a compreender como a Anistia era pensada dentro da perspectiva da oficialidade tanto da união como do estado de Pernambuco.

Os discursos e pronunciamentos que encontraremos nesses dois jornais revelam posicionamentos e mais que isso, se traduzem eles mesmo nas palavras de Jacques Le Goff, de documento a monumento. Afinal:

“Ao tomarmos um discurso ou um pronunciamento como fonte para o nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas, sociais” (ALBURQUERQUE JUNIOR, 2013. P.234).

4.2 DISCUSSÕES POLÍTICO-PARLAMENTARES E A VOTAÇÃO DO PROJETO.

Já em 1978, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, diversos discursos eram proferidos e registrados em ata no Diário Oficial da assembleia, tendo como temática citações frontais ou completas acerca da questão da Anistia e, principalmente, da movimentação de presos políticos que organizavam greves de fome em Itamaracá como forma de chamar atenção para a causa.

Antônio Correia da Costa em discurso proferido na assembleia em maio de 78 classifica os grevistas como terroristas, ressaltando inclusive a banalidade de seus crimes.¹⁰² Por outro lado, em reunião ordinária do dia 26 de abril do mesmo ano, o deputado Marcus Cunha:

faz a leitura de um manifesto que lhe fora enviado pela Dra. Terezinha Zerbine, presidente nacional do Movimento Feminino pela Anistia, denunciando a Nação arbitrariedades que sofrera em Belo Horizonte, quando se encontravam reunidas para comemorar o dia da Anistia.¹⁰³

Os discursos eram divergentes, mas isso refletia a polaridade partidária a que o Brasil estava submetido. Quase que de imediato os parlamentares do MDB se identificaram com a causa da Anistia que vinha atrelada à ideia da formação de uma assembleia nacional constituinte e particularmente ao retorno político dos cassados pela ditadura. No entanto as opiniões divergiam bastante em torno do tema da Anistia e a partir de 1978, principalmente quando surgem as primeiras indicações para a sucessão presidencial do general Ernesto Geisel.

¹⁰²Discurso pronunciado pelo deputado Antônio Corrêa de Oliveira na reunião do plenário do dia 12/05/1978. Diário do Poder Legislativo. Recife, Sexta-Feira, 19 de Maio de 1978.

¹⁰³Ata da trigésima reunião ordinária da quarta seção legislativa da oitava legislatura realizada em 26 de abril de 1978. Diário do Poder Legislativo. Recife, Quinta-feira, 27 de abril de 1978.Suplemento. 2º Seção

O nome do general João Batista Figueiredo como “candidato” à presidência trouxe consigo uma série de questionamentos, dúvidas e pronunciamentos acerca da questão da continuidade da política de abertura iniciada pelo general Geisel. Entre as diversas discussões que se faziam naquele momento a ideia de uma Anistia decretada pelo governo aparecia como parte de uma série de reformas que, levadas a cabo, extinguiria entre outros instrumentos o AI-5 e o modelo bipartidário.¹⁰⁴

Os políticos em Pernambuco também comentavam e discutiam essa nomeação e essa intenção atribuída ao general Figueiredo. O deputado Fernando Coelho do MDB ao lamentar o processo de escolha do nome do novo presidente salientou que, apesar do modelo de abertura da oposição ser outro isso não interferia no eventual apoio a “iniciativas como a Anistia e a revogação das leis de exceção”¹⁰⁵. O presidente em vigência na ALEPE por sua vez, afirmou ser “contra a Anistia, por ser uma medida injusta que atingiria indiscriminadamente a gregos e troianos” e defendeu “uma revisão que estudasse cada caso em particular”¹⁰⁶

Ressaltando o compromisso do MDB com a questão da Anistia o deputado Roberto Freire observou que a partir daquele momento a luta pela Anistia “que até bem pouco tempo atrás era exclusiva dos setores oposicionistas” estava conseguindo “galvanizar a grande maioria da opinião pública nacional, incluindo-se nela alguns elementos do próprio sistema”.¹⁰⁷ E de fato, nesse momento de especulações sobre a candidatura de Figueiredo e as medidas a serem tomadas pelo seu governo, vozes da Arena e do governo, por exemplo, também se pronunciavam sobre a Anistia.

O deputado federal Carlos Wilson “defendeu a concessão de Anistia ampla aos punidos pela revolução de 1964”¹⁰⁸ Já Alcides Franciscato, da Arena paulista, escreveu inclusive “um artigo defendendo Anistia a todos os punidos por crimes ideológicos” excetuando apenas os crimes por corrupção¹⁰⁹. O governador de Pernambuco na época Moura Cavalcanti, afirmou em viagem ao Ceará que o debate em torno da questão da Anistia não

¹⁰⁴**Começa a ser analisado o pensamento do candidato.** Diário de Pernambuco. 5 de janeiro de 1978 - Quinta-Ano 153 - Nº 4

¹⁰⁵**Emedebista lamenta processo de escolha.** Diário de Pernambuco. 7 de janeiro de 1978 - Sábado -Ano 153 - Nº 6

¹⁰⁶**Anistia para gregos e troianos é injustiça.** Diário de Pernambuco. 15 de janeiro de 1978 - Domingo - Ano 153 - Nº 14 – Local

¹⁰⁷**MDB faz campanha para que anistia não seja protelada.** Diário de Pernambuco. 01 de fevereiro de 1978, quarta, ano 153, n 31

¹⁰⁸**Carlos Wilson não sabe a quem apoiar.** Diário de Pernambuco. 18 de fevereiro de 1978, Sábado, ano 153, n 46.

¹⁰⁹**Diário Político.** Diário de Pernambuco. 21 de fevereiro de 1978, terça, ano 153, n 49.

prejudicava o entendimento que vinha sendo feito até então no sentido de uma abertura política: “O diálogo pressupõe toda gama de interesses de várias partes, pressupõe ouvir e ser ouvido”. Discordando do então governador, o ex-governador Cid Sampaio afirmou que “uma Anistia plena, ampla, prejudicaria o processo de abertura”¹¹⁰

Para Fernando Lira, deputado federal pelo MDB, a Anistia mesmo que parcial e a revogação da Lei Falcão alteraria o quadro político do momento “em face da volta de muitos punidos a vida partidária”¹¹¹, mas o governo por sua vez através do assessor de imprensa da presidência ressaltou que não havia até então “nenhum estudo sobre Anistia a presos políticos” por parte do governo.¹¹² Não obstante, as discussões seguiam.

Ainda em março de 1978 um requerimento assinado pelo deputado Marcus Cunha e encaminhado à Assembleia Legislativa pedia que fosse feito um convite a Therezinha Zerbini para que a presidente do MFPA fosse até o plenário da assembleia proferir uma conferência em favor da Anistia. De acordo com o Diário de Pernambuco, as discussões foram acaloradas:

“O deputado Wandenkolk Wanderley iniciou a discussão afirmando que Anistia ampla e irrestrita não deve ser realizada, e que a questão das punições feitas pelo governo através do AI-5 é uma questão a ser decidida pelo governo [...] e disse que a Anistia ampla viria a beneficiar comunistas. Pelo MDB o deputado Marcus Cunha lembrou que em várias ocasiões da história política brasileira a Anistia foi concedida como uma forma de pacificação da vida política nacional”

Os debates acerca da Anistia de fato haviam tomado de assalto as declarações políticas. As opiniões passavam sempre pelo apoio aos movimentos organizados na luta pela Anistia, mas também se defendia uma limitação dessa ideia. Falava-se em revisão, em Anistia parcial, ou em nenhuma Anistia. Opiniões também eram levantadas em nível municipal.

Na Câmara de Vereadores do Recife a discussão era sobre a questão de quem deveria ser Anistiado. Na opinião de Rivaldo Allain, líder da Arena na câmara municipal “a ideia de uma Anistia ampla não deveria abranger no seu bojo indulto para os agentes de terror que devem ser julgados como criminosos comuns.” O líder do MDB na casa também concordou afirmando que “a campanha em favor da Anistia ampla no Brasil [...] não escuda qualquer contemporização com atos de terror”.¹¹³

¹¹⁰**Cid Sampaio defende a participação do trabalhador e mudança econômica.** Diário de Pernambuco. 5 de março de 1978, ano 153, Domingo, n 61

¹¹¹**Fernando Lira acredita em mudanças que poderão alterar quadro político.** Diário de Pernambuco. 22 de fevereiro de 1978, quarta, ano 153, n 50

¹¹²**Toledo Camargo diz que não há estudo de anistia.** Diário de Pernambuco. 22 de fevereiro de 1978, quarta, ano 153, n 50

¹¹³**Recife repudia terror.** Diário de Pernambuco. 12 de maio de 1978, sexta, ano 153, n.126

Os debates também chegaram ao interior do estado. Em Nazaré da Mata um debate em torno da questão da Anistia fez levantar vozes divergentes na Câmara Municipal que discutiam sobre a recente Anistia concedida pelo governo chileno de Pinochet em abril daquele ano e se o governo brasileiro deveria seguir o exemplo.¹¹⁴

Conforme avançava o ano de 1978, as opiniões iam divergindo ou convergindo. Falava-se de Anistia no sentido amplo, falava-se de Anistia atrelada a uma constituinte e a volta dos políticos cassados, mas também se apresentavam opiniões que defendiam uma Anistia restrita, ou parcial, que acompanhasse e fizesse a revisão de cada caso.

No âmbito das ações organizadas a discussão também avançava com a ocorrência do primeiro congresso pela Anistia no fim de 78 e das diversas cartas e notas de apoio divulgadas tanto pelo MFPA quanto pelo CBA às diversas lutas que estavam sendo encapadas por setores da sociedade naquele momento.

O ano de 1979 já inicia com um arenista pernambucano defendendo a concessão da Anistia: Antônio Correia “confessou-se [...] totalmente favorável a Anistia para presos políticos”.¹¹⁵ Já o deputado Geraldo Guedes disse que Anistia era um problema muito delicado e propôs a concessão de uma Anistia gradual que pudesse inclusive distinguir “seu alcance dentro da área dos crimes políticos”¹¹⁶ Ainda nessa linha o deputado Wandenkolk Wanderley “admitiu [...] a possibilidade de uma Anistia de caráter parcial e restritivo”¹¹⁷.

Precisamos também observar as ordens dos discursos que estavam em disputa em relação à Anistia. Os parlamentares que discursavam em favor de uma Anistia parcial ou de nenhuma Anistia eram quase sempre arenistas e alguns tinham ligações estritas com o regime Wandenkolk Wanderley, por exemplo, era conhecido por suas posições anti-comunistas e seus apelos à linha-dura do regime. Durante toda a ditadura ele perseguiu pessoas comprometidas com a democracia, fez intensa campanha contra D. Helder Câmara e saudava os atos do regime. Discursos como o de Wanderley vinham de um lugar que visava manter o regime e a situação política da época e não raro compactuavam com as ações dos militares e as saudavam e encorajam fazendo parte da mesma ordem de discursos que saudaram e apoiaram o golpe de 1964, em certa medida era a extensão parlamentar deles.

¹¹⁴**Anistia foi tema de debates na Câmara de Nazaré.** Diário de Pernambuco. 28 de abril de 1978, sexta, ano 153, n 113.

¹¹⁵**Arenista defende anistia.** Diário de Pernambuco. 3 de janeiro de 1979, quarta, ano 154, n 2.

¹¹⁶**Arenista propõe concessão de anistia gradual.** Diário de Pernambuco. 4 de janeiro de 1979, quinta, ano 154, n 3.

¹¹⁷**Wandenkolk admite anistiar punidos.** Diário de Pernambuco. 4 de janeiro de 1979, quinta, ano 154, n 3.

Foi no fim do ano de 78 e início do ano de 1979 que o Brasil assistiu a queda do ato institucional de número 5, como parte do pacote de reformas propostas pelo general Geisel, mas apesar disso, suas salvaguardas ficariam e o país ainda enfrentaria um governo militar por mais alguns anos. A eleição e posse do general João Baptista Figueiredo se aproximava.

Falava-se de uma Anistia gradualmente, nos moldes da abertura, primeiro em uma fase política, depois outra etapa abrangendo os militares e, por fim, os praticantes dos chamados “crimes de terrorismo”.¹¹⁸ Ao lado dessas discussões o pessoal do MDB fechava em torno de uma Anistia no sentido do decreto ser a porta de entrada para outras liberdades democráticas como uma nova constituição. Essas discussões giravam nesse momento em torno da extinção do bipartidarismo no país. O deputado estadual Ferreira Lima Filho declarou na ocasião que “sem Anistia, sem eleições diretas e todos os itens envolvidos no programa do MDB, a criação de novos partidos irá dividir a frente oposicionista e conseqüentemente enfraquecê-la”¹¹⁹ Na ARENA as opiniões favoráveis à Anistia seguiam com o deputado Carlos Wilson, que afirmou em fevereiro de 79, ao defender uma Anistia ampla, geral e irrestrita que “um torturador” era tão “criminoso quanto um assaltante de banco”.¹²⁰

Os parlamentares do MDB pernambucano também se constituíam como personagens diretos na luta pela Anistia, além de se posicionarem na assembleia a cerca do tema e de terem cedido a sede do partido para as reuniões semanais do CBA. Os parlamentares mais engajados participavam de reuniões e debates sobre a Anistia e inclusive de manifestações.¹²¹

Em 15 de março o general Figueiredo assume definitivamente a presidência do país, mas o debate em torno da Anistia ainda estava longe de ganhar contornos mais claros por parte do governo, pois se de um lado acreditava-se que a Anistia seria o êxito da política de abertura iniciada por Geisel, de outro discutia-se a forma na qual viria essa Anistia e se o governo estava mesmo disposto a concedê-la.

Para o deputado arenista Inocêncio Oliveira a Anistia não deveria “ter qualificativos”, pois para ele “a terminologia da palavra” era explícita e “mesmo os crimes que se pretende enquadrar como comuns tiveram conotações políticas, devendo ser, mesmo por isso, enquadrados como de natureza política”¹²². Nessa mesma linha Fernando Coelho em

¹¹⁸**Três Etapas.** *Diário de Pernambuco*. 2 de fevereiro de 1979, sexta, ano 154, n 32. *Diário Político*.

¹¹⁹**Deputados querem diálogo para criar novos partidos.** *Diário de Pernambuco*. 6 de fevereiro de 1979, terça, ano 154, n 36. *Política*.

¹²⁰**Carlos Wilson acha torturador igual assaltante de banco.** *Diário de Pernambuco*. 9 de fevereiro de 1979, sexta, ano 154, n 39. A-3.

¹²¹**Debate sobre anistia.** *Diário de Pernambuco*. 15 de fevereiro de 1979, quinta, ano 154, 45.

¹²²**País começa a despertar.** *Diário de Pernambuco*. 18 de março de 1979, domingo, ano 154, n 74.

entrevista ao diário lembrou que “a Anistia não é reivindicação exclusiva de quem quer que seja [...] diz respeito não ao interesse individual de alguns, mas ao próprio bem comum”¹²³.

Mas no seio do governo o clima parecia ser ainda de muita especulação em alguns casos e de silêncio em outros. O ministro da Justiça, no momento Petrônio Portela, até então “recusava-se a dar declarações públicas” sobre a questão tanto da Anistia quanto da reformulação dos partidos políticos no país. Segundo o Diário de Pernambuco o ministro afirmava que não podia adiantar nada sobre o assunto uma vez que não devia “se antecipar ao chefe do governo.”¹²⁴. As especulações eram muitas, pois vinham sempre de fontes “não oficiais” ou de fontes governamentais indefinidas e isso pode ser até visto como uma estratégia para turvar o debate e confundir opiniões e expectativas.

Como a Anistia era, de acordo com a legislação vigente no país atribuição do então presidente da República, o MDB também lutava para que essa prerrogativa passasse às mãos do Congresso. Em março de 79 o presidente do Partido Ulysses Guimarães, em reunião com Paulo Brossard e Freitas Nobre, líderes do MDB no Senado e na Câmara decidiram apresentar uma ementa à constituição que permitisse a concessão da Anistia pelo Congresso. Guimarães comentou: “É hora de acabar com adiamentos em relação a redemocratização do país, pois de adiamentos em adiamentos já se passaram 15 anos”. Já Freitas nobre “criticou o constante adiamento do cumprimento de promessas do governo em relação à Anistia e a redemocratização do país”.¹²⁵

O governo por sua vez se manifestou contra essa ideia em uma nota divulgada pelo palácio do Planalto através do seu ministro de Comunicação Social. Nela o governo se colocava contrário “à iniciativa do MDB” em conceder Anistia “ampla, geral e irrestrita”, uma vez que isso representaria “uma mudança das regras do jogo”. Segundo o Diário de Pernambuco a nota refletia também o pensamento da ARENA na figura do seu presidente Jose Sarney, que assim como o governo considerava a concessão de Anistia “resultado da conjunção de duas vontades: a do legislativo e a do executivo”.¹²⁶

É no momento dessas discussões em torno de quem deveria conceder a Anistia que estoura uma greve geral dos metalúrgicos na região do ABC em São Paulo. Essa greve que se iniciou com assembleia nos dias 9 e 10 de março teve base sindical e durou o mês de março

¹²³ **Anistia é lembrada por todo o mundo diz Fernando Coelho.** Diário de Pernambuco. 19 de março de 1979, segunda, ano 154, n 75

¹²⁴ **Anistia só sai no segundo semestre.** Diário de Pernambuco. 20 de março de 1979, terça, ano 154, n 76

¹²⁵ **Emenda permite ao congresso anistiar.** Diário de Pernambuco. 21 de março de 1979, quarta, ano 154, n 77

¹²⁶ **Governo é contra ideia do congresso conceder anistia.** Diário de Pernambuco. 23 de março de 1979, sexta, ano 154, n 79

inteiro¹²⁷ e foi crescendo gradativamente em assembleias e sindicatos da região que chegaram inclusive a sofrer intervenções do ministério do trabalho.

Os movimentos pela Anistia se manifestaram nesse momento a favor da greve, afinal a pauta era pela Anistia, mas a luta era muito mais profunda, envolvia a volta das liberdades individuais e coletivas, o fim do Estado de exceção, que ainda sancionava apesar do desmonte legal do AI-5, e também apoio à movimentos grevistas, sindicais e de direitos humanos no país.

O CBA de Pernambuco inclusive considerou em nota que “a luta pela Anistia está intimamente ligada aos problemas e dificuldades que afligem os vários setores da população brasileira, que são cerceados em seus direitos de manifestação e organização pelos seus legítimos anseios”¹²⁸. E o MDB no estado acompanhou o comitê no apoio aos grevistas paulistas.

Uma reunião pública aconteceu no diretório regional do partido em apoio aos grevistas e lá ficou decidida a realização de um ato público no dia 28 de março. A reunião congregada pelo MDB contou com a participação de diversos órgãos e entidades estaduais como “a Associação dos Sociólogos de Pernambuco, o Diretório Acadêmico do Instituto de Teologia, o Comitê Brasileiro pela Anistia, seção Pernambuco, e os diretórios da Universidade Federal Rural, Católica e UFPE”.¹²⁹

Observamos realmente uma articulação entre os deputados do MDB e as diversas instituições de sociedade civil que se organizavam nas mais diversas formas de pressão na sociedade nesse momento. Apesar das discussões parlamentares giraram muito em torno da necessidade de uma assembleia constituinte e da reformulação partidária, o MDB agia de fato como um agente dessa sociedade civil no sentido de pressionar pela Anistia e outras pautas do seu interesse.

O momento exigia pressão, afinal o governo protelava divulgando notas, sinalizando através de ministros que a Anistia por eles pensada estava perto¹³⁰, o MDB nas tribunas rebatia afirmando que “nunca no passado” a Anistia “demorou tanto para ser decretada”¹³¹. Para o deputado Eduardo Pandolfi ao falar em seção na ALEPE, o importante era ressaltar

¹²⁷ A greve foi suspensa ao fim de março, mas as negociações, assembleias e passeatas duraram até meados de maio.

¹²⁸ **Comitê de anistia apoia grevistas.** Diário de Pernambuco. 27 de março de 1979, terça, ano 154, n 83

¹²⁹ **No Recife um ato público de apoio.** Diário de Pernambuco. 27 de março de 1979, terça, ano 154, n 83

¹³⁰ **Portela afirma que anistia está à caminho.** Diário de Pernambuco. 4 de abril de 1979, quarta, ano 154, n 91

¹³¹ **Quem diz o que.** Diário de Pernambuco. 7 de abril de 1974, sábado, ano 154, n 94. Coluna Paulo Fernando Craveiro

que o congresso já tinha naquele momento competência para legislar sobre a questão da Anistia.¹³²

Já a ARENA se colocava obviamente no lugar de espera e deferência da decisão do governo sobre a Anistia. Não havia dúvidas de que isso era atribuição do governo do general Figueiredo. Mas, como vimos acima existiam vozes no partido que falavam de Anistia ampla, mas o assunto não era tão unânime quanto parecia ser para o MDB, mesmo assim o vice-líder do partido na Câmara, o pernambucano Ricardo Fúiza afirmou “acreditar numa Anistia: a mais ampla possível, abrangendo certamente todos os crimes políticos. Mas segundo ele, a Anistia viria por intermédio do governo e não do Congresso e muito menos do MDB, que tentava” mistificar e encobrir a realidade “¹³³

Em outras esferas além dessa articulação entre MDB e entidades, parecia ser o pensamento da ARENA em relação a concessão de uma Anistia parcial e/ou restrita que predominava. Em abril de 79 uma pesquisa encomendada pelo instituto Gallup em 282 cidades do país sobre a questão dava conta de que “65 por cento dos entrevistados” davam “importância ao problema, enquanto que 35 por cento sequer tomava conhecimento dele.” Esse dado é importante no sentido de observamos que uma parcela da população ainda não estava inteirada sobre a ideia e o problema da Anistia. Como vimos anteriormente uma das linhas de ação do CBA era justamente a de divulgação da luta. Outros dados importantes trazidos por essa pesquisa foi o de que os entrevistados que defendiam a Anistia em sua maioria defendiam uma Anistia restrita, “apenas 18 por cento” eram “favoráveis a Anistia irrestrita”.¹³⁴

O que pretendo destacar, lembrando que esses dados foram retirados da leitura do Diário de Pernambuco sobre essa pesquisa, é também a questão da penetração das discussões parlamentares na sociedade, uma vez que, de acordo com o jornal, Pernambuco apesar do trabalho feito pela oposição era um dos estados onde a Anistia ampla, geral e irrestrita encontrou “menor penetração: 15 por cento”. Já a Bahia, apesar de seu “eleitorado tradicionalmente arenista”,¹³⁵ era o estado com maior penetração dessa ideia.¹³⁶

¹³²**Pandolfi destaca problema da anistia e dos direitos humanos.** Diário de Pernambuco. 7 de abril de 1974, sábado, ano 154, n 94

¹³³**Ricardo Fúiza apoia a igreja.** Diário de Pernambuco. 13 de abril de 1979, sexta, ano 154, n 100. Política

¹³⁴**Pesquisa indica que povo quer anistia, mas restrita.** Diário de Pernambuco. 16 de abril de 1979, segunda, ano 154, n 102

¹³⁵**IDEM**

¹³⁶ Trataremos dessa questão mais a frente ainda nesse capítulo quando observaremos algumas cartas à redação do jornal explicitando opiniões totalmente contrárias à anistia.

A pesquisa gerou discussões na assembleia legislativa onde a mesma foi usada como argumento arenista para discutir a questão do apoio irrestrito do MDB à causa. Na ocasião o deputado Mavíael Cavalcanti, em seção dedicada a comentar um manifesto lançado por intelectuais e políticos,¹³⁷ ressaltou os resultados da pesquisa dizendo: “o pensamento dos intelectuais brasileiros não coincide com o do povo”.¹³⁸

As opiniões eram muito diversas aqui em Pernambuco entre os políticos. O vice-governador à época, Roberto Magalhães, manifestava-se a favor de uma Anistia restrita¹³⁹, ao mesmo tempo parlamentares emedebistas se envolviam bastante com as campanhas promovidas em favor da Anistia ampla, geral e irrestrita. As discussões entre os parlamentares encontravam ponto de divisão nevrálgica nessa questão. Para a ARENA a Anistia não era para os que se envolveram em luta armada, já para o MDB ela deveria para todos.¹⁴⁰

Em maio de 79 a expectativa era a de que o governo enviasse ou divulgasse ao menos o tão comentado projeto de Anistia parcial que ele propunha e os parlamentares mais chegados ao governo evitavam declarações, enquanto o ministro da Justiça Petrônio Portela ensaiava a apresentação do projeto ao general Figueiredo. O caso da Anistia nos gabinetes próximos à presidência passaria por um estudo detalhado, no entanto mais a frente declarações por parte de membros do governo preferiram não fixar datas em relação à isso.¹⁴¹

Perguntado em entrevista sobre a situação do envio da proposta de Anistia para o Congresso o general Figueiredo afirmou: “vou enviar o projeto de Anistia ao congresso. E pode ser até amanhã”.¹⁴² Mas a verdade é a de que o governo apresentava falsas esperanças sobre a questão da Anistia enquanto que nas tribunas parlamentares e no seio da sociedade civil as movimentações e discussões continuavam.

Muitas versões circulavam sobre o projeto, principalmente depois que o presidente deu ordem ao ministro da Justiça para que o texto fosse redigido. A classe política em Pernambuco discutia quem seriam os beneficiados por uma possível Anistia. Os nomes de

¹³⁷ O Manifesto à Nação Ameaçada foi um documento lançado em 79 por intelectuais como Ariano Suassuna e Fernando Henrique Cardoso, ex-deputados, o ex general Euler Bentes e outros políticos que pediam a recuperação política do destino do país e da identidade nacional.

¹³⁸ **Arenistas fazem restrições.** Diário de Pernambuco. 19 de abril de 1979, quinta, ano 154, n 105.

¹³⁹ **Vice-Governador só quer anistia restrita.** Diário de Pernambuco. 17 de abril de 1979, terça, ano 154, n 103. Coluna Paulo Fernando Craveiro

¹⁴⁰ **Anistia ampla geral e irrestrita: Arena recua, MDB avança.** Diário de Pernambuco. 21 e 22 de abril de 1979, sábado e domingo, ano 154, n 107.

¹⁴¹ **Projeto de anistia sem prazo certo.** Diário de Pernambuco. 22 de maio de 1979, terça, ano 154, n 136

¹⁴² **Figueiredo: Anistia pode ser amanhã.** Diário de Pernambuco. 25 de maio de 1979, sexta, ano 154, n 139

Miguel Arraes, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Maurilio Ferreira Lima e Wilson Campos eram citados como possíveis beneficiados por uma eventual Anistia¹⁴³.

No caso desse último, cassado pelo AI-5 acusado de corrupção, instalou-se uma controvérsia: além dos punidos pela ditadura em relação à cassações políticas, a Anistia também deveria beneficiar os acusados de corrupção? ¹⁴⁴ Respondendo à questão o ministro da Justiça afirmou que, apesar de Anistiados, os acusados de corrupção não seriam reintegrados no serviço público, civil e militar. A consideração era a de que esses crimes não foram cometidos por motivação política.

Parlamentares do MDB se mostravam céticos em relação a essas declarações do governo sobre o projeto em curso, para Jarbas Vasconcelos tudo indicava “uma Anistia restrita e nominativa, não correspondendo aos mais legítimos anseios da sociedade brasileira”¹⁴⁵.

Em junho surgiram as primeiras palavras do projeto que amplamente restrito, com o perdão do trocadilho, excluía da Anistia todos os punidos pela Lei de Segurança Nacional. Segundo o Diário essa era a versão que “circulava entre as fontes do governo”, o jornal ainda ressalta que se essa Anistia fosse levada adiante estariam excluídos dela “alguns dos mais destacados políticos atingidos pelas medidas de exceção”.¹⁴⁶ Era esse o caso de Miguel Arraes, que já havia manifestado desejo de retornar ao país mediante Anistia, e Leonel Brizola, que ainda estavam sendo processados com base na Lei de Segurança Nacional. O MDB em nota se manifestou contra.¹⁴⁷

No meio do mês de junho o anteprojeto de lei de Petrônio Portela foi encaminhado à presidência que o submeteu ao crivo do Conselho Nacional de Segurança¹⁴⁸, nesse meio tempo o MDB se preparava para o debate no Congresso e para apresentar ementas ao projeto a fim de ampliá-lo. A Arena também pensava nisso, mas excetuando sempre os chamados pelos deputados do partido de “terroristas”. Nas palavras do projeto esse grupo aparecia como praticantes de “crimes de sangue”.

O projeto, apesar da divulgação feita pelo governo, não era um texto que abrangia de fato a necessidade de uma Anistia ampla, geral e irrestrita. Baseado principalmente na ideia

¹⁴³**Pernambucanos na lista da anistia.** Diário de Pernambuco. 30 de maio de 1979, quarta, ano 154, n 144.

¹⁴⁴**Coluna.** Diário de Pernambuco. 30 de maio de 1979, quarta, ano 154, n 144.

¹⁴⁵**Anistia.** Diário de Pernambuco. 3 de junho de 1979, domingo ano 154, n 148 1

¹⁴⁶**Anistia tem restrições.** Diário de Pernambuco. 4 de junho de 1979, segunda ano 154, n 149. Diário político.

¹⁴⁷**Anistia é ato de grandeza.** Diário de Pernambuco. 9 de junho de 1979, sábado, ano 154, n 154

¹⁴⁸**Conselho formado pelos ministros do Estado, pelos chefes das três forças armadas e o vice-presidente.** Diário de Pernambuco. 16 de junho de 1979, sábado, ano 154, n 161

de uma conciliação nacional trazia vários problemas em seu texto. A noção de crimes conexos apresentada no primeiro artigo gera controvérsias até hoje¹⁴⁹

O projeto elaborado pelo ministro Portela foi fortemente emendado e corrigido pelo chefe do gabinete civil Golbery do Couto e Silva, conhecido personagem da ditadura militar. De acordo com o site “arquivos da ditadura” o projeto:

“foi discutido em nove reuniões no palácio do Planalto. Numa, em 4 de abril de 1979, o chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, levou “ideias gerais apresentadas por Petrônio [Portella]”. Noutras, em maio e junho, o presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985) e o chefe do Gabinete Militar, general Danilo Venturini, trataram do que chamavam de “projeto de Anistia”. É provável que entre uma reunião e outra tenham sido produzidos os dois rascunhos conhecidos do projeto. O primeiro está fortemente emendado por Golbery.”¹⁵⁰

Ainda de acordo com o site:

Toda a questão girava em torno do artigo 1º, que definia a essência e o alcance da iniciativa. O texto original dizia: “É concedida Anistia a todos quantos praticaram crimes políticos (...)” Golbery emendou: “É concedida Anistia a todos quantos praticaram crimes políticos por motivação política ou ideológica no quadro da segurança nacional (...)”¹⁵¹

Mas é na versão final do projeto que seria enviado ao Congresso no fim de junho de 1979 que aparece a noção de crimes conexos. O governo divulgou na imprensa que o projeto foi enviado ao congresso em sua forma original, no entanto como comentamos acima o mesmo já havia passado pelo crivo de agentes do Estado repressivo da ditadura, sendo inclusive editado por eles.

No dia 27 de junho o presidente Figueiredo assinou o projeto no palácio do Planalto na presença de diversas autoridades do governo e de emissoras de televisão e rádio¹⁵². A solenidade durou 45 minutos, no discurso de 10 minutos, Figueiredo e evocou a ideia de uma conciliação nacional através do governo. De acordo com o Diário o presidente afirmou ter “mão sempre estendida em conciliação” e que ela “nunca esteve vazia”.¹⁵³ Ficaram icônicas na história da ditadura militar brasileira as lágrimas de Figueiredo durante o discurso em frente as câmeras.¹⁵⁴

¹⁴⁹ Trataremos mais detalhadamente dessa questão do texto da lei de anistia e da sua interpretação controversa ao fim do trabalho.

¹⁵⁰ Arquivos da Ditadura. Disponível em: <http://arquivosdeditadura.com.br/documento/galeria/um-projeto-anistia>. Acesso em: 30/05/2017.

¹⁵¹ IDEM

¹⁵² **Figueiredo assina hoje a anistia.** Diário de Pernambuco. 27 de junho de 1979, quarta, ano 154, n 171 Capa

¹⁵³ Diário de Pernambuco. 28 de junho de 1979, quinta, ano 154, n 172

¹⁵⁴ O discurso pode ser acessado pelo youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PGiqFqU-YEI>. Acesso em: 30/05/2017

A partir desse momento era atribuição do Congresso emendar, debater e votar esse projeto de Anistia, que certamente ía na contramão do que esperavam os movimentos pela Anistia e setores do MDB. As discussões parlamentares vão levar à votação do projeto de lei em agosto.

Até meados de agosto cerca de 300 emendas foram apresentadas no Congresso Nacional por parlamentares da ARENA e do MDB. Algumas das emendas que iriam entrar em discussão visavam ampliar o caráter restrito da lei, outras tentavam excluir a noção de crimes de sangue, outras ainda mantinham essa definição de crimes de sangue e conexos, mas procuravam deixar mais clara a questão da reintegração dos Anistiados às suas antigas funções e empregos.¹⁵⁵

Nos demais debates e na posição de apoiador dos movimentos em prol da Anistia parlamentares do MDB continuavam a se posicionar contra o projeto. A Conferencia Internacional pela Anistia no Brasil realizada em Roma no fim de junho contou com a participação de 15 parlamentares que manifestaram rejeição ao projeto e, juntamente com “intelectuais, líderes sindicais e dirigentes políticos” no exílio se comprometeram “a lutar até o fim por uma Anistia, ampla, geral e sem restrições.”¹⁵⁶

O debate seguiu também em torno de quem seria Anistiado, pois para o governo cerca de 300 punidos estariam excluídos da Anistia. Para Roberto Ribeiro Martins no seu já citado livro “Liberdade para os brasileiros”, o número de beneficiários da Anistia seria bem maior do que aquele que o projeto atingia. Como o livro foi produzido e lançado em 78, antes da elaboração e envio do projeto, convém observarmos que o contexto das campanhas pela Anistia ampla, geral e irrestrita fazia jus ao slogan. Pelo quadro abaixo fica fácil deduzir o porquê da rejeição de muitos parlamentares e movimentos pela Anistia ao projeto que estava sendo discutido.

De acordo com Roberto, das categorias beneficiadas com a ideia de Anistia ampla nenhuma deveria ser excluída. São essas as categorias a serem Anistiadas de acordo com o levantamento do autor em 1978:

Quadro 1 : Categorias que seriam beneficiadas com a Anistia ampla, geral e irrestrita no ano 1978.

Presos Políticos	Cerca de 200 condenados pela Lei de Segurança Nacional (5 condenados à
------------------	--

¹⁵⁵ **Diário do congresso Nacional.** Suplemento ao Nº86. 11 de agosto de 1979. Acervo do memorial da anistia. Pasta: CBA

¹⁵⁶ **Anistia ampla e irrestrita.** Diário de Pernambuco. 1 de julho de 1979. Domingo, ano 154, n 175.

	prisão perpetua)
Ex-presos e perseguidos políticos	Impossível precisar com exatidão o número de envolvidos com inquéritos e processos de 1964 à 1978 e que estiveram presos nesse período.
Desaparecidos	O autor não precisa a quantidade de desaparecidos, mas de acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade são 210 pessoas.
Banidos	Em 1978 eram 128 brasileiros.
Exilados	De acordo com a Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de São Paulo, citada pelo autor, eram 10 mil.
Os cassados e os demitidos	4.877 políticos cassados (vários também estavam exilados). Entre os demitidos se encontravam funcionários públicos militares e civis afastados do cargo em um número de 3.860 demissões.
Religiosos e estudantes expulsos	De acordo com o autor ao fim de 77 já eram 1.400 expulsos só na Universidade de Brasília
Fonte: MARTINS, Roberto Ribeiro. Liberdade para os brasileiros: Anistia ontem e hoje . Civilização Brasileira. 1978. P 142-153.	

Na maioria das vezes, o governo contestava os números levantados por entidades de direitos humanos que ao fim da década de 70 principalmente divulgavam essas listas. No caso da Anistia o governo divulgou logo após o projeto ser enviado ao congresso que 195 pessoas estariam condenadas definitivamente e não seriam Anistiadas. A lista, no entanto não foi divulgada segundo nota do governo “para evitar constrangimentos às famílias dos punidos e não ficar revolvendo fatos do passado”¹⁵⁷

Não obstante as coisas seguiam de forma que ainda havia certa esperança em pressionar pela Anistia ampla e irrestrita uma vez que enviado o projeto ao Congresso as

¹⁵⁷ **Rápidas**. Diário de Pernambuco. 3 de julho de 1979, terça, ano 154, n 177. Diário político.

emendas poderiam ampliar a Anistia proposta pelo governo. Em Pernambuco os parlamentares do MDB continuaram apoiando as manifestações do CBA e posicionando-se criticamente acerca do projeto.

Para o Roberto Freire o projeto não seria suficiente “para conciliar a nação”. Este deputado que fez parte da comissão mista que apreciou o projeto no congresso, em entrevista ao Diário de Pernambuco afirmou que pretendia apresentar uma emenda ao projeto ampliando a ideia de Anistia no projeto uma vez que isso refletiria “a insatisfação quanto ao projeto pela discriminação e até mesmo incoerências nas restrições que a Anistia” trazia. A crítica do parlamentar se fazia também em relação à noção de crimes conexos e de sangue.¹⁵⁸

O mês de julho daquele ano foi marcado pelo recesso parlamentar, durante o mês a discussão continuava em torno dos próximos passos a serem tomados quando o projeto finalmente entrasse em votação no congresso no mês de agosto. A visita do presidente da comissão mista, o senador do MDB Teotônio Vilela¹⁵⁹ a Pernambuco marcou a questão da Anistia no mês de julho. O senador veio em uma viagem oficial para participar de debates junto aos diversos órgãos que se posicionavam pela Anistia e colher informações que pudessem acrescentar no parecer da comissão. As visitas que não ficaram restritas a Pernambuco, também passou por diversos presídios a fim de colher informações sobre a situação dos presos políticos no Brasil.

Após visitar fortaleza e participar de diversos atos pela Anistia¹⁶⁰, o senador chegou a Pernambuco numa quinta feira e empreendeu quase que imediatamente a visita aos presos políticos da ilha de Itamaracá. Segundo o Diário de Pernambuco:

“O presidente da comissão mista entrou na cela às 13:30 e saiu às 15:20, tempo em que os presos demonstraram estar com o moral elevado ao ponto de adornarem as paredes com inscrições em favor da Anistia ampla e total. Ofereceram cafezinhos

¹⁵⁸ **Parlamentar aponta falhas na anistia.** Diário de Pernambuco. . 3 de julho de 1979, terça, ano 154, n 177

¹⁵⁹ Político alagoano atuante desde a década de 1940 quando filiou-se a UDN. Participou da campanha “O petróleo é nosso” e na crise da legalidade defendeu a posse de Jango em 1960, no entanto, em 1964 apoiou o golpe militar. Com o bipartidarismo filiou-se a ARENA e foi eleito senador. Após a posse do general Geisel, começou lentamente a mudar de posições e a criticar diversos comportamentos arenistas. Eleito em 1974 novamente pela ARENA, Teotônio passou a partir daí a se identificar cada mais com posições emedebistas, criticou o pacote de abril em 1977 e a instauração dos senadores biônicos, e em meados de 1978 aderiu a Frente Nacional pela Redemocratização. Em abril de 1979 deixou definitivamente a ARENA e filiou-se ao MDB de onde assumiu a presidência da comissão mista que analisou o projeto de Anistia. Como presidente visitou os diversos presos políticos do país, falou e debateu com juristas e participou de diversos atos pela Anistia. Após 1979 e aprovação da lei, Teotônio ainda se envolveu como mediador em greves operárias no ABC paulista e já doente impulsionou também a campanha pelas Diretas Já onde recebeu a alcunha de “Menestrel das Alagoas.” Fonte: <http://www.bradoretumbante.org.br/personagens/teotonio-vilela>. Acesso em 26/08/2017.

¹⁶⁰ **Teotônio pretende ampliar alcance da anistia.** Diário de Pernambuco. 13 de julho de 1979, sexta, ano 154, n 187

em copos de plástico e ouviram o senador dizer que “ o que todos desejamos é procurar tirar a imagem distorcida que fizeram sobre vocês”¹⁶¹

Na ocasião da visita os presos políticos da Barreto Campelo entregaram ao senador um documento protestando contra a medida governamental “considerando-a, mesquinha, contraditória e injusta”¹⁶² De lá o senador seguiu para visitar a colônia penal feminina do Bom Pastor, lá ele conversou com as presas políticas Selma Bandeira e Maria Aparecida dos Santos que denunciaram a censura total a livros e publicações que chegavam para elas¹⁶³ e o tratamento dado às presas comuns na casa.¹⁶⁴

A viagem de Teotônio não ficou restrita a visitas e conversas com os presos políticos de Pernambuco, o senador também se reuniu com entidades como a OAB e o próprio Dom Helder Câmara. Sempre acompanhado de perto pela imprensa, o senador dava diversas declarações sobre o que viria a ser feito no caso do projeto de Anistia parcial apresentado pelo governo. Falava-se em subjuntivos ao texto que seriam encampados pelo MDB. Num encontro com o presidente regional da OAB Dorany Sampaio e diversos parlamentares pernambucanos, Teotônio apresentou os defeitos e contradições do projeto, mas reforçou a ideia corrente no partido de que a Anistia seria a porta de entrada para uma reforma mais ampla e para uma constituinte.¹⁶⁵

Nesse momento, já ao fim do mês de julho, no Rio de Janeiro os presos políticos iniciam uma greve de fome como forma de chamar atenção e pressionar para que a abrangência de uma eventual lei de Anistia fosse garantida. Os presos políticos em Itamaracá que haviam denunciado essa questão ao senador Teotônio Vilela também estavam prestes a entrar em greve de fome, principalmente porque até aquele momento eles estavam excluídos do projeto de Anistia.

A greve deflagrada em 30 de julho balançou opiniões entre os parlamentares. A posição do governo era a de que as greves de fome não deveriam mudar em nada a ideia de Anistia repassada pelo projeto e que seria votada pelo Congresso em poucos dias. Na penitenciária Barreto Campello em Itamaracá 08 dos 11 presos políticos aderiram a greve

¹⁶¹**Teotônio dialoga com presos em Itamaracá.** Diário de Pernambuco. 19 de julho de 1979, quinta, ano 154, n 193

¹⁶²**Nota considera anistia mesquinha.** Diário de Pernambuco. 19 de julho de 1979, quinta, ano 154, n 193

¹⁶³**Detenta aponta clima de terror.** Diário de Pernambuco. 19 de julho de 1979, quinta, ano 154, n 193

¹⁶⁴Esse tipo de denuncia não era incomum, há bastante tempo os presos políticos tentavam chamar atenção entre outras coisas para o tratamento arbitrários dos presos comuns nas penitenciárias. Marcelo Mario de Melo, ex-presos político em depoimento relembra essa situação : “*Tortura a preso comum, a gente ia e denunciava... denunciava, levava documento, fazia protesto, então os caras diziam: “não se envolvam nos problemas dos presos da outra ordem”... chegaram a dizer, insinuar que resolviam os problemas da gente, davam colônia de férias a gente se a gente não se metesse, e a gente: não.*”

¹⁶⁵**Teotônio esclarece posição emedebista.** Diário de Pernambuco. 21 de julho de 1979, sabado, ano 154, n 195.

anunciada dias antes aos parlamentares Marcos Freire, Eduardo Pandolfi e Sérgio Longman em visita. A reivindicação como já citada, era a Anistia ampla, geral e irrestrita e segundo os presos ela também buscava colaborar “na mobilização das oposições para ampliar a extensão da Anistia.”¹⁶⁶

Eduardo Pandolfi, que atuava junto aos presos políticos, afirmou na ocasião que a greve não visava pressionar a administração carcerária e sim o governo.¹⁶⁷ Marco Maciel por sua vez condenou a greve afirmando que ela em “nada contribuía para o processo de aperfeiçoamento político no Brasil”.¹⁶⁸ Entidades pró-Anistia em todo o Brasil apoiaram a greve de fome, que no caso dos presos em Pernambuco era a quinta. As presas políticas da colônia penal feminina do Bom Pastor, não aderiram a greve, mas manifestaram total solidariedade à causa. Entidades estudantis como o DCE da UFPE também manifestaram apoio. A retaliação aos grevistas não tardou a vir, rapidamente após a deflagração da greve de fome o secretário de Justiça tratou de classificá-la como “transgressão disciplinar” e retirou uma série de “regalias” obtidas por esses presos em greves anteriores.¹⁶⁹

Agosto se iniciou sob os comentários acerca da greve e da votação do projeto que se aproximava. A retomada dos trabalhos no Congresso Nacional foi ser extremamente marcada pela expectativa da apresentação do substitutivo do MDB ao projeto e da votação em si que ao fim ainda deveria seguir para a sanção presidencial. A pressão sobre o congresso era grande, de um lado o governo acompanhava com bastante atenção as discussões sobre o projeto, e do outro as entidades pró-Anistia apresentavam sugestões de substitutivos ao projeto. De acordo com o Diário, a esses grupos, em sua maioria representantes dos CBAs que foram até Brasília, “juntavam-se políticos e servidores públicos cassados”. Só nesse momento a comissão recebeu mais de 10 emendas ao projeto.¹⁷⁰ Enquanto isso os comitês de Anistia pelo Brasil organizavam caravanas e atos públicos como forma de pressionar o Congresso.

Aqui em Pernambuco a greve de fome seguia sendo acompanhada de perto pelos parlamentares do MDB e pela imprensa, que destacava a situação dos grevistas e as visitas que eram permitidas às famílias sempre acompanhadas dos deputados estaduais do partido. Além dos parlamentares e das entidades pró-Anistia, os presos grevistas voltaram a receber

¹⁶⁶ **Preso político faz greve por anistia.** Diário de Pernambuco. 26 de julho de 1979, quinta, ano 154, n 200.

¹⁶⁷ Diário de Pernambuco. 28 de julho de 1979, sábado, ano 154, n 202.

¹⁶⁸ **Maciel diz que greve de fome de presos não contribui para nada.** Diário de Pernambuco. 28 de julho de 1979, sábado, ano 154, n 202.

¹⁶⁹ Diário de Pernambuco. 31 de julho de 1979, terça, ano 154, n 205 A-3.

¹⁷⁰ **Entidades pressionam congresso para ampliar projeto de anistia.** Diário de Pernambuco. 3 de agosto de 1979, sexta, ano 154, n 208

visita de membros da comissão mista no início de agosto. Com o avançar da greve os presos foram transferidos para o hospital da Polícia Militar e lá também receberam visitas de Dom Helder Câmara e membros da comissão de Justiça e Paz.¹⁷¹

Em Brasília o substitutivo do MDB ao projeto foi apresentado ainda na primeira semana de agosto e se referia a uma ampliação do projeto de Anistia e a uma abrangência maior no sentido de esclarecer a questão da reintegração de servidores civis e militares. Inclusive os militares cassados em suas funções também faziam parte desses grupos de pressão que atuavam sobre o Congresso nesse momento.

Na ALEPE Eduardo Pandolfi convidava parlamentares dos dois partidos a participarem de atos pró-Anistia. No Congresso Nacional o relator da comissão mista Ernany Satyro, vetou o substitutivo da oposição.¹⁷² O governo discutia para decidir qual das mais de 300 emendas ao projeto poderiam ser aceitas¹⁷³, e ao mesmo tempo em que vetava a abrangência da proposta do MDB o relator da comissão foi dando os últimos retoques antes da votação, no caso ampliou as datas da abrangência da Anistia, prevista até dezembro de 78 para junho de 79, e incluiu setores como estudantes no projeto.¹⁷⁴

Dentre os diversos substitutivos e emendas apresentados o do deputado federal pela ARENA de Pernambuco Carlos Wilson chamou a atenção do Diário pela simplicidade e abrangência da sua ideia de Anistia ampla, geral e irrestrita. Para o deputado: “quanto mais detalhado se torna o legislador, na elaboração da norma, tanto mais ela se torna restritiva.”¹⁷⁵ Esse substitutivo também foi vetado. O texto que acabou prevalecendo foi o do próprio Ernany Satyro, que manteve a ideia de crimes de sangue. Com isso o projeto seguiu depois de ser apreciado pela comissão mista sem maiores alterações, apesar das mais de 300 propostas parlamentares ao texto da lei.

Mas, foi a greve de fome dos presos políticos, que a essa altura já recebiam soro por recomendação médica como suplementação alimentar, que antecipou o dia da votação do projeto no congresso. Nesse meio tempo as caravanas pró-Anistia embarcam para acompanhar a votação em Brasília. De acordo com o jornal essas caravanas, ao chegarem no dia 22 de agosto para a votação do dia seguinte tiveram seus materiais apreendidos pela

¹⁷¹ Diário de Pernambuco. 12 de agosto de 1979, domingo, ano 154, n 216

¹⁷² **Deputado convida para o ato.** Diário de Pernambuco. 11 de agosto de 1979, sábado, ano 154, n 215 A-5

¹⁷³ Diário de Pernambuco. 13 de agosto, segunda, ano 154, n 217. Nacional

¹⁷⁴ **Relator da anistia amplia benefícios.** Diário de Pernambuco. 14 de agosto de 1979, terça, ano 154, n 218

¹⁷⁵ **Substitutivo de arenista anistia todos os punidos.** Diário de Pernambuco . 15 de agosto de 1979, quarta, ano 154, n 219

segurança do Congresso Nacional. Eram “cartazes, faixas e panfletos, muitos dos quais continham nomes e fotos de pessoas desaparecidas e presumivelmente mortas.”¹⁷⁶

Dentro do congresso a discussão vai se dar sob forte tensão. No dia anterior à votação a discussão no congresso foi tumultuada, 46 era o número de parlamentares inscritos para argumentarem sobre o projeto, do lado de fora do congresso uma concentração de manifestantes pró-Anistia foi dissolvida com o lançamento de um pó químico por alguém não identificado. Dentro, ficava mais uma vez resolvida a aderência ao substitutivo do deputado Ernany Satyro da ARENA e não o proposto pelo deputado Djalma Marinho do MDB.¹⁷⁷

Em 23 de agosto de 1979, o congresso nacional aprovou o projeto nos termos do substitutivo da Arena. Uma votação apertada, da Anistia plena contra a Anistia restrita, a proposta do MDB votada primeiro obteve 194 votos a favor e 209 contra, a proposta aprovada por sua vez venceu por apenas cinco votos, 206 a favor e 201 contra.¹⁷⁸ O jornalista Carlos Azevedo, na época trabalhando no Jornal Movimento conta um pouco do clima no congresso e da votação do projeto da lei de Anistia:

“A sessão oficial no Congresso teve início no dia 21 de agosto, mas só terminaria na tarde do dia 22. No primeiro dia, mais de mil manifestantes, que ocupavam a rampa do Congresso, foram dispersados por bombas de gás lacrimogêneo. No dia 22, durante toda a manhã a galeria foi tomada por cerca de 800 recrutas da polícia da Aeronáutica e agentes do SNI à paisana. Era essa a disposição democrática do regime. Somente depois de muita insistência dos deputados emedebistas, os recrutas foram retirados, abrindo espaço para os manifestantes, que lotaram as galerias na parte da tarde e obrigaram o governo a encarar de frente o “bicho da democracia”. Carregando faixas e cartazes, vaiaram maciçamente os arenistas ligados à repressão, como o ex-delegado Cantídio Sampaio – que, em troca, fazia gestos obscenos para a multidão. O coronel Erasmo Dias teve que aguentar calado, enquanto pronunciava seu voto, o coro que gritava “assassino, terrorista”. Após longas horas de debate, o substitutivo do MDB foi a plenário, sendo rejeitado por apenas 15 votos, 209 contra e 194 a favor. Acabou sendo aprovado o substitutivo do relator arenista, o deputado Ernani Satyro, que ampliava o prazo de concessão da Anistia até 15 de agosto de 1979 e estendia os direitos aos dependentes de Anistiados falecidos. A votação foi apertada. O projeto venceu, apesar da enorme pressão das galerias e da multidão que se reunia nas principais capitais (7 mil manifestantes no Rio, 7 mil em São Paulo), por magros 5 votos: 206 votos a 201” (AZEVEDO, 2011, P. 191).

A partir daí a lei seguiria para sanção presidencial, no entanto apesar de amplamente comemorada por alguns setores da classe política, a Anistia aprovada, uma via de mão dupla que ao mesmo tempo em que concedia Anistia a alguns, anistiou também agentes da repressão. É bem verdade que toda a comoção causada pela volta de personalidades políticas exiladas ao país acabou ofuscando um pouco os debates sobre isso, os movimentos de Anistia

¹⁷⁶ **Caravanas causam incidentes.** Diário de Pernambuco. 22 de agosto de 1979, ano 154, n 227 2

¹⁷⁷ **Congresso vota anistia sob tensão.** Diário de Pernambuco. 22 de agosto de 1979, ano 154, n 227

¹⁷⁸ **Anistia aprovada ao som do hino nacional.** Diário de Pernambuco. 23 de agosto de 1979, quinta, ano 154, n 228

agora voltavam a preocupação para o recebimento dos exilados e reintegração dos Anistiados na sociedade.

Essa reintegração para os que não eram políticos ou personalidades famosas, digamos assim, foi um pouco mais complicada, isso sem falar nos vários que não foram Anistiados atingidos pela cláusula do projeto que excluía os chamados crimes de sangue. Aqui em Pernambuco a greve de fome dos presos políticos foi suspensa no dia seguinte a aprovação da lei pelo congresso. Na ALEPE a maioria dos comentários era de aplauso e congratulação ao que era encarado como gesto conciliatório do governo. Enquanto os arenistas ressaltavam esse lado da Anistia, o lado governamental, os parlamentares estaduais do MDB lembravam que a Anistia aprovada era também fruto de pressões populares, alguns como Hugo Martins acusaram “a discriminação, a mesquinhez, e a marca do autoritarismo no projeto.”¹⁷⁹ Na Câmara Federal Fernando Coelho dias depois ressaltou que: “mesmo nos termos restritivos em que Anistia foi aprovada, ela constitui indiscutíveis conquistas das oposições e do povo brasileiro.”¹⁸⁰

No dia 29 de agosto de 1979, é sancionada a lei de Anistia pelo general Figueiredo, com poucos vetos presidenciais, afinal o congresso já tinha se encarregado de aprovar uma Anistia restritiva. A partir daí diversos exilados puderam voltar ao país, mas outros continuaram sem perdão. De acordo com o Diário de Pernambuco ao destacar estimativas oficiais do governo, apenas 17 presos políticos dos 57 existentes seriam postos imediatamente em liberdade.¹⁸¹ Entre os pernambucanos sete seria o número de beneficiados imediatos pela Anistia recém sancionada.¹⁸²

Entre os políticos a atenção estava voltada para o retorno das lideranças exiladas. Em Pernambuco o ex-governador Miguel Arraes seria um dos nomes mais comentados no momento pós-Anistia. Sobre a volta de Miguel Arraes ao país, os jornais já anunciavam o retorno do ex-governador cassado ainda em 1964, ainda antes da aprovação da Lei de Anistia. A previsão era para que ele voltasse “uma semana depois da sanção presidencial da lei que concedia Anistia. Além disso, a ideia era de que o retorno de Arraes pudesse “unir as oposições extra-partidárias (OAB, Igreja, estudantes e sindicatos) numa única frente”.¹⁸³

Enquanto se comentava sobre essa volta nos círculos políticos, os Diários Oficiais noticiavam a retomada dos funcionários públicos a seus cargos. Na prefeitura de Recife, 28

¹⁷⁹ **Assembleia aplaude projeto.** Diário de Pernambuco. 24 de agosto de 1979, sexta, ano 154, n 229.

¹⁸⁰ **Deputados prosseguem luta.** Diário de Pernambuco. 25 de agosto de 1979, sábado, ano 154, n230.

¹⁸¹ **Anistia é lei: exilados voltam.** Diário de Pernambuco. 29 de agosto de 1979, terça, ano 154, n 234.

¹⁸² **Beneficiados seriam sete.** Diário de Pernambuco. 28 de agosto de 1979, quarta, ano 154, n 233.

¹⁸³ **Arraes volta ao Brasil no Dia 14 de Setembro.** Jornal do Commercio. 17 de julho de 1979. p. 3.

foram os funcionários afastados ou demitidos em função do regime militar, desses 17 efetuaram o requerimento para o retorno ao serviço público. Muitos em todo Brasil ainda teriam que esperar um pouco mais para ter a liberdade assegurada de forma “ampla”.¹⁸⁴

4.3 ANISTIAR, SIM OU NÃO? AS DIVERSAS VOZES SOBRE ANISTIA

Estamos tentando apresentar a ideia da Anistia no Diário de Pernambuco como uma multiplicidade de vozes que iam além do campo da classe política. Lembrando que a campanha que cercou os anos de 1978 e 1979 foi uma campanha ampla que envolveu diversos setores. Como em todo tema de relevância político e social a Anistia suscitou diversas opiniões contra ou a favor em meio a sociedade em geral. No jornal encontramos alguns indícios dessas opiniões que reuniam setores e vozes da igreja católica, artistas, entidades e cidadãos que se expressavam através de colunas no jornal, cartas à redação, entrevistas, notas e declarações. Acompanharemos agora fragmentos dessas opiniões acerca da Anistia que encontramos no jornal e que mostra o quanto a Anistia foi comentada, debatida e levada para e pela sociedade em geral a ponto de merecer menções quase diárias durante dois anos.

No início de 1978, com a ideia de sucessão presidencial o cardeal arcebispo da Bahia Dom Avelar Brandão Vilela afirmou não acreditar em uma Anistia ampla a ser sancionada pelo governo do general Figueiredo,¹⁸⁵ já a OAB começava a se posicionar mais contundentemente em relação à campanha pela Anistia, tanto que foi personagem importante nas reivindicações e articulações com os comitês de Anistia¹⁸⁶

O posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil, tanto nacional quanto regionalmente vai ser favorável à ideia da Anistia ampla. Diversos debates envolvendo os advogados da Ordem e outros setores da sociedade no sentido de discutir e divulgar a campanha pela Anistia aconteceram no país inteiro. Como dissemos anteriormente dos comitês de Anistia que foram se formando muitos eram à base de entidades e a OAB era uma delas. O presidente da ordem na época, o professor Raymundo Faoro, ainda em 1978 deu diversas declarações atrelando a ideia de Anistia com a questão do fim do regime e da legislação de exceção no país.¹⁸⁷ Aqui em Pernambuco a atuação dos advogados em favor dos presos políticos foi notável, atuando seja junto ao Comitê de Anistia, ou junto à Comissão de

¹⁸⁴**Punidos pela Revolução já retornam para Prefeitura.** Diário Oficial. Prefeitura Municipal do Recife. 01 de março de 1980. Nº41.

¹⁸⁵**Dom Avelar não crê em anistia ampla.** Diário de Pernambuco. 21 de janeiro de 1978, Sábado, Ano 153, n 20

¹⁸⁶**Reale Junior pede Anistia.** Diário de Pernambuco. 9 de fevereiro de 1978, quinta, ano 153, n 37

¹⁸⁷**Faoro: Povo pede fim da exceção.** Diário de Pernambuco. 18 de fevereiro de 1978, sábado, ano 153, n 46.

Justiça e Paz ligada a Dom Hélder Câmara. Mas, a OAB também se articulava com o Movimento Feminino pela Anistia, inclusive emprestando a sede regional no Recife para a realização de palestras e conferências sobre a Anistia¹⁸⁸ e participando delas¹⁸⁹

Pedro Eurico de Barros e Silva, advogado pernambucano atuante durante a ditadura, em depoimento ao livro “Advocacia em Tempos difíceis” relembra um pouco a postura da OAB nesse momento em Pernambuco:

“Era muito atuante. A Ordem, aqui, teve uma sucessão de presidentes, homens com formação liberal, libertária. Gente que respeitava profundamente a Constituição, a legalidade, o Estado Democrático de Direito. O pessoal tinha um respeito muito grande por isso. Então, por exemplo, a primeira reunião pela Assembleia Nacional Constituinte do Brasil, que aconteceu durante a ditadura, foi patrocinada numa conferência da OAB, em Pernambuco. A primeira discussão por uma Assembleia Nacional Constituinte. Então aqui nós tivemos alguns presidentes que se diferenciaram. Hélio Mariano, Dorani Sampaio, Fernando Coelho, Joaquim Correia... Então, tinha um conjunto e sucessivamente eles eram muito comprometidos...”

Sobre a atuação da Ordem, o advogado acrescenta:

“ela se envolvia na defesa dos Direitos Humanos. E se envolvia politicamente nos comitês de Anistia, na luta pela Constituinte, nessas bandeiras aonde você tinha a luta de direitos fundamentais, o restabelecimento da ordem democrática, a Ordem estava envolvida aqui.”¹⁹⁰

A OAB seguiu sendo uma das grandes vozes em relação a Anistia aqui em Pernambuco, articulados tanto com o Movimento Feminino quanto com o Comitê de Anistia. Diversos advogados da Ordem participaram de atos públicos e internos com o intuito de engrossar a luta pela Anistia, além de sua atuação nas diversas comissões de direitos humanos em assistência aos presos políticos do estado. Além disso, no Brasil inteiro boa parte dos advogados e juristas se posicionava acerca da Anistia tendo por base a ideia de uma Anistia ampla. A coluna da Ordem no Diário de Pernambuco frequentemente reiterava essa posição além de informar sobre as questões internas da ordem.¹⁹¹

Além da OAB, diversas outras entidades tomaram parte na campanha pela Anistia, articuladas bem mais com o comitê de Anistia, entidades como o Instituto de Arquitetos do Brasil, a Sociedade Pernambucana de Sociólogos, a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, as entidades estudantis, os DCEs das universidades Federal de Pernambuco, Federal Rural e da Católica, também estiveram presentes em diversos atos e reuniões pela Anistia.

¹⁸⁸ Diário de Pernambuco. 25 de abril de 1978, terça, ano 153, n 110.

¹⁸⁹ Diário de Pernambuco. 26 de abril de 1978, quarta, ano 153, n 111.

¹⁹⁰ Depoimento cedido ao projeto Advocacia em Tempos difíceis vinculado ao projeto Marcas da Memória e a Comissão de Anistia no ano de 2011. SPIELER, Paula (coord.) Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985. Curitiba: Edição do Autor, 2013.

¹⁹¹ Diário de Pernambuco. 26 de abril de 1979, quinta, ano 154, n 111. Coluna da OAB

Outro grande espaço de produção de opiniões sobre a Anistia (opiniões essas que vinham parar nos jornais) era a Igreja Católica. Diversos membros da igreja se posicionaram contra ou a favor da Anistia no momento em que o debate se acalorava. A Igreja Católica também era palco dos embates que envolviam a sociedade da época e a questão da Anistia não fugia à regra. Os posicionamentos diversos refletiam nos discursos e declarações dados pelos membros do clero.

Aqui em Pernambuco destacamos a atuação de Dom Helder Câmara junto aos presos políticos e as suas famílias, mas as opiniões também eram diversas. Por exemplo, a ideia de pacificação nacional era bastante evocada, em fevereiro de 78 o bispo de Itabira Dom Mario Teixeira Gurgel, chamou uma “possível concessão de Anistia” de atitude de pacificação nacional¹⁹², mais a frente o Abade do mosteiro de São Bento na Bahia defendeu a Anistia ampla “como condição básica para a reconciliação da família brasileira.”¹⁹³

Em seu primeiro pronunciamento oficial sobre a questão da Anistia a arquidiocese de Olinda e Recife chamou atenção para o esvaziamento da luta em função “do debate acerca de formas e prazos” e ao mesmo tempo pediu reflexão por considerar a Anistia como “um ato de soberania de um governo”¹⁹⁴, Dom Helder por sua vez afirmou que “Anistia por definição é ampla” ao responder críticas de que o movimento pela causa era mais uma “provocação capaz de comprometer a institucionalização do regime”.¹⁹⁵

Já o arcebispo de Salvador Dom Avelar Brandão afirmou que não podia “defender a Anistia ampla e irrestrita no atual momento do país” uma vez que na prática a questão merecia “um estudo amplo e detalhado à luz da justiça e da verdade”¹⁹⁶. Essas opiniões diversas refletiam no posicionamento da CNBB, que naquele momento declarou não fechar questão em torno da Anistia uma vez que as opiniões dos bispos não eram unânimes sobre o assunto.¹⁹⁷ Mais a frente o posicionamento da instituição vai mudar e o tema da Anistia vai passar a ser colocado também como pauta entre o clero, obviamente que sempre destacando a ideia da Anistia como um ato de (re) conciliação nacional.¹⁹⁸

Com as especulações em torno do projeto de Anistia no primeiro semestre de 1979, membros da Igreja Católica continuaram se posicionando. No caso da prisão do estudante

¹⁹²**Pela pacificação nacional.** Diário de Pernambuco. 9 de fevereiro de 1978, quinta, ano 153, n 37

¹⁹³**Abade beneditino é favorável a anistia.** Diário de Pernambuco. 1 de março de 1978, ano 153, n 57.

¹⁹⁴ Diário de Pernambuco. 4 de março de 1978, sábado, ano 153, n 60.

¹⁹⁵**D. Helder: Estou com Caxias.** Diário de Pernambuco. 19 de março de 1978, domingo, ano 153, n 75.

¹⁹⁶**D. Avelar.** 8 de abril de 1978, Diário de Pernambuco. Sábado, ano 153, n 94 Diário Político

¹⁹⁷ Diário de Pernambuco. 19 de março de 1978, domingo, ano 153, n 75. Diário Político.

¹⁹⁸**Assembleia da CNBB aprova anistia e sete outros temas.** Diário de Pernambuco. 26 de abril de 1978, quarta, ano 153, n 111. \ **Arbitrio e anistia.** Diário de Pernambuco. 28 de novembro de 1978, terça, ano 153, n 325;

Edval Nunes Cajá o envolvimento de Dom Helder foi notável, rezando missas em favor desse e de outros presos e participando inclusive de atos em diversos movimentos naquele momento.

Em outros estados do Nordeste, cardeais e bispos se pronunciavam conforme ia chegando o prazo para a votação do projeto no Congresso. O arcebispo de João Pessoa Dom José Maria Pires defendeu em reunião regional da CNBB em Olinda, uma Anistia ampla e irrestrita, pois segundo ele: “houve também inúmeros atentados dos representantes do poder aos direitos humanos.”¹⁹⁹ O cardeal Dom Avelar Brandão também concordou com uma Anistia ampla, mas ainda assim classificou a questão dos crimes de sangue como “coisa muito difícil de ser analisada” e voltou a insistir na ideia de reconciliação nacional.²⁰⁰

Mas no próprio jornal, essa posição de alguns membros da igreja era questionada e era inclusive Paulo Fernando Craveiro em sua coluna no Diário um crítico ferrenho a diversos aspectos que envolviam os movimentos de Anistia, o projeto e a ideia de Anistia ampla, geral e irrestrita. Em tiradas curtas, mas incisivas, o jornalista se posicionava frontalmente contra a ideia de uma Anistia ampla. Em uma de suas colunas em fevereiro de 1979 afirmou: “Anistia ampla e irrestrita me parece injusta e não sou favorável a ela”²⁰¹. Em outra ocasião afirmou ser “impossível perdoar o imperdoável”, ao se referir ao chamado atos terroristas²⁰², mais a frente disse também que no Brasil não havia lugar “para ativistas dos extremos dispostos a tudo em seu desvario ideológico” e confessou se sentir aliviado pela exclusão da Anistia aos ditos terroristas.²⁰³

Por ser um escritor conservador, as posições de Paulo Fernando Craveiro refletiam muitas vezes as posições de parlamentares da ARENA e de outros setores da direita brasileira que em relação à Anistia mantinham um discurso que concordava e em certos momentos justificava as atitudes do governo. Esse conservadorismo em questão fazia com que a ideia de Anistia para todos fosse rejeitada por esses setores, afinal de acordo com esse discurso o Brasil estava repleto de terroristas subversivos e esses não deveriam sequer pensar em Anistia.

Preciso lembrar, entretanto que a coluna não era totalmente contra a Anistia e sim a ideia de amplitude dela. Muitas vezes o jornalista fez crítica aos chamados terroristas, mas também comentou e noticiou frases e declarações sobre a Anistia que parecia ser naquele

¹⁹⁹ Diário de Pernambuco. 7 de junho de 1979, quinta, ano 154, n 152. Política

²⁰⁰ IDEM

²⁰¹ 13 de fevereiro de 1979, terça, ano 154, n 43. Coluna Paulo Fernando Craveiro

²⁰² 11 de fevereiro de 1979, domingo, ano 154, n 41. Coluna- Paulo Fernando Craveiro

²⁰³ 6 de abril de 1979, sexta, ano 154, n 93. Coluna Paulo Fernando Craveiro

momento um dos seus temas preferidos. Várias declarações parlamentares no jornal sobre o assunto podiam ser apreendidas através da coluna que comentava ou concordava de acordo com a declaração do parlamentar em questão. Sobre a apresentação do projeto a coluna afirmou que a questão fazia “o suspense fácil de certas cenas de novela de TV”,²⁰⁴ mas quando saiu o texto do projeto a coluna concordou e aplaudiu a posição do governo em considerar “terrorismo não como crime político e sim contra a humanidade.”²⁰⁵

Mas, essa questão sobre terrorismo e crimes de sangue não aparecia no jornal apenas na coluna de Craveiro, diversas cartas foram enviadas à redação do jornal e publicadas na seção de opinião que discordavam frontalmente da ideia de Anistia ampla e irrestrita. Outras cartas também foram enviadas e publicadas elogiando os caminhos que a ideia de Anistia vinha tomando, ou criticando o caminho escolhido pelo governo e referendado pelo Congresso, mas a questão da amplitude da Anistia que envolvia os ditos terroristas parecia ser questão especial.

No dia 19 de agosto, poucos dias antes da votação do projeto de Anistia no congresso, o Diário apresentou uma reportagem intitulada “Anistiar terroristas: sim ou não?” que entrevistou diversas pessoas (todas com nível universitário) acerca da questão. A justificativa do jornal para tal reportagem foi a emergência e urgência do tema. Na apresentação a jornalista Ana Maria Guimarães esclareceu que as opiniões apresentadas não seriam analisadas pelo jornal, deixando a cargo do leitor a opção de resposta àquela pergunta tão badalada.

Na reportagem, enquanto o presidente da OAB Dorany Sampaio contestava a nomenclatura e a existência de terroristas no Brasil, a presidente do Instituto dos Arquitetos em Pernambuco, Sônia Marques chamou atenção para o enrijecimento do regime e disse que a “violência com que as diversas manifestações foram reprimidas é que geraram violência” e acrescentou: “o terrorismo partiu dos órgãos oficiais de repressão”. Outras opiniões se juntaram a essa no texto, como a da socióloga Janete Azevedo e da professora universitária Ronidalva de Andrade Melo. Vários outros profissionais, médicos e advogados se pronunciaram sobre a questão, ora lembrando a estreiteza do projeto em curso, ora concordando com a ampliação dos termos do projeto.

Na contramão dessas ideias Joel Sampaio de Arruda Câmara afirmou que “Anistiar terroristas é escarrar na face das suas vítimas, direta ou indiretamente, de seus filhos, órfãos e esposos”. Já José Augusto, diretor da cooperativa agrícola de Tiriri, defendeu o julgamento

²⁰⁴ 6 de junho de 1979, quarta, ano 154, n 151, Coluna Paulo Fernando Craveiro

²⁰⁵ 13 de junho de 1979, quarta, ano 154, n 158 Coluna Paulo Fernando Craveiro

proporcional dos crimes: “se matou alguém deve ser julgado como assassino comum, pois não há nada que justifique o ato de tirar a vida do próximo”.²⁰⁶

A discussão sobre quem e como Anistiar ia além das discussões entre parlamentares, a sociedade civil parecia estar também se perguntando isso, basta ver as pressões em maior ou menor grau exercidas pelos movimentos de Anistia, as opiniões da igreja e de outras entidades. Mas também as cartas enviadas ao Diário trazem opiniões interessantes e contrastantes sobre essa questão.

Em fevereiro de 78, José Soares, da cidade de Bom Conselho no interior do estado, enviou uma carta ao jornal intitulada “criminosos nada comuns” onde questionava o direito de defesa política feita pelo deputado federal Sérgio Murilo a dois presos políticos no estado, Carlos Alberto e Rholine Sonde. A carta que denota um tom extremado de direita pede menção não aos presos e sim as “vítimas de seus atos” que seriam merecedoras de “rezas, medalhas e vozes nas casas legislativas pedindo pena máxima”.²⁰⁷

Em maio, Roberto Sergio Cortez do Recife, provoca numa carta os membros do Movimento Feminino pela Anistia, perguntando como agiriam aquelas senhoras se tivessem entre os seus parentes vítimas dos chamados subversivos. A carta é taxativa: “Senhoras, tratem de cuidar da segurança das vossas famílias, ajudando quem tem o poder de policia a extinguir esses marginais que muito bem poderiam ser enquadrados em crimes comuns”²⁰⁸. Em mais um carta Avertano Rocha se pergunta “quem do MDB haverá de apresentar um voto de pesar às famílias enlutadas, vitimas do terror.”²⁰⁹

As cartas acima, apesar de parecem fatos e opiniões isoladas podem muito bem refletir algumas mentalidades e opiniões a respeito da Anistia na época. Relembro a pesquisa de opinião, publicada pelo Diário a qual nos referimos acima, onde Pernambuco era um dos estados que mais apresentava resistência à ideia da Anistia ampla e irrestrita apesar de todo o trabalho da oposição parlamentar e do movimento.

Essa resistência à ideia da anistia pode ser explicada de certa forma ao observarmos a História política em Pernambuco anterior ao golpe de 1964. Havia uma polarização efetiva no estado entre ideias de direita e de esquerda. O medo exacerbado do comunismo “representado” por Miguel Arraes, os interesses dos latifundiários que estariam “sendo ameaçados” pelas organizações camponesas e pelas políticas populares do governador.

²⁰⁶ **Anistiar terroristas: sim ou não?** Diário de Pernambuco. 19 de agosto de 1979, domingo, ano 154, n 224

²⁰⁷ Diário de Pernambuco. 21 de fevereiro de 1978, terça, ano 153, n 49.

²⁰⁸ Diário de Pernambuco. 16 de maio de 1978, terça, ano 153, n 130

²⁰⁹ Diário de Pernambuco. 25 de maio, 1978, quinta, ano 153, n 139. Cartas

Obviamente isso vai gerar uma espécie de conservadorismo político que vai se conservar apesar de toda a proeminência dos grupos de resistência, movimentos sociais e outras organizações.

Mas outras cartas também apareciam com uma conotação diferente dessas apresentadas acima. Em mais de uma carta José Costa Neves de Olinda falou sobre Anistia. Em uma atrelou a Anistia à ideia de uma assembleia constituinte, em outra afirmou “que aquela altura não se justifica mais um perdão simulado, falso ou parcial [...] uma Anistia é ou não é”²¹⁰ Já Julio Fernando Bressani de Jaboatão, classificou como “justa a pressão exercida pelo partido oposicionista, MDB” ao insistir na Anistia, mas chama atenção também para as questões ideológicas dos atos a serem Anistiados.²¹¹

Outro espaço onde a reivindicação pela Anistia aparecia por escrito, eram os muros. Em dissertação intitulada: “Campanhas Políticas E Repressão Policial”: as pichações na cidade do Recife (1979-1985). Thiago Nunes Soares discute a forma como campanhas políticas urgente da época apareciam gravadas nos muros das cidades do Recife, e a Anistia foi uma ideia bastante privilegiada nesse sentido. Tradicionalmente, tida como arma de resistência de grupos da esquerda, as pichações representavam segundo o autor, além de uma forma de comunicar, criticar e transgredir discursos oficiais, elas também causavam prejuízos patrimoniais ao Estado.

Propagar e divulgar a questão da Anistia era uma questão vital para os movimentos que nem sempre tinham condições financeiras de fazer panfletos e cartazes, principalmente o CBA, nesse sentido a pichação passa a ser vista também como propaganda da campanha.

Nas imagens abaixo, observamos que além da Anistia a situação dos presos políticos em greve de fome no ano de 1979 era lembrada. Também aqui a reivindicação pela Anistia vai puxar outras pautas como apoio aos presos políticos, fim das torturas, apoio ao MDB e fim da legislação ditatorial.

²¹⁰ Diário de Pernambuco. 22 de março de 1979, quinta, ano 154, n 78. \26 de novembro de 1978, segunda, ano 153, n 322. Cartas à redação.

²¹¹ Diário de Pernambuco. 26 de novembro de 1978, segunda, ano 153, n 322. Cartas à redação.



(Fonte: SOARES, Thiago Nunes. “Campanhas políticas e repressão policial”: as pichações na cidade do Recife (1979-1985)”. Dissertação de mestrado. UFPE. 2012. P.68)



(Fonte: SOARES, Thiago Nunes. Gritam os muros: “anistia ampla, geral e irrestrita”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 350 - 383. jan./abr. 2016.)

É possível entrever com tudo isso que discutimos que a Anistia não era uma opinião tão unânime assim, mas que também contava com o apoio de amplos setores da sociedade civil organizada e da opinião pública. Observamos neste capítulo uma série de opiniões e declarações que chegavam de diversas formas através das páginas de um dos jornais de maior circulação no estado. Além das páginas políticas, a Anistia aparecia em charges, em cartas, em colunas e pequenas notas que explicitavam ora o apoio e a organização da sociedade civil ora o repúdio ou resistência de alguns outros setores à ideia de Anistia ampla, geral e irrestrita. O que podemos apreender desse exercício de múltiplas vozes são as mais variadas visões que um tema pode suscitar no seio de uma sociedade que, apesar de traumatizada pelos anos anteriores ainda encontrava forças e modos de organização e reivindicação.

5 EPÍLOGO: CABE REVISÃO NA LEI?

O preço do silêncio imposto a respeito do passado não é “só” a dor dos sobreviventes: também se paga por nossa resignação e impotência. Urge passar da resignação não só à indignação, mas a uma resistência efetiva, sem ressentimento, mas com tenacidade e a vivacidade da vida. (GAGNEBIN, 2010, p. 186)

Antes de tudo precisamos entender a negociação, discussão, votação e aplicação da lei de nº 6.683 como fruto de diversas disputas e embates que se imbricam ainda hoje na questão da memória da ditadura e da reparação às vítimas, ou seja, na chamada Justiça de Transição no Brasil.

É preciso explicitar que as disputas em torno da memória, da verdade e da justiça seguem e têm no conceito de Anistia e na aplicação da lei uma dependência no que se refere à questão tanto da investigação dos crimes cometidos por agentes do Estado, quanto da punição destes e também da reparação material e psicológica de diversos cidadãos que sofreram nas mãos desse mesmo Estado. Na verdade, o conceito de Anistia vem mudando com o passar o tempo e essa mutabilidade é crucial para entender o desenvolvimento da Justiça de Transição no Brasil.

A Justiça de Transição atua no sentido de jogar luz, ou seja, investigar, atos cometidos pelos agentes do Estado em momentos não democráticos, mas não só isso é uma serie de dispositivos legais que visa desfazer narrativas oficiais, considerar as narrativas das vitimas e promover a reparação simbólica e\ou material às mesmas. Esse conjunto de ações atribui responsabilidades, exige o direito da sociedade à verdade e fortalece os direitos humanos na sociedade em que foi instalada. Nesse caso, a reparação é fundamental no conjunto de medidas conhecidas como Justiça de Transição.

No caso do Brasil, a Justiça de Transição e os dispositivos instalados nesse sentido ainda sofrem um enorme entrave em relação à Lei de Anistia aprovada em 1979. Primeiro porque o sentido atribuído ao conceito de Anistia que é predominante na maior parte da sociedade é o de esquecimento. Esquecimento esse que mascara a impunidade dos torturadores da ditadura.

Na disputa em torno da Anistia em 1979 observamos dois sentidos maiores que foram atribuídos. De um lado os movimentos como o CBA, o MFPA e demais movimentos e entidades pró direitos humanos atrelavam a ideia de Anistia à palavra e a instituição da liberdade. A luta desses movimentos buscava restabelecer as liberdades democráticas de forma ampla, geral e irrestrita através da Anistia.

Mas, para os militares a Anistia desde sempre foi pensada para garantir o silenciamento e a impunidade em relação aos seus crimes. Controlando a “abertura” desde 1974, os militares fizeram da Lei de Anistia e da sua interpretação ambígua a garantia da não punição. A transição democrática foi controlada pelos militares com cautela e parcimônia. De acordo com Carlos Fico:

“O cuidado devia-se a uma série de circunstâncias, sendo talvez a mais importante a dificuldade para desmontar as “comunidades de segurança e informações”, setores da chamada “linha dura” que cuidavam da repressão e muitas vezes, incluiu a tortura de prisioneiros políticos. Tais setores temiam possíveis investigações futuras que pretendessem puni-los, algo que eles passaram a chamar de ameaças de “revanchismo”. Evidentemente, do ponto de vista do planejamento governamental, evitar tais punições tornou-se um aspecto essencial para a consecução da abertura política” (FICO, 2011, p. 320)

A transição democrática brasileira além de ter sido um processo bastante suave, sem grandes rupturas, e controlada pelos militares deixou marcas profundas na política e na memória nacional. Fala-se em transição e de Anistia negociada quando na verdade, a Anistia proposta se deu e se daria nos moldes do governo.

Analisemos que mesmo em 1979 a representação e a liberdade dos parlamentares no Congresso Nacional era ainda restrita. O projeto veio de cima para baixo e foi imposto aos setores que lutavam pela Anistia uma liberdade que só viria mediante a impunidade e o esquecimento dos crimes dos militares. Nesse sentido não podemos falar da Anistia e do processo de transição democrática brasileiro como um acordo entre partes iguais. Nem em uma dádiva do governo de João Figueiredo. O que houve de fato, em relação à votação do projeto de Anistia foram disputas, embates, lutas e assim voltamos a reiterar a participação dos movimentos e entidades pró Anistia e pró direitos humanos uma vez que mesmo a Anistia aprovada sendo uma Anistia de caráter restrito naquele momento ela se constituiu como marco fundante da redemocratização.

Vale lembrar que diversas pessoas e setores questionaram a Anistia aprovada em 1979 e questionam até hoje a interpretação e os silenciamentos decorrentes da lei. Não é porque a transição e a Anistia foram controladas pelos militares que o protagonismo dessas pessoas e entidades deva ficar em segundo plano. Pelo contrario, foram eles que em algum momento alteraram a correlação de forças no limite do possível na época para que o governo aprovasse uma Anistia.

Mas como já dito, o projeto e lei estavam e estão cercados de ambiguidades e interpretações que permitem o perdão dos torturadores. O texto da lei apesar de pequeno é

extremamente controverso e alguns problemas foram e são apontados por diversos juristas, cientistas e ativistas políticos, historiadores e estudiosos.

O primeiro deles diz respeito à legitimidade da lei. Ora, como dotar o elemento da legitimidade nacional a uma lei apresentada por um governo militar eleito indiretamente e aprovada por um congresso cuja oposição além de consentida era controlada por esse mesmo governo. Não era um projeto que atendia as reivindicações da sociedade. De acordo com Lucia Elena Arantes:

A falta de legitimidade do projeto de lei de anistia brasileira, no sentido de não se adequar aos anseios do povo, pôde ser atestada, por exemplo, a partir do momento em que as emendas começaram a ser apresentadas. No total foram oferecidas 305 emendas de 13 parlamentares. (BASTOS, 2008. P.604)

Os questionamentos ao texto, como dito anteriormente, se referiam a nomenclatura de terroristas creditada aqueles que cometeram os chamados crimes de sangue, como assalto, sequestro e atentado pessoal. Quanto à nomenclatura de terrorista vale lembrar que nas leis de segurança da época o terrorismo era penalmente inexistente. Além disso, outro termo chamou atenção no projeto de lei e causa controvérsia até hoje, o de crimes conexos.

Crime conexo é o nome dado a delitos dependentes, “de tal forma que possa existir um nexos entre os crimes, ou seja, que um dos delitos tenha sido cometido para realizar ou ocultar outro delito” (BASTOS, 2008. P. 607). Esse contexto gerou uma interpretação confusa ainda na fase de apreciação e discussão do projeto, o entendimento que se faz hoje desses crimes conexos é o de que o termo serviu para assegurar a via de mão dupla que foi a lei de Anistia e encobrir os torturadores.

A lei anistiou quem tivesse cometido crimes conexos a delitos políticos, no caso crimes de qualquer natureza desde que tivessem relação com crimes e motivações políticas e isso abriu um precedente, que obviamente já pensado pelos militares, obscureceu a interpretação da lei ao ponto de garantir a impunidade dos agentes do Estado ditatorial.

A menção aos crimes conexos realmente demandava uma extraordinária capacidade de tergiversação [...] A fórmula obscura foi adotada porque o governo não estava apenas preocupado com os torturadores. Ao anistiar “os crimes políticos por motivação política”, o projeto garantia que no futuro, nenhum militar seria punido em função das ilegalidades praticadas durante a ditadura. (FICO, 2011. P. 321)

Sob o vasto guarda chuva interpretativo que a noção de crimes conexos carrega, algumas noções se fizeram recorrentes para justificá-la e fazer passar o perdão aos torturadores inclusive na época da discussão e votação da lei. Primeiro, a ideia que se ambos os “lados” cometeram crimes políticos, ambos os lados deveriam ser anistiados. Essa ideia de equivalência e equiparação entre os chamados crimes da esquerda e os crimes perpetrados

pelos agentes do Estado repressivo serve antes de tudo para escamotear o passado justificando a Anistia à ditadura e promovendo inclusive o esquecimento daqueles a quem interessa que esse passado não venha à tona. Além do mais esse argumento simplifica as disputas e os embates do período em apenas dois polos opostos e antagônicos, tirando foco de diversos grupos atingidos pela repressão e dando a ideia de uma guerra em partes iguais sobre a qual valeria colocar uma tampa de pedra definitiva, a Anistia.

No entanto, essa ideia de equivalência é questionada hoje, onde com mais clareza fomos avançando nas discussões em relação ao período e a lei apesar de toda investida conservadora de promoção de um esquecimento feliz que pelo menos desde 2015 para cá vem inclusive tentando desmontar os dispositivos instalados no sentido de promover a Justiça de Transição.²¹² O jurista Helio Bicudo é um dos que questionam essas interpretações da Anistia no âmbito do direito. O argumento utilizado para rebater essa noção de equivalência é o de que as motivações dos crimes são em sua base bastante diferentes. Os grupos que se levantaram contra a ditadura afrontavam um sistema político que prevalecia no momento, os agentes do Estado agiram em função da repressão e da manutenção do regime e dos interesses desse.

Sobre essa questão o jurista conclui em texto para a Folha de São Paulo

Não nos devemos impressionar com vozes adversas de civis e militares equivocados, que confundem justiça com impunidade ao considerar o Direito como o conjunto de regras que preservam os seus interesses, mais ou menos no mesmo diapasão em que o nazismo considerava o Direito alemão como o conjunto de regras que sobrepunha o poder do Estado ao direito das pessoas. A anistia não foi um favor, mas uma exigência da sociedade brasileira.²¹³

Hoje, como já dito, é com mais clareza que enxergamos a via dupla que foi a Lei de Anistia. Através dela crimes que de acordo com o direito internacional são imprescritíveis e inanistiáveis foram contemplados. E esse é outro argumento dos que se posicionam a favor de uma revisão da lei aprovada em 1979. As violações graves aos direitos humanos no Brasil durante ditadura são condenadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos baseada nessa noção de que crimes contra a humanidade e os direitos humanos não são passíveis de

²¹² Durante o andamento da pesquisa e redação deste trabalho acompanhamos as tentativas de fechamento Comissão de Anistia. A comissão criada em 2002 ainda durante o governo FHC é um dos pilares da Justiça de Transição no Brasil sendo responsável por ouvir e recolher depoimentos e analisar documentos com objetivo de promover a reparação das vítimas através de indenizações materiais e morais. Dona de diversos projetos como as Caravanas da Anistia onde através da entidade o Estado reconhecia seus crimes e pedia perdão às mais diversas vítimas da ditadura e o projeto Clínicas do Testemunho que promove uma reparação psicológica e atendimento individual ou coletivo para ouvir as vítimas, a comissão vem sofrendo com a instabilidade da não renovação de seus projetos, da falta de repasse de verbas e afastamento de pessoal desde meados de 2016. Diversos casos já foram analisados pela comissão, no entanto, muitos casos ainda aguardam para serem analisados.

²¹³ **Lei de Anistia e crimes conexos.** Folha de São Paulo, 6 de dezembro de 1995. Caderno Tendências e debates. P. 1-3

Anistia. E nem mesmo o Estado pode fugir disso. A responsabilidade, sendo assim, deve ser cobrada. Isso ajuda inclusive a fortalecer os debates sobre os direitos humanos e os próprios direitos humanos no mundo. O que aconteceu no Brasil não pode justificar as ações e as violações dos agentes da ditadura. Não estávamos em guerra, a proporção de forças era desigual. A Lei de Anistia foi proposta de cima para baixo já pensada para promover a impunidade.

Os que propõem revisão da lei argumentam ainda um princípio constitucional baseado na carta de 1988 que fez do crime de tortura um crime inafiançável e insuscetível de graça ou de anistia²¹⁴, já os que se posicionam contra a revisão da lei argumentam que como a lei não pode retroceder a lei deve ser mantida. Entendemos, no entanto, que a interpretação dada à lei se constitui no principal entrave para uma política justa de reparação e de consolidação da justiça. Justiça essa que passa pela responsabilização jurídica e criminal dos agentes da ditadura que com as manobras e interpretações enviesadas da lei garantiram sua impunidade. Nesse sentido o Brasil precisa caminhar bastante em relação aos países vizinhos da América Latina cujo passado traumático também deixou feridas profundas.

Ora, sabemos que os processos de Anistia são cruciais nos períodos de transições e de saída de longos períodos traumáticos, mas apenas nesses momentos. Extremamente necessária naquele contexto e fruto de uma ampla discussão e participação social ainda que controlada, a Anistia aprovada no Brasil acabou se tornando um entrave, um obstáculo à memória do período. O sentido dado a ela ainda é evocado por aqueles que pretendem que nem de longe a lei seja revista. Não podemos ficar no esquecimento pelo esquecimento. Como coloca a filósofa Jeanne Marie Gagnebin em relação a instituição da Anistia:

Às vezes realmente necessária, não se pode pretender ser um apolítica definitiva de regulamento da memória histórica. [...] ela não pode ser um obstáculo à busca da “verdade do passado”, como se diz, aliais de maneira bastante ambígua. Ela somente pode criar condições artificiais, talvez necessárias, que tornam possível uma retomada mínima da existência em comum no conjunto da nação. Ela configura uma trégua, uma calmaria provisória [...] mas não é nenhuma solução, nenhuma reconciliação menos ainda um perdão. (GAGNEBIN, 2010. P. 180)

Nesse sentido a Anistia brasileira atrela impunidade a esquecimento. Argumentos como o da equivalência de forças, da não retroatividade da lei e do revanchismo vêm sendo utilizados por aqueles a quem não interessa que a lei seja revista. Por aqueles que negam o direito inalienável dos povos à verdade sobre os crimes dos seus passados traumáticos. Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil apresentou matéria ao Supremo Tribunal Federal no

²¹⁴ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

sentido de excluir da lei os crimes praticados pelos agentes da ditadura, baseada na ideia de que a noção de crimes conexos é (foi) entendida como referencia a tortura. A arguição da ordem foi julgada improcedente em 2010 por sete votos a dois, o argumento apresentado foi o de que a lei era fruto de um acordo político acontecido no fim da ditadura.

Em 2014 ao entregar o relatório final, a Comissão Nacional da Verdade²¹⁵ apontou o caráter de auto Anistia da lei e pediu a revisão da mesma, ancorada na recomendação da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Os crimes cometidos pela ditadura por serem considerados internacionalmente como crimes contra a humanidade seriam incompatíveis com o direito brasileiro e com a ideia de Anistia. Eis o argumento da comissão em relação à Lei de Anistia e o direito internacional que resume o que discutimos até então:

No âmbito do sistema universal, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos defendeu que a concessão de anistia, sempre que impeça a investigação dos autores de crimes de guerra, genocídio, crimes contra a humanidade e outras graves violações de direitos humanos, é inconciliável com as obrigações contraídas pelos Estados. Essa medida impossibilita as vítimas de ter acesso a recursos efetivos e conhecer a verdade sobre os fatos. Por sua vez, o Comitê de Direitos Humanos da ONU estipulou, em sua observação geral no 31, que agentes estatais não podem ter a responsabilidade pessoal afastada ou mitigada por leis de anistia ou outras formas de imunidade. O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos tem-se destacado na responsabilização dos Estados pela edição e, especialmente, pela manutenção de leis de anistia. A Corte IDH tem sido enfática quanto à manifesta incompatibilidade das leis de anistia com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, dispondo que, ao impedirem a investigação, identificação e sanção dos responsáveis por graves violações de direitos humanos, são desprovidas de efeitos jurídicos. (BRASIL, 2014. P. 38)

De um modo geral as falas dos entrevistados para esse trabalho também apontam no sentido de revisão da Lei de Anistia, com algumas ressalvas e cautelas, mas fica claro na análise final de cada um deles o quanto ainda temos contas a acertar com a memória do período. A cada um foi posta a pergunta: “Cabe revisão na Lei?” e diversas reflexões surgiram a partir disso.

Rosângela Tenório, fundadora do núcleo feminino do MFPA reflete sobre o quanto algumas questões deixaram de ser enfrentadas no contexto de redemocratização do Brasil e sobre quanto ainda temos que avançar:

²¹⁵ A Comissão Nacional da Verdade instalada em 2011 apesar de não ser juridicamente apta a criminalizar e sentenciar é um poderoso instrumento de memória. Todo o trabalho da comissão e o relatório final permitiram um avanço na apuração dos crimes e das violações aos direitos humanos, permitiram também um esclarecimento sobre diversos temas que envolviam o passado traumático brasileiro e busca pelo desmonte de inverdades e mitos do período. De acordo com Glenda Mezarobba: “Entre os objetivos de uma comissão da verdade está descobrir, esclarecer e formalmente reconhecer abusos do passado; restaurar a dignidade e facilitar o direito das vítimas à verdade; contribuir para justiça e accountability; acentuar a responsabilidade do Estado e recomendar reformas; promover a reconciliação, reduzir conflitos e estabelecer a legitimidade de um novo regime.” In: MEZAROBBA, Glenda. “Afiml, o que é uma comissão da verdade?” In: Revista Direitos Humanos, n.5, abril 2010

Na redemocratização no Brasil não se enfrentou a questão que esteve no cerne do Golpe de 1964: a luta de classes e a questão da violência do Estado contra os cidadãos. Houve recentemente no governo federal uma ação importante da Secretaria de Direitos Humanos com a instituição da Comissão Nacional da verdade para investigar violações de direitos humanos nos períodos de ditadura. Ao incluir o período dos anos 1940 indica como temos deixado de aprofundar essas questões. Na conjuntura atual de um ano para cá com um golpe parlamentar não sei se essa comissão vai avançar.

A fala dela inclusive deixa entrever uma preocupação de diversas entidades de direitos humanos e das próprias entidades e instituições promotoras da Justiça de Transição no Brasil e do combate pela memória e direito a verdade. A preocupação com o não prosseguimento dessas políticas é real. E segue:

A questão dos direitos humanos a meu ver é uma questão de vigilância permanente, principalmente, o que acontece com as camadas mais pobres da população diariamente. A questão da desigualdade social no Brasil não muda por conta da força da classe dominante que sempre há um mínimo de conquistas da classe trabalhadora produz um golpe. Por sua vez, o papel do Estado na ordem pública não justifica a violência diária, o suplício como castigo, a tortura como elemento de punição ou de recurso para investigação. Essas são questões que estão intimamente relacionadas a questão classe, raça e gênero no Brasil. As crianças dos meios populares não tem seus direitos humanos respeitados mesmo com as leis que temos.

Outra reflexão bastante ampla surge na fala de Rosângela ao apontar a atualidade da questão dos direitos humanos no Brasil e reflete sobre o quanto a violência ainda é uma herança bastante complicada dos anos de militarização do país. Diversos autores apontam para essa naturalização da violência e da tortura no Brasil. Abuso de poder e truculência também são encarados como heranças da ditadura.

Já Marcelo Santa Cruz advogado, cujo irmão Fernando Santa Cruz é desaparecido político, ao ser perguntado sobre uma possível revisão da lei apela para a questão da incompatibilidade dela com direito internacional:

Eu acho que cabe né, porque tem a decisão internacional da OEA, e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de que não é possível a auto anistia. E uma outra questão que a gente levanta também é que o crime de tortura, desaparecimento, assassinato, sequestro, são crimes contra a humanidade e o crime contra a humanidade é imprescritível, não prescreve nunca.

Outro argumento levantado pelo advogado é extremamente importante nessa discussão sobre a Lei de Anistia e passa pelo esclarecimento dos crimes da cometidos pela ditadura:

Além dessa questão, há também uma outra questão que essas pessoas foram sequestradas. O crime de sequestro ele só conclui e passa a contar prescrição a partir de quando é esclarecido o sequestro, quando é desvendado o sequestro. Enquanto a pessoa ta sequestrada, o crime permanece, em direito penal chama crime continuado e pra o crime continuado a prescrição só começa a ocorrer, a perda do direito de

entrar com ação só é a partir de quando é desvendado o sequestro. Porque pra todos os efeitos esse pessoal continua sequestrado, então o crime ta atual.

Ainda temos desaparecidos políticos no Brasil, as ausências continuam apesar do tempo e do silenciamento imposto. Como manter uma lei que anistia com crimes que por direito só podem prescrever quando da sua resolução?

De acordo com a CNV 210 pessoas ainda estão desaparecidas no país e um grande entrave em relação a isso é o silencio dos militares e dos seus arquivos a despeito de toda a legislação que democratiza e estabelece o acesso a documentos no país.

Marcelo prossegue apontando a necessidade de esclarecimento do passado nos dias atuais e da responsabilização dos agentes criminosos até como exercício de memória pedagógico:

Uma dificuldade é o tempo, já vão de 64 pra 2017 já vão 53 anos e de 1970 pra 2017 já vão 47 anos. Então grande parte das pessoas que participaram desses assassinatos já morreu, outros que não morreram estão muito próximos, mas é importante, mesmo que essas pessoas não possam mais serem punidas é importante que seja apontada a responsabilidade [...] isso não invalida que essas pessoas sejam responsabilizadas. É importante que haja essa identificação, que sejam esclarecidas essas mortes, inclusive por uma questão também pedagógica, pra que isso não volte a ocorrer como agora tão pedindo a volta dos militares. Porque estão pedindo a volta dos militares... Por que não houve um movimento de conscientização, de responsabilização dos crimes cometidos.

De concreto existe a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condenou o Brasil em relação aos casos da Guerrilha do Araguaia e a recomendação de estender isso aos demais casos, mas a Lei de Anistia continua sendo um entrave. Nesse sentido o Brasil continua bastante aquém em relação aos países vizinhos da América Latina cujas ditaduras militares se instalaram também na segunda metade do século XX vicejadas pela lógica da Guerra Fria de combate ao inimigo interno através da chamada Doutrina de Segurança Nacional.

No Chile, por exemplo, os crimes cometidos pelos militares da ditadura instalada em 1973, são encarados como crimes contra a humanidade e dessa forma responsabilizados e julgados. A despeito da Lei de Anistia promulgada em 1978 pela ditadura de Pinochet o movimento não é de revisão e sim de anulação da lei. Na Argentina, diversos militares foram julgados e presos e recentemente em decisão histórica cinquenta e quatro militares foram condenados por 789 acusações de crimes contra a humanidade. Desses, vinte e nove militares responsáveis pelos “voos da morte” foram condenados a prisão perpetua.

Vale a pena também ouvir a opinião de Marcelo Mario de Melo ex-presos político sobre a Lei de Anistia e as limitações decorrentes dela mesmo em 1979. Marcelo que se encontrava na lista dos não anistiados observa o quanto a Anistia aprovada foi restrita e benéfica aos torturadores:

Tinha a questão da restrição, tinham companheiros que ainda ficaram presos, que a lei excluía gente que tinha ação armada e etc. Tinha cara que tinha sido... a pena baixou, mas ele tinha que cumprir. Teve gente que tinha que cumprir liberdade condicional, se apresentar e teve gente que ainda ficou porque a pena não dava pra sair, que era considerado crime de sangue. Então dizer que a Anistia foi recíproca não é verdade, ela beneficiou os torturadores mas companheiros envolvidos no que eles diziam crimes de sangue não foram. Só depois já no governo Fernando Henrique foi que houve uma extensão, mas naquele momento não. [...] A anistia abriu o caminho agora ela manteve o pacto de não mexer com os orgaos de segurança.

Na avaliação de Marcelo a revisão da lei deve ser feita com bastante cuidado, preocupação essa que vai ao encontro da fala de Rosângela Tenório. Observar o quanto a questão parlamentar atual pode dificultar políticas de reparação. No caso de tentativas de revisão da lei por vias parlamentares a questão pode adquirir outros contornos:

Cabe revisão... Agora eu não acredito que o caminho da revisão funcione porque o nosso parlamento é podre, se for revisar pode até piorar pra gente. O caminho jurídico seria esse, uma revisão, mas a base parlamentar que a gente tem inviabiliza isso [...] Tecnicamente seria isso uma revisão, mas ela foi aprovada no parlamento então teria que ser por emenda parlamentar, mas... No Brasil há um pacto de manutenção disso.

Outro ex-presos político, membro do movimento estudantil na época, o Cajá faz uma reflexão que envolve não só a questão da Anistia, mas sobre a própria ditadura, os crimes cometidos e a atualidade da questão. Ao ser questionado sobre o texto da lei Cajá responde:

A Lei de Anistia aprovada é uma lei limitada, portanto uma lei que nos podemos chamá-la de contraditória [...] O mais grave é um termo lá onde ele diz que a Anistia faria com que os dois lados ficassem anistiados. Mas o que eu acho mais grave é a interpretação que o Supremo fez disso, a conciliação que o governo fez disso. [...] A Lei de Anistia não era a Anistia dos nossos sonhos, a redação que nos faríamos era outra, era aquela que já vinha... Anistia ampla, geral e irrestrita e punição para os torturadores.

Observando a fala de ambos ex-presos políticos entendemos que a questão da manutenção dos pactos de silenciamento e conciliação parecem ser uma máxima corrente na história do Brasil. O discurso da reconciliação, da pacificação, do perdão e do esquecimento que vigorou no momento de debate parlamentar da Anistia foi e é invocado em diversos momentos quando se fala de revisão do passado e enftretamento de questões tão delicadas. A

tradição de conciliação e acomodação das elites políticas do Brasil parece encontrar na Lei de Anistia um leito confortável.

Mas para que a lei não favoreça os torturadores como é o caso ainda hoje, Nadja Brayner, membro da Comissão Estadual da Verdade defende uma reinterpretação da lei. Enquanto militante do CBA Nadja relembra a sua reação diante da aprovação do projeto que ia de encontro ao programa de reivindicação dos movimentos:

Foi uma grande decepção nós porque a ideia da Anistia ampla, geral e irrestrita era que ela fosse aplicada a todos. E num primeiro momento isso não aconteceu. [...] Havia um consenso dentro do CBA que deveria ser Anistia ampla, geral e irrestrita a gente não tinha duvida disso, mas a Anistia aprovada não contemplou, porque ela fez que com que a lei privilegiasse ou salvasse os torturadores [...] Mas a conjuntura que a gente tinha, a correlação de forças pra fazer foi aquela.

Quando perguntada sobre a revisão da lei Nadja afirma:

Na verdade não seria uma revisão, é uma reinterpretação da própria lei. [...] É como a lei foi interpretada, seria a reinterpretação da lei pra que ela efetivamente não favorecesse os torturadores como ela favoreceu, tirando eles... eximindo de qualquer responsabilidade, o que eu acho um absurdo. Fez, cometeu, tem que pagar.

Nesse sentido, pensar as ideias em torno da interpretação da Anistia no Brasil é pensar também no que resta da ditadura, é exercitar a memória no sentido de levá-la ao encontro da verdade e da justiça. Todo esse exercício apresentado nesse trabalho segue essa direção. A questão de como foi feita a transição democrática no Brasil deixou marcas profundas, mais do que um simples exame a primeira vista deixa entrever. Sob o manto do esquecimento deliberado estão camadas e camadas de histórias, ações, atos, circunstâncias e discursos contra o Brasil, contra a memória e o direito da população de acesso a essas histórias e memórias.

A luta pela Anistia ao fim da década de 70 se constituiu como um marco inicial de retomada democrática mais ampla. A mobilização da sociedade naquele momento atrelava o significado de Anistia ao de liberdade e nada mais justo que tentarmos resgatar essa relação hoje onde as heranças autoritárias do regime militar ainda se fazem sentir, em alguns casos contra a própria noção de liberdade.

A reivindicação da sociedade civil naquele momento deve de fato ser levada em conta para ensejarmos tentativas de revisão ou de reinterpretação da lei e de seus sentidos. É entender a Anistia como conceito central no caso de uma Justiça de Transição, entender que é uma luta que marcou gerações e que as atravessa, luta essa importante para nossa formação democrática tão frágil.

As movimentações da sociedade pela Anistia evidenciam um anseio por liberdade, por outra realidade política e essas movimentações e discussões não passaram sem disputas e

embates. Dessa forma, encaramos toda a movimentação como um processo e não como um mero gesto conciliatório e benevolente do governo militar de João Figueiredo.

Desde o fim da ditadura diversas entidades e órgãos vêm se colocando a favor de uma reconciliação efetiva, não com os militares e instituições estatais e sim com a memória. De um lado há os que fecham a questão em torno da lei alegando um pacto “negociado” e que por isso mesmo cabe à sociedade seguir em frente se pautando no esquecimento dos traumas e no perdão dos mesmos. De outro lado, há os argumentam que para o verdadeiro processo de cura desses traumas o esquecimento não é o melhor remédio. Passamos aqui do esquecimento ou das tentativas de implantação de uma memória nublada do período a um enfrentamento dessas questões e desses traumas pelo bem e saúde da sociedade. Com tudo isso, evidenciamos que a memória dos anos de ditadura militar no Brasil permanece ainda como territórios em disputa.

É preciso, hoje mais que nunca, trabalhar com o esclarecimento, com a História, com a memória. Mais que nunca é preciso evidenciar a divisa “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, evidenciar os embates e os discursos entre o lembrar e o esquecer, entre o perdoar definitivamente e o curar os traumas para que dessa forma possamos agigantar o conceito de direitos humanos que diariamente sofre as consequências diretas do autoritarismo no Brasil.

Ditadura nunca mais!

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho percebemos o quanto a memória brasileira acerca do seu passado e de seus processos traumáticos tem feridas abertas que reverberam o passado no presente e necessitam de reflexão urgente no sentido de promover o esclarecimento e o direito subjetivo à verdade e à memória que temos enquanto sociedade.

Os processos que levaram à Anistia política na década de 1970 merecem redobrada atenção tanto pela notável organização e manifestação de sujeitos que naquela conjuntura acabaram retomando a linguagem da política e da manifestação, tanto pelo desejo de fazer com que a partir da Anistia os horizontes democráticos se ampliassem no país.

Longe de conjecturar a Anistia como unicamente concessão do governo, observamos as manifestações como um pontapé inicial no desejo de democracia que se ampliava e que se agigantou nos anos seguintes apesar ainda de fatores determinantes nos jogos de poder da política nacional como decisões econômicas e conchavos parlamentares. Essa noção ao longo do trabalho é apontada, por exemplo, quando observamos a força da organização de sujeitos historicamente aliçados da política, as mulheres.

As mulheres do Movimento Feminino pela Anistia e as demais entidades que posteriormente integraram o Comitê Brasileiro de Anistia organizaram a ampliação do debate político naquele momento do país. A partir deles, um novo léxico entrava em cena. Falava-se em direitos humanos, liberdade, paz.

Ao fim deste trabalho consideramos a Anistia aprovada fruto de uma conquista social permeada por embates, debates, disputas e jogos de poder. Diante da conjuntura política do país naquele momento esses movimentos tiveram um efetivo papel na transição democrática, justamente por isso afirmamos que a luta pela Anistia foi muito mais além da simples obtenção e aprovação da lei, ao falarem em fim do estado de exceção, fim das torturas, pacificação e direitos humanos os movimentos pela Anistia tiveram um papel determinante naqueles anos, um papel que envolvia não só a reivindicação mas também a denúncia de arbitrariedades do regime.

Quando voltamos ao ano de 1979 através deste trabalho percebemos de fato uma “esperança equilibrada” afinal a corda bamba do regime ainda tremia para os que se atreviam a buscar democracia, justiça e esperança. As disputas e embates eram variados e vimos isso ao longo deste trabalho. Nos jornais, nas reportagens, nas discussões parlamentares e declarações

oficiais vimos o quanto a Anistia custou e o quanto ela foi pensada pela sociedade. Tratamos, portanto, a experiência de luta pela Anistia como uma experiência ampla e variada devido à diversidade de sujeitos que se apresentaram.

Vemos essa luta como fundamental na construção do longo caminho dos direitos políticos e humanos no país. A partir dos movimentos pela anistia, juntamente com as diversas organizações sindicais e outros movimentos sociais, as experiências de manifestação ganharam uma nova dimensão no país. A bem da verdade, essas experiências deixaram um legado enorme que desembocou na campanha das Diretas Já em 1985 e continuaram ecoando por muito tempo e apesar da lei de não ter sido aprovada da forma pretendida pelos movimentos que a reivindicavam, as experiências de discussão política marcaram um novo espaço em anos de regime autoritário e nos anos seguintes marcaram a vivência, em certa medida, desse novo espaço.

Esperamos, ainda que esse trabalho tenha trazido luz a uma questão fundamental, a necessidade de revisão da Lei de Anistia dentro dos padrões e dos moldes da Justiça de Transição e das políticas públicas reparadoras da memória no país. Esperamos fazer eco a essas reivindicações ao apontarmos a relevância histórica do processo de luta de Anistia. Concluimos assim que os movimentos pela anistia, em Pernambuco e no resto do país, é um objeto que merece ainda mais atenção e esperamos com esse trabalho abrir estudos mais aprofundados que foquem no processo de constituição da luta. primeiro pelo exemplo notável de organização, depois pela experiência constitutiva de manifestação, e por fim pela esperança equilibrada daqueles sujeitos coletivos que tinham plena consciência de que o "show de todo artista tem que continuar".

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D; CRUZ, Rosane Cavalheiro. Memória como reparação: Contribuições da história oral para a reconstrução da memória e da verdade sobre a ditadura no Brasil. IN. MONTENEGRO, Antonio T; RODEGHERO, Carla S; ARAÚJO, Maria Paula (org.) **Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. IN. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **João Goulart entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In. PINSKY, B. Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. P. 155 -202.

ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da História. IN PINSKY, Bassanezi Carla e LUCA, Regina, Tânia. (Org) **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exército cotidiano da dominação e resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARANHA, Carla. Três anos de conspiração. IN. **50 anos do Golpe: A Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Editora Abril. 2014.

Arquivos da Ditadura. Disponível em: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/um-projeto-anistia>. Acesso em: 30/05/2017.

ARQUIVO PÚBLICO DE SÃO PAULO. I Congresso Nacional pela Anistia. São Paulo, 1978.

_____ Carta das presas políticas Selma Bandeira e Maria Aparecida dos Santos enviada ao I Congresso Nacional pela Anistia. São Paulo, 1978.

AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento, uma reportagem**. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

BASTOS, Lucia Elena Arrantes Ferreira. **A Lei de Anistia brasileira: Os crimes conexos, a dupla via e tratados de Direitos Humanos**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. V.103, p. 593-628. Jan./Dez. 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria. **64, UM GOLPE DE CLASSE? (Sobre um livro de René Dreifuss)**. Lua Nova. Nº 58. 2003.

BOUCHER, Geoff. **Marxismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / **Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. –Brasília: CNV, 2014. 976 p.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e Ideologia no Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo. Alfa-Omega. 1980.

CAROCHA, Lois Maika. **Pelos versos das canções: um estudo sobre o funcionamento da censuramusical durante a ditadura militar brasileira**. (Dissertação de Mestrado em História). UFRJ. 2007.

CAVALCANTE, Jannaiara Barros. **Sindicalismo docente: a luta dos professores da rede pública estadual no Recife no período da transição democrática** (Dissertação de Mestrado em História) UFPE. Recife: 2012.

CAVALCANTE, Rodrigo. Moderados e linhas-duras: do mesmo saco. In. **50 anos do Golpe: A Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Editora Abril. 2014.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: A constituição da sociedade civil e a construção da cidadania**. Revista Perseu. Nº 3, Ano 3, 2009. P 45-72.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro: A constituição da sociedade civil e a construção da cidadania**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UNICAMP, Campinas, 2002, p. 83.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes. 1981.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **As Mobilizações pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita na Visão da Repressão Política**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 27, Nº 1, p. 268-279, Jan./Jun. 2014.

FATURI, Fabio Rosa. **O I Congresso Nacional pela Anistia: discursos e estratégias**. UFRGS. 2014. Disponível em: revistadigital.jfrs.jus.br/revista/index.php/revista_autos_e_baixas/article/.../37

FICO, Carlos. **A negociação parlamentar da Anistia de 1979 e o chamado “Perdão aos torturadores”**. Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça. – N. 4(jul. / dez. 2010). – Brasília : Ministério da Justiça , 2011.

FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura militar**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política (1961-1964)**. Paz e Terra, 1993.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. IN. TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

_____ **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. IN. **Fontes Históricas**. PINSKY, Bassanezi Carla. (Org) São Paulo: Contexto, 2011.

KARNAL, Leandro. TARSCH, Flávia Galli. A memória Evanescente. In. PINSKY, Bassanezi Carla e LUCA, Regina, Tânia. (Org) **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. Ed. Brasil Debates. São Paulo 1982.

KUNDERA, Milan. **A Insustentável leveza do ser**. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

LANDI, O. **El Discurso sobre lo posible (la democracia y el realismo político)**. Buenos Aires. Cedes, 1985.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN. **Fontes Históricas**. PINSKY, Bassanezi Carla. (Org) São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Roberto Ribeiro. **Liberdade para os brasileiros: Anistia ontem e hoje**. Civilização Brasileira. 1978.

MEIGUINS, Alessandro. AI-5 Licença Para Matar. In. **50 anos do Golpe: A Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Editora Abril. 2014.

MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro. Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In. MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDONÇA, Regina Souza. SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI: Venturas e Desventuras de um Conceito. IN. PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de (Org.). **Sociedade Civil. Ensaios históricos**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

MEZAROBBA, Glenda. “**Afinal, o que é uma comissão da verdade?**” In: Revista Direitos Humanos, n.5, abril 2010

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 1964**. Expressão popular: São Paulo, 2011.

MORAES, Livia Assad. **Ditadura militar: a memória jornalística como parte da construção da verdade histórica**. 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. Rio de Janeiro. 2014.

MUNIZ, Ricardo. FERRAZ, Julia. Lenta e Insegura. In. **50 anos do Golpe: A Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Editora Abril. 2014.

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MBD. Semeadores da democracia História oral de vida política.**

NAPOLITANO, Marcos. “**A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)**”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v.24, n.47, jul., 2004, p. 103-126.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro.** Contexto: São Paulo, 2014.

O Golpe. Militares e civis na trama de 1964.”Revista de História da Biblioteca Nacional (Dossiê). Ano 7. Nº83. Agosto de 2012.

PARKER, R. Phyllis. **O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março.** Civilização Brasileira, 1977.

PARRON, Tamis. A Cara e a Coroa. In. **50 anos do Golpe: A Ditadura Militar no Brasil.** São Paulo: Editora Abril. 2014.

PORTELLI, Huges. **Gramsci e o Bloco Histórico.** Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. IN. SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate.** São Paulo: UNESP, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e Sociedade no Brasil.** Gramsci e o Brasil. 2013. P.1-18.

RICOEUR, Paul. **A história, a memória e o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **O perdão pode curar?** Tradutor: José Rosa. Disponível em:http://www2.uefs.br/filosofia-bv/pdfs/ricoeur_02.pdf. Acesso em: 27/09/2016.

RODEGHERO, Carla Simone. Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: Tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil. IN. MONTENEGRO, Antonio T; RODEGHERO, Carla S; ARAÚJO, Maria Paula (org.) **Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SANTANA, Marco Aurélio. **Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática.** Política e Sociedade. Nº 13- Outubro de 2008. P. 279-309.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário jurídico brasileiro.** Belo Horizonte : Del Rey, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica.** New York, Columbia University Press. 1989. TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SCOTT, Joan. História das Mulheres IN. BURKE, Peter (org.): **A Escrita da História.** São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e construção social da "Ditabranda". In: Demian Bezerra de Melo. (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

SOARES, Thiago Nunes. **“Campanhas políticas e repressão policial”: as pichações na cidade do Recife (1979-1985)”**. Dissertação de Mestrado. UFPE. 2012.

SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros: “anistia ampla, geral e irrestrita”**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 350 - 383. jan./abr. 2016

SOIHET, Raquel e PEDRO, Maria Joana. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007

SOUZA, André Pinheiro de. **Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)**. Dissertação de Mestrado. UECE. 2012.

SPIELER, Paula (coord.) **Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar 1964-1985**. Curitiba: Edição do Autor, 2013.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa. 1: A árvore da liberdade**. São Paulo. Paz e Terra: 2011.

ZERBINE, Therezinha. **Semente da Liberdade**. São Paulo, Edição do Autor, 1979.

ANEXO A - PERSONAGENS ENVOLVIDOS COM A CAUSA DA ANISTIA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

Dom. Helder Câmara

(1909 -1999) Um dos fundadores da CNBB, Dom Helder Câmara se tornou arcebispo de Olinda e Recife ainda em 1964 e foi um dos religiosos com participação mais expressiva no enfrentamento a ditadura no Brasil. Era acompanhado de perto regime que proibiu inclusive menções ao seu nome. Foi o criador da Comissão de Justiça e Paz em Pernambuco e acompanhou de perto a situação de diversos presos políticos no estado, como o Cajá. Foi indicado ao Prêmio Nobel da paz em 1972 e após o fim da ditadura continuou engajado em comunidades eclesiais de base e em campanhas contra a fome.

Dorany Sampaio

(1927 -) Natural de Recife, formou-se em direito pela Faculdade de Direito da UFPE e foi eleito deputado em 1966 pelo MDB. Em 1968 foi cassado pelo AI-5 e sofreu perseguições políticas. Na década de 70 se tornou conselheiro regional da OAB e presidente da entidade posteriormente em 79. Como membro da OAB participou de manifestações em favor da Anistia junto ao MFPA e ao CBA. Após a ditadura ocupou cargos como diretor do Banco do Nordeste e secretário de Estado.

Elis Regina

(1945-1982) Cantora gaúcha, sua voz imortalizou a música que se tornou símbolo da luta pela Anistia. “O bêbado e o equilibrista” composição de João Bosco e Aldir Blanc foi gravada por Elis em 1978 e fazia referência a questões que envolviam os exilados e a volta deles. Um dos trechos da música faz referência ao cartunista Henfil cujo irmão o sociólogo Betinho encontrava-se exilado e em outro cita Clarice Herzog esposa do jornalista Vladimir Herzog assassinado em 1975, e Maria esposa do operário Manuel Fiel Filho assassinado em 1976. Em outro momento, Elis Regina de passagem no Recife para um show se encontrou com Dom Helder Câmara em uma missa em favor do líder estudantil Edival Nunes, o Cajá que se encontrava preso. Proibida de dedicar os shows da temporada no Recife ao estudante Elis teria

subido ao palco exortando um dos seus músicos com a frase: “vem cá já! Não posso começar sem você”

Iramaia Queiroz

(1923 – 2012) Mãe de presos políticos, foi casada com um oficial do exército e já com 40 anos entrou para a faculdade de filosofia. Após a prisão de seus dois filhos, Cid e Benjamin, o primeiro tendo participado do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrik em 69 e banido do Brasil em 70 e o segundo preso em 1971, Iramaia empreendeu uma peregrinação entre as diversas divisões, prisões e departamentos militares do regime. Em 1978 fundou o Comitê Brasileiro de Anistia no Rio de Janeiro e presidente do mesmo. Juntando diversas pessoas e entidades o comitê só fez se espalhar pelo Brasil inteiro a partir do comitê do Rio. Após a Anistia foi candidata a deputada federal pelo PT em 1982 e continuou atuando em função dos Direitos Humanos e da memória do período militar.

Jarbas Vasconcelos

(1942 -) Advogado e político, ingressou no MDB ainda em 1969, sendo eleito deputado estadual em Pernambuco no ano seguinte. Eleito deputado federal passou a se identificar com o grupo autêntico do partido e levantava a bandeira da assembleia constituinte. Arelava a ideia de Anistia a ideia de uma nova constituição para o Brasil. É apontado como uma das vozes parlamentares em relação à Anistia, lendo nas tribunas documentos e notas referentes à questão. Após a ditadura continuou na carreira política sendo prefeito de Recife, governador do estado e senador da república.

Marcos Freire

(1931-1987) Parlamentar pernambucano e professor atuava pelo MDB e foi um dos mais veementes críticos a proposta de anistia do governo. Após a ditadura foi ministro da reforma e do desenvolvimento agrário no governo de José Sarney. Faleceu em um acidente de helicóptero em 1987.

Marcus Cunha

Parlamentar recifense. Foi vereador e deputado estadual. Nas tribunas defendeu a Anistia com veemência e chamava a atenção dos demais parlamentares para a situação dos presos políticos

no estado. Em diversos discursos se alinhou com a palavra de ordem da Anistia ampla, geral e irrestrita.

Nadja Maria Brayner

(1946 -) Formada em direito, foi militante do CBA em Pernambuco e esteve no grupo de formação do comitê chegando a exercer uma vice-presidência no mesmo. Atualmente é membro da Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara cujo relatório final foi entregue em 2017.

Nildes Alencar

Professora, cearense, atuou na Juventude Estudantil Católica e era irmã de Frei Tito de Alencar, frade cuja atuação no movimento estudantil, na organização do congresso da UNE em Ibiúna em 1968 e na guerrilha armada como transmissor de recados e abrigo para perseguidos, rendeu um verdadeiro calvário de torturas que o levaram ao suicídio no exílio em 1974. Nildes, sua irmã, passou a se engajar politicamente depois do episódio e fundou e participou do núcleo cearense do MFPA e após a ditadura continuou atuando em favor da restituição da memória dos anos do regime militar

Paulo Fernando Craveiro

(1934 -) Escritor e jornalista pernambucano. Conservador, durante as discussões envolvendo a Anistia escrevia para o jornal Diário de Pernambuco. Em sua coluna diversas posições e notícias sobre a Anistia apareciam com uma certa dose de humor e ironia, desde a defesa de uma anistia mais parcial até reclamações acerca da forma com que as discussões do projeto estavam sendo levadas. Em nossa pesquisa é uma das vozes contundentes em relação à Anistia no Diário de Pernambuco sedo contra a Anistia ampla, geral e irrestrita.

Paulo Macarini

(1932-2006) Advogado e político catarinense era deputado federal pelo PTB quando do golpe de 1964. Posteriormente filiou-se ao MDB onde foi eleito novamente deputado federal e em 1967 foi o primeiro a apresentar um projeto de Anistia à estudantes punidos por motivações políticas. O projeto foi abafado pelo governo do general Costa e Silva. Teve o mandato e os direitos políticos cassados em 69 com base no AI-5. Seguiu a carreira política após a ditadura.

Pery Bevilacqua

(1899-1990) Militar e político, o general Pery Bevilacqua esteve envolvido com a política nacional desde o governo do general Eurico Gaspar Dutra de quem foi ministro da defesa. Após a renúncia de Jânio Quadros foi um dos defensores da legalidade constitucional da posse de João Goulart e esteve junto deste quando do golpe de 1964. Participou do governo militar de Castello Branco como ministro do Superior Tribunal Militar mas foi afastado do cargo atingido pelo AI-5 uma vez que era contra algumas das arbitrariedades do regime. Em 1978 participou do lançamento e fundação do CBA, mas não integrou o comitê. Viajou o Brasil discursando sobre a Anistia e levantando a bandeira da ampla, geral e irrestrita. Aposentou como ministro do STM.

Roberto Freire

(1942-) Advogado e parlamentar pernambucano. Foi uma das vozes mais contundentes em relação à Anistia nas fileiras do MDB. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro e quando da discussão e votação do projeto de Anistia era deputado federal. Após a ditadura teve papel importante na constituinte e fundou o Partido Popular Socialista. Hoje é deputado federal.

Roberto Ribeiro Martins

(1945 -) Militante do Partido Comunista do Brasil esteve preso e durante o período na prisão preparou a obra “Liberdade para os brasileiros: Anistia ontem e hoje” onde faz um inventário das ocasiões em que a Anistia foi utilizada como dispositivo na história do Brasil e chama atenção para a necessidade da Anistia no contexto da década 70. O livro lançado em 1978 está na sua terceira edição e vêm sendo revisado e recomendado principalmente no contexto de negação do pedido de revisão da lei pelo STF. Para a pesquisa encaramos a obra de Roberto Ribeiro Martins não só como referência, mas também como um documento que em determinados contextos e círculos foi utilizado e recebido como uma obra panfletária que apresentava a Anistia naquele momento como requisito para a democracia.

Teotônio Vilela

Político alagoano atuante desde a década de 1940 quando filiou-se a UDN. Participou da campanha “O petróleo é nosso” e na crise da legalidade defendeu a posse de Jango em 1960, no entanto, em 1964 apoiou o golpe militar. Com o bipartidarismo filiou-se a ARENA e foi eleito senador. Após a posse do general Geisel, começou lentamente a mudar de posições e a

criticar diversos comportamentos arenistas. Eleito em 1974 novamente pela ARENA, Teotônio passou a partir daí a se identificar cada mais com posições emedebistas, criticou o pacote de abril em 1977 e a instauração dos senadores biônicos, e em meados de 1978 aderiu a Frente Nacional pela Redemocratização. Em abril de 1979 deixou definitivamente a ARENA e filiou-se ao MDB de onde assumiu a presidência da comissão mista que analisou o projeto de Anistia. Como presidente visitou os diversos presos políticos do país, falou e debateu com juristas e participou de diversos atos pela Anistia. Após 1979 e aprovação da lei, Teotônio ainda se envolveu como mediador em greves operárias no ABC paulista e já doente impulsionou também a campanha pelas Diretas Já onde recebeu a alcunha de “Menestrel das Alagoas”

Therezinha Godoy Zerbini

Therezinha Zerbini era advogada e assistente social, casada com o General Euryale de Jesus Zerbini que teve seus direitos cassados e foi encaminhado para reforma em 1964 pelo regime militar. Therezinha envolvida com política desde a época de Getúlio Vargas chegou inclusive a ser presa pelo regime em 1970. Em 1975 fundou o Movimento Feminino pela Anistia e mesmo após a promulgação da Lei de Anistia continuou militando politicamente em defesa das Diretas Já e no processo de refundação do PTB. De acordo com o site Memórias da Ditadura:

“em 1968, ela ajudou Frei Tito a conseguir o sítio em Ibiúna onde seria realizado o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Por esse motivo foi presa, no dia 11 de fevereiro de 1970. Primeiramente, foi levada à sede da Operação Bandeirante (Oban). Lá ficou por cinco dias e presenciou as torturas sofridas por Frei Tito. Therezinha não foi torturada. Ela foi transferida para o Dops, onde passou mais uma semana, até ser levada ao Presídio Tiradentes. Passou seis meses detida no local, onde ficou conhecida como “burguesa”, e foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional.”

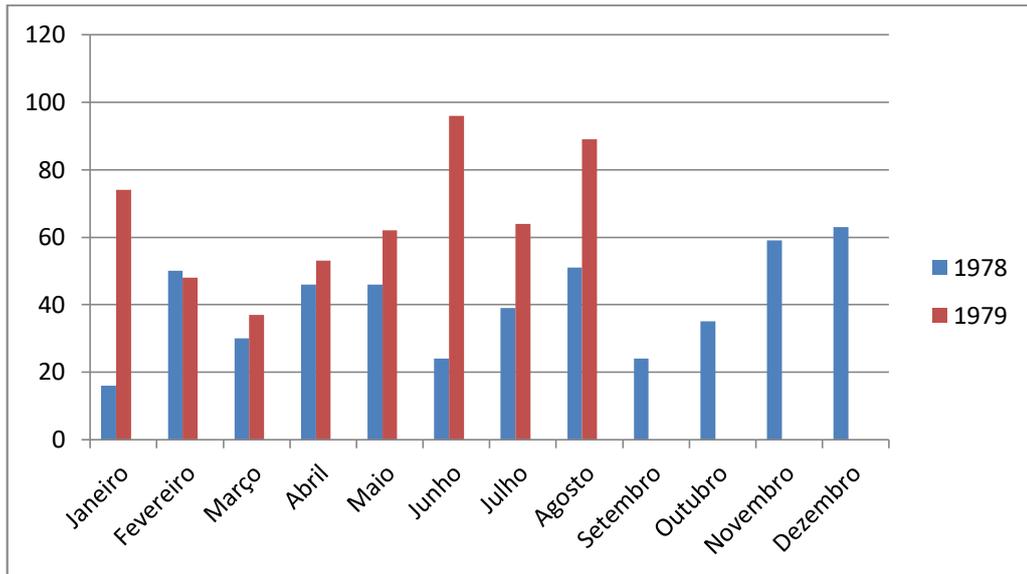
É seguramente um dos personagens mais importantes e atuantes na luta pela Anistia no período.

Fontes: Site do CPDOC\ Site Memórias da Ditadura

ANEXO B - MENÇÕES À ANISTIA NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Notícias e Menções à Anistia no Diário de Pernambuco de janeiro de 1978 a agosto de 1979²¹⁶	
Mês	Número de Menções
Janeiro	16
Fevereiro	50
Março	30
Abril	46
Maio	46
Junho	24
Julho	39
Agosto	51
Setembro	24
Outubro	35
Novembro	59
Dezembro	63
1979	
Janeiro	74
Fevereiro	48
Março	37
Abril	53
Maio	62
Junho	96
Julho	64
Agosto	89

²¹⁶ Quadro elaborado pelo autor.



ANEXO C - PROJETO DE ANISTIA ELABORADO POR PETRONIO PORTELA COM OS VETOS GOVERNAMENTAIS ANTES DE VIR A PÚBLICO

crimes políticos relacionados com segurança nacional e ordem política e social.

crimes políticos, contra a segurança nacional ou pro manutenção política em desenvolvimento.

por multirraciais políticos em desenvolvimento (uso prático de segurança nacional), relacionados ao seg. nac.

PROJETO DE LEI

Concede anistia e dá outras providências

incluindo ainda pelo poder público e do Poder Legislativo e Judiciário

Art. 19. É concedida anistia a todos quantos praticaram crimes políticos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, ou tiveram seus direitos políticos suspensos, e aos servidores da administração pública e das fundações, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

Poderes Legítimos

Parágrafo único. Excetua-se dos benefícios deste artigo os que tenham cometido crimes de terrorismo, seqüestro, assalto e sabotagem, com finalidade de comprometer a segurança nacional ou atentar contra ela.

Art. 20. Os servidores civis e militares, demitidos, aposentados, ou transferidos para a reserva, ^{ou reformados} poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu reingresso ou reversão ao serviço ativo:

- I - se servidor público civil, ao Ministro da Justiça;
- II - se servidor militar, ao respectivo Ministro de Estado;
- III - se servidor do Poder Judiciário, na conformidade do Regimento Interno de cada Tribunal;
- IV - se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, aos respectivos Presidentes;
- V - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, a decisão do Ministro da Justiça será precedida de audiência do Ministro de Estado a cuja área de competência estava subordinada ou vinculada a atividade do servidor.

Os crimes políticos parecem considerar os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social e os crimes multirraciais pelo Poder Executivo, político ou ideológico